



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA
114ª SESSÃO
(SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA)

Em 22 de Maio de 2019

(Quarta-Feira)

Às 16 horas e 50 minutos

ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 466 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Peço novo painel, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Novo painel.

(Não identificado) - Peço a leitura da ata, por favor.

O SR. FABIO REIS (Bloco/MDB - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Fabio Reis, na votação anterior, votou de acordo com a orientação do partido.

O SR. CORONEL ARMANDO (PSL - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votaria com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - É só marcar a presença agora. O intuito de encerrar a sessão não foi para dar falta para ninguém, pode ficar tranquilo. A presença nesta sessão resolve a sessão anterior.

O SR. CORONEL ARMANDO (PSL - SC) - Muito obrigado, Presidente.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Paulão votou com o partido, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO H. CAMPOS (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado João H. Campos votou com o partido.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB, já com ampla maioria dos seus Deputados no plenário, convoca os Deputados que ainda se encontram em seus gabinetes nesta Casa para comparecerem ao plenário, porque ainda teremos importantes votações nesta tarde.

LEITURA DA ATA

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)

O SR. PAULO GUEDES (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Paulo Guedes votou com o partido na votação anterior.

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 261 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 870, DE 2019

(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 870, de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; tendo parecer da Comissão Mista, pela admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária desta; e, no mérito, pela aprovação desta e pelo acolhimento total ou parcial das Emendas de nºs 6; 19, 20, 22, 136, 307, 309, 407 e 423, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2019; e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 5; 7 a 18; 21, 23 a 89; 96 a 128; 130 a 135; 137 a 206, 209 a 306; 308, 310 a 322; 325 a 335; 337 a 400; 403 a 406; 408 a 422; 424 a 450; 452 a 478; e 487 a 541. As Emendas de nºs 90 a 95, 207, 208, 324, 402, 479 a 486 foram inadmitidas. As Emendas de nºs 129, 323, 336, 401 e 451 foram retiradas pelos autores. (Relator: Senador Fernando Bezerra Coelho).

Requerimento sobre a mesa:

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 117, XII, combinado com o artigo 186, inciso II, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que a votação do requerimento de retirada de pauta da MP nº 870, de 2019, seja realizada pelo processo nominal.

Sala das Sessões, 22 de maio de 2019.

Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, e todos os que acompanham a sessão neste exato momento, o Governo de Jair Bolsonaro tenta gerar uma falsa polêmica: a de que, se essa medida provisória da chamada reforma administrativa não vier a ser aprovada, estaria havendo um esforço de inviabilização das ações e atividades do Governo Federal, impedindo-o que venha a trabalhar.

Ora, senhores, os maiores adversários do Governo, para que eles consigam trabalhar de maneira adequada, são eles mesmos; é a disputa, a briga entre membros da própria administração federal. E eu não estou falando de briga e disputa nos bastidores, não. Hoje, eu ainda não vi — mas provavelmente já há — algum Deputado da base do Governo atacando outro Deputado da base do Governo no Twitter. O dia que não há é a exceção.

As propostas que são apresentadas como modificações que seriam benéficas ao Brasil, na verdade, não são. Por exemplo, o PSOL apresentou um destaque para que tenhamos a recomposição do Ministério da Cultura, que foi exterminado pelo Governo de Jair Bolsonaro. Acabar com o Ministério da Cultura, isso sim, é trabalho que leva ao retrocesso em políticas públicas importantes de garantia de direitos.

Por todos esses motivos, o PSOL segue em obstrução, em defesa da educação pública, e não acha que essa matéria tem que ser pautada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Para falar contra o requerimento, tem a palavra o Deputado Diego Garcia.

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Nós orientamos o voto contra, porque, se admitido por este Plenário neste dia, esse requerimento será extremamente prejudicial à MP 870.

Todos nós sabemos da importância dessa MP e da reestruturação — a redução do número de Ministérios, o enxugamento da máquina pública — proposta pelo Governo Federal. No entanto, todas as metas estabelecidas pelo Governo, as quais ele pretende alcançar, dependem da aprovação dessa medida provisória.

Por isso, nós nos posicionamos contrariamente a esse requerimento apresentado pelo PSOL, bem como a algumas mudanças que foram feitas ainda na Comissão: a volta do COAF para o Ministério da Economia, a retirada das atribuições da Receita Federal e ainda a criação de dois novos Ministérios. Nós precisamos debater tudo isso hoje aqui, em especial por meio dos destaques, os quais devem ser votados nominalmente.

Essa MP, a primeira apresentada pelo Governo Federal, é de extrema importância e relevância. Nós sabemos que, para o próximo domingo, há manifestações convocadas em apoio, principalmente, à Medida Provisória nº 870. A não votação dessa medida nesta semana, com certeza, provocará uma revolta ainda maior da sociedade. Essa votação é extremamente importante.

Eu quero, antes de encerrar a minha fala em defesa da MP 870, pedir a V.Exa., Deputado Rodrigo Maia, desculpas pelo ocorrido há 2 semanas neste plenário. Peço-lhe desculpas publicamente, pois muitos Parlamentares não estavam aqui. Eu sei do trabalho que V.Exa. desenvolve à frente desta Casa, da sua competência na condução dos trabalhos, e nunca tive dúvidas de que V.Exa. pautaria essa MP para votação nesta semana. Como ela estava dentro do prazo, não existia impedimento nenhum para que a votação acontecesse. Mas quero pedir desculpas por qualquer exagero da minha parte.

Espero que, neste momento, nós possamos votar contrariamente a esse requerimento apresentado pelo PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Deputado Diego Garcia, agradeço a V.Exa. as palavras. Se, por acaso, também passei do tom, peço-lhe desculpas públicas, até porque temos uma ótima relação, construída ao longo dos últimos anos aqui na Câmara de Deputados. Ressalto que tenho total admiração pelo trabalho de V.Exa.

Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PSL? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota favoravelmente a esse requerimento de retirada de pauta, porque essa reforma administrativa do Governo Bolsonaro, a pretexto de enxugar gastos, elimina diversos Ministérios que fizeram políticas públicas fundamentais na história deste País. O mais simbólico de todos é o Ministério do Trabalho, onde os sindicatos e os trabalhadores sempre puderam, através dele, organizados, encontrar um canal de acesso ao Governo. Mas não é só isso. Também cito o Ministério das Cidades, que desenvolveu políticas públicas urbanas, além de tantos outros Ministérios, principalmente o Ministério da Cultura.

Portanto, essa medida é absolutamente criminosa, que vai contra a ação social do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSL? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco PP/MDB/PTB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O Bloco do PP vota "não".

Como vota o PSL? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

A SRA. MAJOR FABIANA (PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSL vota "não" à retirada de pauta, Sr. Presidente.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSD vota "não". Nós temos que aprovar a reforma para o Brasil poder andar. O Presidente da República fez aquilo que era necessário, montou a sua equipe, definiu seus Ministérios, e nós temos que apoiá-lo.

O PSD vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PSD vota "não".

O SR. DANIEL COELHO (CIDADANIA - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Cidadania vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O Cidadania vota "não".

Como vota DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

O SR. OLIVAL MARQUES (DEM - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Democratas orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O Democratas vota "não".

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (PRB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PRB orienta "não" à bancada.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - A Maioria orienta "não".

Como vota o Solidariedade?

O SR. GUSTINHO RIBEIRO (SOLIDARIEDADE - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade orienta "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

Como vota o PSB?

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSB vota "não".

O SR. ANDRÉ FERREIRA (PSC - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC orienta "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PSC vota "não".

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

Como vota a Oposição? *(Pausa.)*

Como vota o Governo?

A SRA. MAJOR FABIANA (PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O Governo vota "não". Vamos votar a MP 870/19, Presidente. Pelo Governo, "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o NOVO?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O NOVO orienta "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O NOVO vota "não".

Como vota o Avante? *(Pausa.)*

Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

Como vota o PV? *(Pausa.)*

Todos já orientaram? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSDB orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PSDB vota "não".

O SR. CÉLIO STUDART (PV - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PV orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PV vota "não".

O SR. CHIQUINHO BRAZÃO (AVANTE - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Avante orienta "não", Presidente.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, essa medida provisória, da forma como ela veio para esta Casa, originalmente, é a cara do Governo. Ela representa o desprezo pela cultura, pelas políticas de infraestrutura social, inclusive pelo equilíbrio das contas públicas. Criou superministérios para avassalar direitos e propor reformas. A população brasileira está a esperar pelo crescimento prometido, quando a única proposta para o dito desenvolvimento é destruir o direito à aposentadoria.

Mas nós vamos votar contra. Neste momento nos abstermos. Nós vamos votar contra...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PSOL votou "sim"?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - "Obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - PSOL, "obstrução".

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT muda para "obstrução", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - PT, "obstrução".

Em votação.

Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO.

Requerimento de retirada de pauta:

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 83, parágrafo único, II, "c", combinado com o artigo 117, VI, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Retirada de Pauta da presente Ordem do Dia da MP nº 870, de 2019.

Sala das Sessões, 22 de maio de 2019.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a primeira questão que nós queríamos levantar em relação a essa medida provisória e a outras é que o PSOL está em obstrução enquanto não se reverterem os cortes que foram feitos no Ministério da Educação, nas universidades, na educação básica; também enquanto não houver um pedido de desculpas do Ministro da Educação e do Presidente da República a estudantes, professores, cientistas, pesquisadores, que foram chamados de idiotas, imbecis e massa de manobra manipulada.

Esse Governo arrogante mandou para cá uma medida provisória que enxuga Ministérios. Vejam, enxuga Ministérios, mas apresenta questões que significam, na prática, a quebra da promessa original, que era de 15 Ministérios. Agora foi para 22, 23. Não é essa a questão principal, mas mostra que o Governo erra a todo momento.

Em segundo lugar, concedem-se superpoderes para o Ministério da Economia: juntam-se no mesmo Ministério o Planejamento, tarefas do Ministério do Trabalho e tudo mais para o grande czar da economia brasileira, assim como se junta no Ministério da Segurança Pública outro pilar.

Agora há essa polêmica de que o COAF, órgão de investigação financeira, não pode ficar de jeito nenhum no Ministério da Economia. É uma gritaria geral. O "lava-jatismo" está em campo fazendo demagogia. Na prática, sempre esteve no Ministério da Economia, inclusive quando o COAF abriu as contas de Flávio Bolsonaro. Está localizando o quê? O Queiroz, que está desaparecido; a família do Adriano Nóbrega, o miliciano, que também está desaparecido. Tudo isso foi feito com o COAF ainda no Ministério da Economia.

Então, nós não temos receio nenhum de fazer esse debate. Em qualquer país europeu, o COAF está na pasta da economia. O que se quer, na verdade, é criar uma falsa simbologia de poder para que Moro, inclusive com o seu pacote anticrime, faça encarceramento em massa no País.

Por isso, no momento certo, nós vamos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Para falar contra a retirada do requerimento, tem a palavra o Deputado Diego Garcia.

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós somos contrários a esse requerimento de retirada de pauta. Como eu já disse, seria muito prejudicial neste momento a não apreciação da Medida Provisória nº 870. Seria um caos a recriação de 29 Ministérios.

Como o Deputado que me antecedeu quis focar na questão do COAF, vamos falar sobre o COAF, então. Enquanto esse órgão estava no antigo Ministério da Fazenda, possuía um quadro de 20 servidores apenas. Desde a edição dessa medida provisória e a reorganização apresentada pelo Presidente Jair Bolsonaro, hoje já se encontra com mais de 35 cargos efetivos. O COAF criou um sistema de cooperação entre Polícia Federal, Polícias estaduais e também o Ministério Público; criou essa interação de trabalho.

Tudo que vem sendo realizado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública é no sentido de ampliar os trabalhos do COAF e dar condições de se viabilizar e, principalmente, enfrentar o combate à corrupção, ao crime organizado no País. Agora, é bem verdade que ele também funcionava no antigo Ministério da Fazenda, ninguém contesta isso. Mas, desde a mudança, houve um ganho: o COAF, como organização, não tem como ter interferência política, não tem como ter interferência do hoje Ministro da Justiça e Segurança Pública, o Dr. Juiz Sergio Moro. Por quê? Porque o COAF está preso a duas leis que dizem quais normas todos os servidores ali têm que seguir. Por isso, é uma organização que atua de forma totalmente independente, mas com papel fundamental em um país que se posicionou, na sua grande maioria, favoravelmente às bandeiras levantadas pelo Presidente da República, o Sr. Jair Bolsonaro, principalmente no que diz respeito ao combate à corrupção.

Essa mudança feita por nós legisladores, neste momento, em nada vem agregar aos trabalhos que já vêm sendo muito bem desempenhados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. Muito pelo contrário, o que está dando certo é papel nosso, de todos os legisladores aqui apoiar, assinar embaixo, e deixar que continue da forma como está.

Por isso, a nossa posição é contrária a esse requerimento de retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PSL? *(Pausa.)*

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - PDT, "obstrução".

Como vota o PSDB?

O SR. CÉLIO SILVEIRA (PSDB - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB vota "não". Nós estamos aqui para votar tudo o que for necessário para o País crescer e se desenvolver, inclusive a questão do COAF, que hoje se tornou matéria nacional.

O PSDB orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - PSDB, "não".

Mas o COAF não vai fazer o Brasil crescer, não é, Deputado? Nós temos 20% da população cozinhando com lenha ou carvão. *(Palmas.)*

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Muito bem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Preocupar-se com essas pessoas é que vai fazer o Brasil crescer.

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PSL? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - PSL, "não".

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA) - PSD, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSD? *(Pausa.)*

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Não" à retirada de pauta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PT, "obstrução".

O SR. OLIVAL MARQUES (DEM - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - PT, "obstrução".

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Bloco PP/MDB/PTB, "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - PT, "obstrução".

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PSD, "não".

O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Solidariedade, Sr. Presidente, orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - PSD, "não"; Solidariedade, "não".

O SR. TED CONTI (PSB - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PSB, "obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - PSB, "obstrução".

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sr. Presidente, PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Como já dissemos, Sr. Presidente, eu acho que a mudança feita aqui vale a pena discutir. Por exemplo, nós temos que recriar o Ministério do Trabalho. Isso foi uma usurpação do Governo Bolsonaro, um atentado contra os trabalhadores brasileiros. Nós temos que recriar o Ministério da Cultura, porque eles veem cada artista, cada intelectual como inimigo da sociedade brasileira, assim como veem as universidades, os professores, os pesquisadores como inimigos. É por isso que essa medida provisória é tosca. E ela ficou

centrada midiaticamente nessa questão do COAF, que certamente não tem nada a ver com desenvolvimento, mas com empoderamento autoritário.

Por isso, o PSOL está em obstrução.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - O PCdoB, Presidente.

O SR. EDIO LOPES (PL - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido da República entende que hoje esta Casa tem que decidir essa questão. Por essa razão, nós não queremos protelações.

O PR vota contra o requerimento de retirada de pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PRB?

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (PRB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB orienta "não" ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PCdoB está em obstrução pelos motivos da Oposição.

No entanto, quero aproveitar este minuto para denunciar o ocorrido na Comissão de Educação, onde aconteceram dois fatos.

Primeiro, o Sr. Ministro da Educação autorizou a distribuição de um *print* de supostas conversas ocorridas com a Deputada Tabata Amaral e sua assessoria, de maneira desleal, sobre a articulação de uma visita da Comissão Externa, expondo sigilo telefônico, assediando a Deputada. Trazemos aqui a nossa solidariedade à Deputada Tabata.

Segundo, a agressão à Deputada Marcivania, que, após chamar os representantes da UNE e da UBES para falar, como havia sido combinado com o Presidente da Comissão, viu a segurança da Casa ser colocada à disposição para agredir os estudantes e a própria Deputada.

Nosso...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o Patriota?

O SR. MARRECA FILHO (PATRI - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Patriota encaminha "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Patriota, "não".

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o Cidadania? *(Pausa.)*

Como vota o NOVO? *(Pausa.)*

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE) - O PROS, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PROS, Deputado?

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PROS encaminha "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - PROS, "não".

Como vota o NOVO? *(Pausa.)*

Como vota o Avante? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

Como vota a Oposição? *(Pausa.)*

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - A Minoria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota a Minoria, Deputada?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, diante do encaminhamento dos partidos que compõem a Minoria, nós vamos encaminhar "obstrução", compreendendo que essa obstrução ocorre, desde a semana passada, em defesa da educação brasileira. Essa medida provisória também destrói muitos dos Ministérios conquistados pelo povo brasileiro.

Mas quero aproveitar este momento para fazer também uma denúncia do que ocorreu hoje na Comissão de Educação, em que a Presidenta da UNE e o Presidente da UBES foram agredidos inclusive pela Polícia Legislativa da Casa, infelizmente. E foram agredidos ainda por três Parlamentares: o Deputado Delegado Waldir, o Deputado Éder Mauro e uma Deputada cujo nome não lembro agora. Não foi possibilitada a fala deles na audiência pública. A Deputada Professora Marcivanira, Presidenta da Comissão de Trabalho, também foi agredida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós estamos obstruindo esta votação e queremos muito fazer esse debate com o Brasil. A questão aqui não é a de que Bolsonaro ganhou a eleição e, portanto, tem o direito de fazer o que quer na mudança da estrutura de Estado e do País. Não!

Ter um Ministério da Cultura, um Ministério da Indústria e Comércio e um Ministério do Trabalho, isso sim é uma estrutura de Estado. Quem ganha eleição deve escolher os seus Ministros, mas não pode querer desmontar uma política cultural que o Brasil inteiro valoriza. Nós queremos o Ministério da Cultura; nós queremos o Ministério da Indústria e Comércio, para haver uma política industrial, crescimento e geração de empregos; nós queremos o Ministério do Trabalho, para proteger os empregos. Não é isso o que gera gastos ou economia para um país, mas o número de servidores, a despesa que é feita. Não é o número de Ministérios.

Por isso, estamos em obstrução.

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL - GO) - Presidente, a Deputada mencionou o meu nome.

A SRA. LEDA SADALA (AVANTE - AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Avante orienta pela não retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Waldir. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu não sabia que foram trazidos das histórias em quadrinhos alguns personagens para cá, como o Pinóquio. Uma Deputada acaba de mencionar o meu nome aqui, dizendo que fui agredido e que agredi alguém. Eu peço que ela veja o vídeo. Um Presidente desta Casa, quando foi a uma CPI, já mentiu e foi cassado. Eu acho que essa Deputada não conhece o Conselho de Ética. Peço que ela converse com os seus assessores e respeite os demais Parlamentares. É muito feio falar mentira nesta Casa. Eu peço que ela me respeite.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Peço a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Não.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Eu não sou mentirosa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - V.Exa. insultou o Deputado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Não insultei, não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Eu sei que V.Exa. não é mentirosa.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - A agressão não é necessariamente física. Um Líder de partido chamar estudantes de maconheiros dentro de uma Comissão é uma forma de agressão. A agressão pode ser verbal. Não há mentira aqui. Há o vídeo para provar. Então, coloque o vídeo para que todos vejam.

O SR. DANIEL COELHO (CIDADANIA - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o CIDADANIA vota "não".

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria encaminha o voto "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o NOVO?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o NOVO orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Em votação.

Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO.

Passa-se à discussão.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, pelo Governo o voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Fica registrado o voto "não" do Governo.

Em discussão a Medida Provisória nº 870.

Para falar contrariamente à matéria, concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla. *(Pausa.)*

Para falar contrariamente à matéria, concedo a palavra ao Deputado Alencar Santana Braga. *(Pausa.)*

Para falar contrariamente à matéria, concedo a palavra ao Deputado Marcon. *(Pausa.)*

Para falar contrariamente à matéria, concedo a palavra ao Deputado Nilto Tatto.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, eu venho aqui me manifestar contra essa medida provisória. Na verdade, sou contra algumas das alterações que foram introduzidas nessa medida provisória que espero francamente que este Plenário possa reverter.

Essa medida provisória acaba, por exemplo, com o CONSEA, que é uma conquista não só do ponto de vista estrutural das instituições públicas, mas também de toda a sociedade brasileira, que se empenhou, se envolveu, juntando até as igrejas para lutar contra a fome no Brasil.

Essa medida provisória, por exemplo, transfere a gestão das florestas para o Ministério da Agricultura. Todos sabem o quanto é contraditória a perspectiva do agronegócio em relação à proteção das florestas, que é um patrimônio do povo brasileiro, importante inclusive para a agricultura.

Também está prevista nessa medida provisória — e é uma responsabilidade nossa olhar com carinho para os recursos hídricos —, a gestão dos recursos hídricos. Hoje, cada vez mais, discute-se para que serve a água, qual uso deve ser dado a ela, qual a prioridade. Nós sabemos hoje, por exemplo, que 70% da água potável é consumida na agricultura. Começa a haver conflitos no uso da água para o consumo humano, para o consumo dos animais e para a agricultura. Não é possível deixarmos sob responsabilidade do Ministério da Agricultura a gestão dos recursos hídricos, um bem que é importante para o conjunto da sociedade brasileira, e não só para o setor produtivo.

Nós tivemos um avanço. Quero salientar e defender o texto da matéria encaminhada pela Comissão Especial em relação às terras indígenas. Na medida provisória, originalmente, estava previsto que as demarcações das terras indígenas ficariam sob responsabilidade do Ministério da Agricultura. Nós precisamos entender que o conceito de território indígena, a visão que os indígenas têm do território, não é a mesma visão econômica que nós temos, que a sociedade envolvente dos povos indígenas tem.

Quero defender a manutenção do texto do relatório, no qual a FUNAI inteira está sob responsabilidade do Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Concedo a palavra ao Deputado Coronel Tadeu. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Celso Maldaner. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Coronel Tadeu.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa matéria é de suma importância para o Executivo, para este Parlamento, para o País e para o bem da nossa sociedade.

A Medida Provisória nº 870 tem origem no Executivo. É óbvio que ela é encaminhada a este Parlamento para poucas discussões. É importante que todos os Parlamentares, todos os partidos se conscientizem que a Medida Provisória nº 870 tem a caneta do Presidente Jair Bolsonaro, a ideia do Presidente Jair Bolsonaro, principalmente da sua equipe.

Não é à toa que já chegamos ao mês de maio, e o Governo vem trabalhando da melhor forma possível com essa estrutura. Foi essa estrutura que o Presidente idealizou no ano passado, quando estava em campanha eleitoral, e resolveu, junto com seus assessores, dizer para o povo brasileiro: *"É assim que eu quero trabalhar; é assim que eu preciso trabalhar"*. É quase uma desfeita deste Parlamento, claro que com algumas exceções, pois temos que considerar todas as ponderações dos

Parlamentares. Mas não seria de bom tom este Parlamento ingerir tanto naquilo que o Presidente idealizou para o trabalho dele. Se 57 milhões de pessoas confiaram no Presidente Jair Messias Bolsonaro e confiam no trabalho dele, por que nós agora vamos duvidar daquilo que já está realizando? Se não tivesse que dar certo, nós já estaríamos vendo que o resultado não é o esperado. Mas não é isso o que acontece. O Governo está indo bem. Para nós aqui, só nos resta afiançar esse trabalho, assinar junto com o Presidente Jair Messias Bolsonaro.

Portanto, peço a todos que aprovelem a medida provisória na sua concepção original.

Obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Coronel Tadeu, o Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Geovania de Sá, 2ª Suplente de Secretário.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Para falar contrariamente à matéria, tem a palavra o Deputado Frei Anastacio Ribeiro.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, população que nos acompanha pelas redes sociais, infelizmente essa primeira medida do Governo Bolsonaro é criminosa! E é criminosa por quê? Diz ele que foi a primeira medida que assinou. Mas é uma medida criminosa, que extingue o Ministério da Cultura, extingue o Ministério do Trabalho, este de importância enorme para a população brasileira. Sem o Ministério do Trabalho, as coisas vão funcionar ao bem querer do Governo, assim como ele quer. Extingue ainda o Ministério das Cidades, que também tem uma importância enorme, e sempre teve.

O Governo não tem noção do que é bom e do que é ruim. Aí joga no que é pior e no que é ruim. É uma falta de noção que o Governo Bolsonaro tem do Estado brasileiro. Não dá para pensarmos num Governo cujas ações levam a população, a cada dia, a ser penalizada cada vez mais. É o desmonte total do Estado brasileiro por esse Governo.

Esta Casa tem uma responsabilidade enorme no tocante a não aceitar e a não votar matéria dessa natureza.

A população brasileira está consciente. A polícia ontem estava na rua e disse que este Governo é um governo traidor. A própria polícia, que votou nele, disse que ele é traidor. É um traidor mesmo, porque tira direitos de trabalhadores e trabalhadoras deste País.

Portanto, não podemos ser a favor da Medida Provisória nº 870, porque ela vem para acabar com o Estado brasileiro, com as suas organizações, com o bem-estar da população brasileira. Com os conselhos este Governo vem acabando aos poucos. Nós não podemos aceitar isso. Esta Casa, volto a dizer, tem uma responsabilidade tremenda, a de defender de fato a população brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Para falar favoravelmente à matéria, concedo a palavra ao Deputado Celso Maldaner. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Eli Borges. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Filipe Barros. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Alexandre Frota. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, população que nos acompanha, confesso que, na minha visão, esta matéria não deveria sequer passar pelo Parlamento. Essa é a minha opinião. Porque o Presidente, Deputado Guilherme Derrite, tem autonomia para organizar os Ministérios da forma como bem entender. Os Governos passados fizeram toda a organização. O Governo da Dilma inclusive chegou a praticamente dobrar o número de Ministérios que agora o Governo Bolsonaro tem proposto.

O Poder Executivo não tem a prerrogativa de chegar a esta Casa, a este Parlamento, e interferir nos trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Comissão de Educação. Por que nós teríamos, então, a prerrogativa de mudar a estrutura organizacional proposta pelo Poder Executivo?

Mas essa é a minha opinião particular, Sra. Presidente. O fato é que, neste momento, estamos debatendo a Medida Provisória nº 870. Eu fiz parte da Comissão Mista que aprovou o relatório, com algumas alterações.

Eu quero, Deputado Diego Garcia, fazer um pedido a todos os Parlamentares. Nós temos que compreender a proposta da nova estrutura ministerial feita pelo Presidente Bolsonaro. A nova proposta é de o Ministério da Justiça focar exclusivamente o combate à corrupção e ao crime organizado; é de o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos

Humanos se voltar para as diversas políticas públicas relacionadas a esses temas — inclusive, a Ministra Damares é mãe de uma indígena e foi militante, durante toda a sua vida, na causa indígena.

Essa é a nova proposta. Eu peço aos Parlamentares que tenham a complacência de entender essa nova proposta. Todas as propostas feitas pelos Presidentes passados foram acatadas por esta Casa. Inclusive, quando quiseram colocar Lula num Ministério, não houve resistência. Agora, Srs. Deputados, é importante que votemos a medida provisória, para não deixarmos que retorne a estrutura ministerial do Governo Temer.

Mas é importante, na minha opinião, que votemos os destaques de maneira nominal e mantenhamos o COAF no Ministério da Justiça e a FUNAI, no Ministério dos Direitos Humanos.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Para falar contrariamente à matéria, tem a palavra a Deputada Perpétua Almeida. *(Pausa.)*

O SR. DELEGADO PABLO (PSL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Deputado Delegado Pablo quer deixar registrado que votou conforme a orientação do partido na votação passada.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Tem a palavra Deputado o Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta medida provisória tem um único objetivo: jogar para a plateia, dizer ao povo brasileiro que está enxugando gastos, reduzindo gastos. E, ao reduzir gastos, extingue diversas políticas públicas da maior importância, como as políticas na área da cultura — foi extinto o Ministério da Cultura — e toda a política de formação profissional e organização sindical que vinha sendo feita pelo Ministério do Trabalho. Ao mesmo tempo, ela concentra poderes no Ministério da Economia, o superministério que absorveu o Planejamento e hoje tem condições de controlar não só o Banco Central, o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, como também toda a organização do orçamento federal. Ela dá ao Sr. Paulo Guedes um superpoder. O Posto Ipiranga não é Posto Ipiranga, é uma rede.

Pois bem. Esta medida provisória que reorganiza os Ministérios não é uma medida provisória que atende o interesse do povo brasileiro. Para reduzir gastos, o Governo deveria, isto sim, baixar a taxa de juros SELIC, que aumenta as despesas financeiras do Governo, as despesas com a dívida interna, que são bilionárias. Agora o Governo manda para o Congresso o PLN 4, que autoriza o aumento do endividamento em 240 bilhões de reais. Esse PLN, sim, vai aumentar as despesas financeiras do Governo, vai retirar recursos da educação, da saúde, da assistência social, da cultura, da reforma agrária e de tantas coisas importantes para o povo brasileiro.

É evidente que todo governo tem o direito de se organizar, de organizar sua máquina pública da melhor forma possível, mas não extinguindo aquilo que interessa ao povo brasileiro, não extinguindo as políticas públicas, não concentrando o poder, como se fez nesta medida provisória. É por isso que a nossa posição é contrária a esta medida provisória. Não é contrária ao direito do Governo eleito de governar, mas contrária ao fim de direitos do povo brasileiro, de políticas que interessam à maioria do povo.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Para falar favoravelmente à matéria, tem a palavra o Deputado Alexandre Frota. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Bacelar.

O SR. BACELAR (PODE - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Deputada Geovania de Sá, Sras. e Srs. Deputados, eu sou um Deputado de oposição ao Governo, mas não posso desconhecer que é competência do Executivo desenhar e fazer um organograma dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Discordo do Deputado Filipe Barros quando S.Exa. diz que tal matéria não deveria vir ao Poder Legislativo. Pelo contrário. A competência é do Poder Executivo, mas o controle cabe ao Poder Legislativo. E o Poder Legislativo fez esse controle de forma correta, o Poder Legislativo está interferindo nesta matéria de forma correta.

Ficam aqui os meus reconhecimentos e aplausos ao trabalho que a Comissão fez, sem barganha, ao trabalho que a Comissão fez, com alto nível de articulação política e de defesa dos interesses do Brasil.

A duas matérias, entretanto, que constam do PLV sou radicalmente contrário. A primeira é a alteração da estrutura ministerial, desfazendo-se a criação do Ministério do Desenvolvimento Regional e retomando as Pastas que haviam sido unidas, o Ministério da Integração e o Ministério das Cidades. Isso não é competência nossa.

E mais: um tema inserido no projeto de lei de conversão foi o das atribuições dos auditores-fiscais da Receita Federal. O projeto de lei altera as atribuições dos auditores-fiscais. Não é competência desta Casa, não é matéria que integra a medida provisória. Essa diminuição da competência do auditor-fiscal, limitando-a, em matéria criminal, à investigação

dos crimes contra a ordem tributária ou relacionados ao controle aduaneiro, é um instrumento que vai dificultar o combate à corrupção.

Vou votar na medida provisória, no projeto de lei de conversão, mas contra — e peço aos Srs. Deputados que votem contra — a criação de novos Ministérios e a limitação das competências dos auditores-fiscais da Receita Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Requerimento de encerramento de discussão e de encaminhamento da votação:

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 178, caput, combinado com os arts. 157, § 3º, e 117, inc. XI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o encerramento da discussão e do encaminhamento da votação da MP 870/19.

Para falar favoravelmente à matéria, concedo a palavra ao Deputado Alexandre Frota. *(Pausa.)*

Ausente.

Para falar contra a matéria, concedo a palavra ao Deputado Joseildo Ramos.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu me manifesto contrário ao presente encaminhamento, para que encerremos a discussão, porque, neste momento, nesta circunstância, não tenhamos dúvida, o Brasil espera de nós que debatamos esta história definitivamente. É uma verdadeira cortina de fumaça o que está sendo colocado para a sociedade brasileira. Na realidade, a diminuição do número de Ministérios vai na direção daquilo que este Governo fascista é contra. Este Governo obscurantista, que tem 5 meses, até agora revelou para o País um vazio. É um governo — repito o que disse ontem — amorfo, é um governo desestruturado, que não tem eira nem beira. É uma vergonha o que o Brasil está passando.

Como é que se pode colocar o Ministério da Agricultura para encaminhar questões ambientais no nosso País? Isso não está correto. Como é que o Presidente, através de um decreto, simplesmente extingue os verdadeiros canais de controle social e de democracia participativa? Ele demonstra o desprezo que tem pelas luzes, pela discussão, pela inclusão da cidadania no cotidiano da política nacional. É este o Governo que não aponta para um futuro organizado para o nosso País.

Então, não significa ter menos Ministérios, significa não concentrar poder na mão do Ministério da Justiça, cujo Ministro está desmoralizado pelo próprio Presidente da República. Isso não está claro para esta Casa?

É por isso que nossa manifestação é contrária ao encerramento da discussão. Esta é uma discussão que se requer histórica, pelo peso da sua importância para todos os brasileiros.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Orientação de bancadas.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PSL?

A SRA. MAJOR FABIANA (PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSL, Sra. Presidente, justamente por saber o que o Brasil espera de nós, o PSL, o partido do Presidente, requer o encerramento da discussão e o encaminhamento da votação.

O voto do PSL é "sim", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT está em obstrução, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O PDT está em obstrução.

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PP, o MDB e o PTB votam "sim", pelo encerramento da discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O voto do PP é "sim".

Como vota o PT?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PT tem uma clareza imensa de que esta proposição, esta reforma administrativa, que retira o Ministério do Trabalho e, ao mesmo tempo, impede a homologação das terras indígenas; de que esta reforma administrativa, que quer que as informações do COAF passem pelo crivo de Sergio Moro, porque foi o COAF, na Economia, que indicou a necessidade de haver uma investigação contra Flávio Bolsonaro... Portanto, dizer que o COAF ir para o Ministério da Justiça é combater a corrupção é negar os fatos.

Além disso, esta proposição, que acaba com o Ministério da Cultura, que retira o conselho, precisa ser discutida.

Por isso, o PT obstrui. Obstrui em nome da República, obstrui em nome de uma seriedade que não existe no Palácio do Planalto, que trabalha sempre...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

O SR. CÁSSIO ANDRADE (PSB - PA) - O PSB, Sra. Presidente.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota "sim".

Eu queria dizer que não entendo qual é o receio de alguns Deputados de esquerda, que, certamente orientados por seus Líderes e por aqueles que inclusive estão na prisão, não querem o COAF no Ministério da Justiça. Não entendo qual é o receio desse pessoal. É importantíssimo que o COAF continue no Ministério da Justiça, para que possam ser colocados na cadeia todos aqueles que roubaram este País. Isso é importante.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PSB?

O SR. CÁSSIO ANDRADE (PSB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB vota "não".

Eu gostaria de registrar, Sra. Presidente, o momento de violência que vive o nosso Estado do Pará. Na chacina que aconteceu recentemente na nossa Capital mataram 11 pessoas, das quais 7 eram mulheres. Foi um crime que demonstrou que a violência no Estado do Pará continua crescendo. Neste ano já mataram 19 policiais. A população continua vivendo uma situação de desespero. A Força Nacional foi para o nosso Estado do Pará, e não fez nem cócegas a sua presença. Apenas 200 homens no meio de mais de 16 mil policiais militares que o Estado do Pará tem é algo insignificante. A Força Nacional, apesar de ter valorosos servidores, nada mais é do que uma máquina de *marketing* que não resolve os problemas da segurança pública.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB?

O SR. CÉLIO SILVEIRA (PSDB - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota "sim", Sra. Presidente. O PSDB está aqui para votar tudo o que for importante para o desenvolvimento do País. O povo brasileiro não aguenta mais enganação. O povo brasileiro quer emprego, quer trabalho, quer renda.

O PSDB vota "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PRB?

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (PRB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB vota "sim", Sra. Presidente, porque quer ver o crescimento do País.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o DEM?

O SR. OLIVAL MARQUES (DEM - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota "sim".

Eu aproveito para parabenizar o excelente trabalho que o Governador do Estado vem desenvolvendo, com muito empenho, dedicado à segurança. Peço ao poder público, à Justiça, a todos, que se voltem para o nosso Estado. O nosso Estado está sofrendo uma calamidade na área da segurança.

Nós queremos dar celeridade aqui ao encaminhamento deste projeto, para votarmos logo e cuidarmos ativamente das coisas de que o nosso País realmente precisa.

Como bem disse o meu colega Deputado Cássio, nós enfrentamos esses dias uma situação horrível, em que 11 pessoas foram assassinadas, e precisamos dedicar o nosso tempo a políticas públicas de segurança e a todos os outros pontos.

Nós votamos "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o Solidariedade?

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Solidariedade vota "sim". Aachamos que é importante encerrar a discussão e votar esta matéria, que é uma prerrogativa do Presidente da República, e ele encaminhou aqui para a Câmara.

É natural que o Solidariedade tenha ajustes a fazer na matéria, o que é legítimo do Parlamento — é importante que o Parlamento contribua —, mas nós queremos votar esta matéria no dia de hoje, definir isso, agilizar, para que o Governo efetivamente comece a funcionar. O Solidariedade quer o Brasil crescendo, a economia melhorando.

Nós votamos "sim" ao encerramento, para virarmos esta página e irmos para outras medidas provisórias.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o Podemos?

A SRA. RENATA ABREU (PODE - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, o Podemos quer encerrar a discussão e começar o encaminhamento das votações. Nós precisamos avançar nesta medida provisória de reestruturação do Governo, mas principalmente definir que o COAF tem que ficar com Sergio Moro, com o Ministério da Justiça. Essa é uma posição de fechamento de questão do nosso partido.

Nós queremos avançar na votação o quanto antes.

O Podemos vota "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PR?

O SR. EDIO LOPES (PL - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL, Sra. Presidente, entende que esta matéria já foi amplamente debatida, não só no Congresso, mas também com a sociedade. Portanto, nós entendemos que temos que acelerar o processo e concluir as votações hoje nesta Casa, para que haja tempo hábil para a apreciação no Senado da República.

O PR vota "sim", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PSOL?

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL, Sra. Presidente, segue na obstrução.

Nós estamos vivendo uma verdadeira crise na educação. Mais uma vez, o Ministro da Educação passou a manhã na Comissão repetindo mentiras e dados demagógicos.

Agora, o Governo anuncia o descontingenciamento de apenas 1 bilhão e 500 milhões, sem dizer de onde, sem nenhuma garantia oficial. Tenta desmobilizar o levante juvenil que já tem data marcada: 30 de maio.

Vale lembrar que os cortes na educação somam quase 6 bilhões de reais e inviabilizam universidades, institutos federais, a ciência, a tecnologia e hospitais universitários. Portanto, não é por 1 bilhão e 500 milhões, é pela filosofia, é pela sociologia, é pela ciência e tecnologia, é pelo respeito à educação, é para que possamos garantir o futuro das nossas instituições.

O dia 30 vai ser maior e vai ser nas ruas.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PROS?

O SR. GASTÃO VIEIRA (PROS - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PROS vota "sim", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PCdoB?

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PCdoB continua em obstrução, em defesa do Brasil, em defesa da educação.

Todo governo tem o direito de fazer uma reforma administrativa, é óbvio, mas reforma para prejudicar as políticas públicas que atendem da melhor maneira o povo é um tipo de reforma que não deve ser aprovada. É em defesa do povo brasileiro que mais uma vez aqui manifestamos a nossa posição clara, resoluta contra esse tipo de proposição, que prejudica o povo brasileiro, que é contra a segurança alimentar e nutricional, que prejudica a política indigenista. Enfim, há graves problemas embutidos no texto da medida provisória.

Nós continuamos em obstrução, dizendo "sim" à educação brasileira, dizendo "sim" a que se façam mudanças...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PSC? *(Pausa.)*

O SR. DANIEL COELHO (CIDADANIA - PE) - O Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o Cidadania, Deputado Daniel Coelho?

O SR. DANIEL COELHO (CIDADANIA - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Sim".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o NOVO?

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO vota "sim", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o Avante? *(Pausa.)*

Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

Como vota o PV?

O SR. CÉLIO STUDART (PV - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Partido Verde, Sra. Presidente, quer votar, mas alerta que vamos fincar o pé na questão da FUNAI. Demarcação de terra é com a FUNAI, e o lugar da FUNAI é no Ministério da Justiça, não num Ministério que não quer demarcação de terra e quer desprestigiar os índios.

O PV vota "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

Como vota a Oposição? *(Pausa.)*

O SR. ANDRÉ FERREIRA (PSC - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PSC vota "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota a Oposição? *(Pausa.)*

Como vota o Governo?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O Governo vota "sim".

Vamos encerrar a discussão e vamos votar!

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Aqueles que forem pela aprovação do requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO O REQUERIMENTO.

Requerimento de votação de proposição artigo por artigo:

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 117, XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que a MPV 870/2019 seja votada artigo por artigo.

Sala das Sessões, 22 de maio de 2019

Para falar favoravelmente, tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores, a pressão popular está dando resultado. O Governo Federal acaba de anunciar uma diminuição nos cortes anunciados, que ele insiste em chamar de "contingenciamento", para a área de educação.

Só que agora nós temos que ficar de olho, para saber quais critérios vão ser utilizados para as instituições que vão receber esses recursos. Se não, vem a teoria do Sr. Ministro da Educação, de que não devem ser priorizadas universidades, escolas ou institutos federais que, na concepção dele, fazem balbúrdia. Vamos ficar de olho, fiscalizar.

Mas essa batalha não acabou. Ela só vai terminar quando o Ministério da Educação, quando o Sr. Ministro da Economia e o Sr. Presidente da República, Jair Bolsonaro, voltarem atrás nos 30% de cortes. Por enquanto, foi só a primeira batalha vencida, vitória de estudantes, professores, profissionais de educação como um todo que, em todo o Brasil, deram uma demonstração contundente de que não ficarão adormecidos.

Sr. Bolsonaro, se o seu Governo quer ficar de joelhos para Donald Trump, que fique, mas não espere ser acompanhado por brasileiros e brasileiras, que não ficarão de joelhos para ele.

No dia 30, a manifestação em todo o Brasil vai ser mais uma demonstração de força para este Governo que ataca o pensamento crítico e que está promovendo uma caçada à educação pública brasileira.

O Governo dá o primeiro recuo. Outros recuos virão com a presença do povo na rua.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Para falar contrariamente, tem a palavra o Deputado Celso Sabino. *(Pausa.)*

Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Diego Garcia. *(Pausa.)*

Ausente do plenário.

Orientação de bancadas.

Como vota o Bloco do PP?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - "Não", Sra. Presidente.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PSL vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O PSL vota "não".

Como vota o PT?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Na verdade, o Governo tem uma rejeição da população que é maior do que a sua aceitação. Este Governo, nos seus estertores ou no seu desespero, chama uma manifestação para o próximo domingo, dia 26, para que o povo vá às ruas. Eu me pergunto: defender o quê? A diminuição do salário mínimo? Um desemprego com desalento que chega a 30 milhões de pessoas? A volta da fome? A volta do crescimento da inflação? A retração do PIB? Ah! Mas eles não têm nada para defender.

Do alto do seu "sincericídio", o Sr. Bolsonaro diz que a sua intenção é destruir, e só trabalha com ódio, e elegeu enquanto inimigo interno imaginário a educação, porque o arbítrio não suporta a educação, a arte, a cultura e a ciência.

Por isso o PT vai obstruir.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Como vota o PR? *(Pausa.)*

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O PDT está em obstrução.

Como vota o PL? *(Pausa.)*

Como vota o PSD?

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PSD tem interesse em votar a matéria porque nada mais justo é que um Presidente legitimamente eleito tenha o protagonismo de reorganizar administrativamente o seu Governo.

Portanto, o PSD vota "não".

(Durante o discurso do Sr. Fábio Trad, a Sra. Geovania de Sá, 2ª Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.)

O SR. EDIO LOPES (PL - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vota "não".

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO vota "não".

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O Podemos vota "não".

Como vota o PRB?

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (PRB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB vota "não". Não faz sentido, em uma medida provisória desse tamanho, votarmos artigo por artigo aqui, até de madrugada. Não faz sentido.

O PRB vota "não".

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO vota "não".

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos também vota "não".

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PRB - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço autorização para entregar um discurso sobre a abertura da minha Frente Parlamentar e solicitar que seja considerado como lido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Pois não, Deputado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CAPITÃO ALBERTO NETO.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSOL?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, do que a Direita tem medo? Por que não quer debater? Por que não quer debater o COAF? Por que não quer debater o papel da FUNAI na garantia de um direito originário dos povos indígenas? Por que se nega a debater a importância de uma política cultural para este País? Por que se nega a debater a essência deste projeto, que é a reestruturação administrativa do País? Aliás, feita de forma radical, mas totalmente afinada apenas com o que pensa o Presidente e a sua equipe, que representam os interesses dos muito ricos do País e dos muito ricos do mundo, à revelia do sentimento do povo.

O objetivo é inviabilizar a política de habitação popular, o saneamento básico, os direitos indígenas e quilombolas, os direitos do pobre do Brasil. Por isso...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. CÉLIO STUDART (PV - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - PV, "não".

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o DEM? *(Pausa.)*

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - PSDB, "não".

Como vota o DEM?

O SR. OLIVAL MARQUES (DEM - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Democratas, "não".

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PCdoB está em obstrução.

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o Cidadania? *(Pausa.)*

Como vota o Avante? *(Pausa.)*

Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

O SR. DANIEL COELHO (CIDADANIA - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Cidadania vota "não".

O SR. CHIQUINHO BRAZÃO (AVANTE - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Avante vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Avante, "não".

Como vota a REDE? *(Pausa.)*

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Solidariedade, "não".

Como vota a REDE? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

Como vota a Oposição? *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que considere como lido o nosso discurso e que autorize a sua divulgação no programa *A Voz do Brasil*.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CÉLIO MOURA.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Em votação o parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Diego Garcia.

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós encaminhamos favoravelmente aos pressupostos constitucionais desta matéria porque entendemos a importância que a MP 870 tem para o País.

De fato, não é porque o Presidente da República encaminhou que nós temos que aprovar, mas temos que aprovar porque esse é um anseio da população, é um anseio da sociedade. A sociedade, em ampla maioria, quer o enxugamento da máquina pública, quer maior efetividade nas ações dos Ministérios, quer maior integração, principalmente nas ações que precisam ser adotadas por este novo Governo no enfrentamento à corrupção.

Neste momento, eu me mantenho atento a um dos destaques, ao que vai ser feito pelo nosso partido, o Podemos, sobre a votação em torno da matéria do COAF, para que ele possa retornar para o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Em 2011, no início das investigações da Lava-Jato... O COAF atuou 3 anos antes do início da Lava-Jato.

Em 2014, o Coaf já vinha monitorando operações suspeitas que ajudaram a fundamentar a operação da Polícia Federal.

2014 - Operações atípicas

O órgão detectou transações atípicas de R\$ 23 (...) bilhões entre 2011 e 2014. Os suspeitos investigados da Lava Jato, como o doleiro Alberto Youssef e empreiteiras com contratos com a Petrobras. Segundo o Coaf, foram movimentados quase R\$ 1 bilhão em dinheiro. O órgão produziu 108 relatórios ligados às irregularidades.

2015 - Ligação entre Lula e Odebrecht

O Coaf detectou movimentações suspeitas da empresa de palestras do ex-presidente Lula e constatou, na época, que empreiteiras investigadas na Lava Jato pagaram quase R\$ 10 milhões. Dois anos depois, delatores da Odebrecht contaram que pagavam Lula para expandir os negócios do grupo.

Ora, se o COAF não atua de forma a ajudar o País, se o COAF não tem hoje essa missão e essa responsabilidade, eu não sei quem mais tem.

Então, todo esse discurso que foi construído nós precisamos derrubá-lo aqui hoje, nesta votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Concedo a palavra ao Deputado Assis Carvalho. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Deputada Perpétua Almeida. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - O COAF tem apontado uma série de irregularidades. Inclusive apontou uma série de irregularidades que originaram o inquérito contra o filho do Presidente da República,

até uma movimentação completamente atípica e completamente destoante dos rendimentos de um assessor do filho do Presidente da República. E o que disse Sergio Moro, quando saiu a denúncia envolvendo Queiroz?

Aliás, é bom perguntar onde está Queiroz? Onde está Queiroz?

Bom, Sergio Moro disse que não tinha nada a fazer com isso e simplesmente fechou os olhos. Talvez tenham batido fundo nas negociações que, à luz da democracia, não conseguem atingir, feitas nos subterrâneos para dar a vitória eleitoral a Jair Bolsonaro, de que ficaria com o Mistério da Justiça e que depois teria uma vaga como Ministro do STF.

É a esta pessoa, porque é esta a pessoa, que se quer vincular o COAF? Uma pessoa que liberou — liberou — informações sob sigilo, que fez escuta ilegal de conversas com a Presidenta da República à época? É para Sergio Moro, que negociou a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva sem crimes e sem provas, em troca da condição de Ministro? E agora ele quer controlar o COAF para poder utilizar os dados do COAF a seu bel-prazer. Que autonomia vai ter alguém que tem a promessa de ser Ministro do STF para investigar aqueles que estão ao lado do Presidente da República e de utilizar os dados de forma isenta?

Não me venham com essa discussão de que o COAF, no Ministério da Justiça, representa combate à corrupção! Cadê o Queiroz? Como é que se consegue explicar que pessoas que denunciaram milícias estão no programa de proteção, e agora o Ministério dos Direitos Humanos está exigindo informações para quebrar o sigilo de quem está sob proteção, sob pena de não repassar dinheiro ou recursos para o programa? Como é que se explica essa relação com as milícias e com a bandidagem que está estabelecida por Jair Bolsonaro e Sergio Moro?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Passa-se à orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP? (*Pausa.*)

Como vota o PT? (*Pausa.*)

Como vota o PSL? (*Pausa.*)

Como vota o PR? (*Pausa.*)

Como vota o PSD? (*Pausa.*)

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSL vota "sim".

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT está em obstrução.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco do PP vota "sim".

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores entende que esta matéria é muito difícil. Como pode o Governo querer acabar com a demarcação das terras indígenas? É inadmissível o Ministro Moro ficar com o COAF! Ele só sabe perseguir. E eu gostaria de perguntar: cadê o Queiroz? O escritor Paulo Coelho disse que o Queiroz pode não estar entre nós. Cadê o Queiroz? Onde está o Queiroz?

O PT está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. DANIEL COELHO (CIDADANIA - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Cidadania vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PRB?

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (PRB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB entende que esta é uma matéria importantíssima para o País. Nós estamos tratando aqui de toda a reestruturação da máquina administrativa do Governo, legitimamente eleito nas últimas eleições. Portanto, seria uma irresponsabilidade a Câmara dos Deputados votar contra os pressupostos constitucionais de recebimento da medida provisória. Cada temática, cada artigo, vamos discutir de acordo com as definições partidárias ideológicas. Mas receber a medida provisória é necessário. Portanto, o PRB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PRB vota "sim".

O SR. EDIO LOPES (PL - RR) - Peço a palavra para encaminhar pelo PR, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o Podemos?

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome do nosso partido, o Podemos, nós encaminhamos o voto favorável a esta medida provisória, entendendo que ela é constitucional e é importante para o País.

O Podemos encaminha o voto "sim".

O SR. EDIO LOPES (PL - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSDB?

O SR. CÉLIO SILVEIRA (PSDB - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o Solidariedade?

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o DEM? (*Pausa.*)

Como vota o PSD?

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota "sim", porque entende que a aprovação dessa medida provisória vai condicionar o Governo a adotar as medidas administrativas compatíveis com a governabilidade.

O SR. OLIVAL MARQUES (DEM - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas orienta o voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O Democratas vota "sim".

Como vota o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Olhem, se fosse um militante de esquerda, era condução coercitiva na certa. Agora, o Queiroz samba na cabeça do Ministério Público, e ninguém sabe onde ele está. Eu acho que, se chacoalhar o Bolsonaro ou o Senador Flávio Bolsonaro, o Queiroz pode cair do sovaco deles. Aí tem muita coisa mal explicada que a sociedade brasileira precisa entender. E Sergio Moro utiliza o aparato do Governo Federal, do Ministério da Justiça, para fazer o quê? Para chicotear adversário e proteger aliado.

O PSOL segue em obstrução.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O NOVO vota "sim".

Como vota o PROS? (*Pausa.*)

Como vota o PCdoB?

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB continua em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. ANDRÉ FERREIRA (PSC - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PSC vota "sim".

Como vota o Avante? (*Pausa.*)

Como vota o Patriota? (*Pausa.*)

Como vota o PV? (*Pausa.*)

Como vota o PSB?

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB vai continuar em obstrução. Nós temos clareza de que no mérito, ressaltados os destaques, nós vamos acompanhar e votar a favor da medida, mas temos explicado aqui a necessidade de que não pareça ao Brasil que está tudo absolutamente sob controle. A situação que vive o Brasil é delicada e grave. Essa medida provisória também acaba com o Ministério do Trabalho e o Ministério da Cultura, dois estandartes da administração pública brasileira.

E queremos fazer particularmente uma anotação, no sentido de que é objeto de destaque do PSB a parte que trata das atribuições dos auditores da Receita Federal. É uma coisa incrível que se queira subtrair da autoridade fiscalizatória a possibilidade de fazer representações fiscais com fins penais.

Por isso, o PSB continua em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota a Minoria? (*Pausa.*)

Como vota a Oposição?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tenho lido nas redes sociais que alguns apoiadores de Bolsonaro têm a seguinte ideia sobre a democracia: o Presidente pode propor o fim do Ministério da Cultura, o Presidente pode propor o fim do Ministério do Trabalho, o fim do Ministério de Indústria e Comércio. Todas essas são posições que contrariam a nossa visão. Nós apoiamos a cultura e entendemos que o País sem Ministério da Cultura é um desrespeito com a cultura brasileira. E aí eles querem dizer que nós somos obrigados a votar a favor dessa medida provisória.

Esse é o conceito de democracia deles. Não compreendem que eles ganharam uma eleição, mas não são donos do Brasil. Nós vamos resistir, defender a educação pública, defender o retorno dos orçamentos das universidades e dos institutos federais. Queremos Ministério da Cultura! Queremos Ministério do Trabalho, para proteger empregos, Presidente!

Por isso estamos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Em votação.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.

Passa-se à votação do mérito da matéria.

Tem a palavra, pela Liderança do PSOL, o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao discutir essa questão da Medida Provisória nº 870, na Comissão Mista, apareceu como questão principal essa questão do Sérgio Moro e do "lava-jatismo".

Estou aqui com um texto que vai provar as ligações da família Bolsonaro com as milícias. Afinal de contas, existe a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senador Flávio Bolsonaro e existe a quebra de sigilo fiscal de mais de 90 pessoas que estiveram nos gabinetes da família Bolsonaro. Não só do Sr. Queiroz, que está desaparecido e ninguém vai atrás, há mais de 4 meses não se ouve falar, mas também de Natália Queiroz, que trabalhava no gabinete de Jair Bolsonaro, aqui, em Brasília e era *personal trainer*, no Rio de Janeiro — laranja. Mas não só esses, nós estamos falando também de outros desaparecidos: milicianos, assassinos, que têm mulher e mãe lotadas no gabinete de Flávio Bolsonaro, na Assembleia Legislativa, como ficou claro, no ano passado. Um deles é o Sr. Adriano Nóbrega. E, para que não se esqueçam, há o Bairro Rio das Pedras, onde o Queiroz se escondeu e onde o Sr. Adriano Nóbrega mandava. Ele é um dos chefes da milícia que controla Rio das Pedras, muito próximo ao conjunto habitacional da Muzema, que caiu e era controlado por milicianos.

Agora eu pergunto uma coisa: o COAF, quando descobriu as contas na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro do Sr. Flávio Bolsonaro, não estava no Ministério da Justiça? Não! Ele estava no Ministério da Economia. Antes, os próprios adversários disseram: "*Ah, nas investigações, o COAF teve um papel importante*". Onde? No Ministério da Economia. O que se quer aqui é uma espécie de empoderamento punitivista policial, para dar força a um cidadão que já está indicado para o Supremo Tribunal Federal. Isso é uma farsa! Isso é uma farsa! Na verdade, qualquer analista sério sabe que, nos países desenvolvidos, o COAF está no Ministério da Economia. E o caso da Alemanha, França, Espanha, ou onde quiserem.

Por isso, o que fica aqui e quero deixar registrado é o seguinte: onde está o Queiroz? Onde está o miliciano Adriano Nóbrega? Queiroz é ligado às milícias? Ele foi muito elogiado pelo Flávio Bolsonaro. Apareçam! E o Sr. Moro não pode continuar calado!

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO IVAN VALENTE.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Em votação o Projeto de Lei de Conversão de nº 10, de 2019, adotado pela Comissão Mista, à Medida Provisória nº 870, de 2019, ressalvados os destaques.

Passa-se à orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP? (*Pausa.*)

Como vota o PT? (*Pausa.*)

Como vota o PSL?

O SR. ENÉIAS REIS (PSL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PSL vota "sim".

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PR?

O SR. EDIO LOPES (PL - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. DANIEL COELHO (CIDADANIA - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Cidadania vota "sim".

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (PRB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB vota "sim", ressalvados os destaques, Sr. Presidente. O PRB vota "sim".

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PSD vota "sim".

Como vota o PSDB?

O SR. CÉLIO SILVEIRA (PSDB - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o Democratas?

O SR. OLIVAL MARQUES (DEM - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas orienta o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos?

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Podemos vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O Podemos vota "sim".

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - O NOVO, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o NOVO?

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O NOVO orienta o voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O NOVO vota "sim".

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vai votar "sim", ressalvados os destaques, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota PSOL? *(Pausa.)*

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o Avante? *(Pausa.)*

Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

Como vota a Oposição? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

O SR. MAJOR VITOR HUGO (PSL - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo orienta o voto "sim", pela importância da matéria para o Brasil, para a reestruturação da administração pública federal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O Governo vota "sim".

Como vota a Oposição?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aproveitar este 1 minuto da Oposição, respeitando as posições dos partidos, para denunciar algo gravíssimo que ocorreu no Estado de Mato Grosso. A OAB de Mato Grosso promoveu um desfile para oferecer crianças que estão aptas para a adoção. É inacreditável que tratem crianças aptas para a adoção dessa forma, colocando-as numa passarela, como se estivessem num leilão de gado. É a brutalidade que se está instituindo em determinados setores da sociedade brasileira, a desumanidade. É algo quase que inacreditável submeter a isso crianças que estão aguardando uma adoção.

Eu espero que a OAB nacional tome medidas severas para impedir isso. Espero que o Ministério Público atue para punir os responsáveis por esta barbaridade.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR) - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PT?

O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós entendemos, Sr. Presidente, que o PLV avançou muito, resultado do debate das negociações que ocorreram, em especial nas pautas que atingem os movimentos sociais, os índios, a questão do INCRA e mesmo a questão do retorno de alguns conselhos, como o CONSEA. Acharmos que foi um grande avanço no sentido de que esta Casa mostra que, quando quer, constrói um bom acordo, que é bom para o País. Infelizmente, nem sempre o próprio Governo consegue entender isso e, às vezes, faz oposição a ele mesmo. Mas olhando o Brasil e olhando o avanço que houve, nós seremos favoráveis.

O voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota a Minoria?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é importante que esta Casa preserve as conquistas que eram da Comissão Especial. É importante que o Plenário preserve essas conquistas, porque elas sintetizam o pensamento majoritário que preserva a autonomia do Poder Legislativo. Votar "sim" significa preservar os destaques.

Na hora dos destaques, nós vamos concentrar o nosso diálogo com esta Casa para preservar aquilo que é fundamental: devolver o COAF ao lugar de onde nunca deveria ter saído, que é o Ministério da Economia. O COAF não pode ser instrumento político de nenhum Ministro, de nenhum Governo. Ele é um órgão técnico. E, como órgão técnico, deve estar vinculado ao Ministério da Economia.

A Minoria encaminha o voto "sim", ressalvados os destaques.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - O PSOL, Sr. Presidente.

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE) - O PROS, Sr. Presidente.

O SR. ANDRÉ FERREIRA (PSC - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC vota "sim", orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Tem a palavra a Deputada Flordelis.

A SRA. FLORDELIS (PSD - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Quero aqui, Sr. Presidente, registrar também o meu repúdio contra o Shopping Cuiabá, que expôs crianças como se fossem animais. Eu, que ontem não consegui fazer o seminário a favor da adoção no País, registro aqui o meu repúdio contra esse *shopping*. Criança não é animal para ser exposta em passarela para ser adotada. Criança é gente e merece ser respeitada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro quero reconhecer que o PLV melhora em várias partes a proposta original do Governo. Nós do PSOL fomos contra essa proposta que centraliza poder na mão do Ministério da Economia, que centraliza poder na mão do Ministério da Justiça, que extinguiu o Ministério do Trabalho, que extinguiu o Ministério da Cultura. Evidentemente, essa proposta atacava o meio ambiente, particularmente os direitos indígenas.

Então, o PLV retoma essa questão, mas globalmente nós entendemos que essa proposta do Governo é nociva. Ela é nociva! Nos destaques nós vamos votar aquilo que interessa, particularmente desmistificar Moro e também garantir investigação de outro lado, com os auditores fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSB?

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, Sr. Presidente, tinha muitas divergências com a redação original da MP 870, em especial com relação à extinção do Ministério do Trabalho e do Ministério da Cultura, à retirada da FUNAI do Ministério da Justiça, à demarcação de terras ir para o Ministério da Agricultura, o MAPA. Era uma incongruência muito grande, mas o debate propiciado na Comissão permitiu que houvesse muitas evoluções.

Ainda temos algumas observações a fazer. Achamos que foi saudável o COAF voltar ao seu leito de origem, que é o Ministério da Economia, onde sempre funcionou muito bem, a exemplo do que ocorre nos países da OCDE. No entanto, ainda temos restrições e preocupações enormes com relação à retirada de atribuições dos auditores fiscais da Receita Federal, o que foi objeto de destaque do meu partido e será discutido exatamente nos destaques.

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (AVANTE - BA) - Sr. Presidente, o AVANTE.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - O PSOL vota "não", Presidente.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - O PCdoB, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Só um minutinho.

Como vota o Avante?

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (AVANTE - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Avante vai procurar votar com coerência, muito embora esteja aguardando uma solução da Presidência. Em um país onde o desemprego é grande e a humilhação aos trabalhadores é vista em tudo quanto é canto, acaba-se com o Ministério do Trabalho. Precisamos do retorno desse Ministério.

Também na questão da segurança pública, um país com a violência crescente e um Governo que vem dizendo que quer mudar, quer resolver, acaba-se com o Ministério de Segurança Pública, uma luta nossa há muito tempo. E num país que precisa ter justiça social, pega-se a FUNAI e tenta colocá-la num órgão que não tem nada a ver com os índios.

Portanto, o Avante vai votar com coerência no que for importante para a sociedade brasileira, entendendo que o direito é sagrado a todos os cidadãos da nossa Nação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PROS?

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PROS orienta o voto "sim", entendendo que os Poderes devem ser independentes, e o Legislativo deve respeitar a decisão do Executivo em relação às funções e aos órgãos que compõem o Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós vamos votar "sim" ao PLV, porque ele incorpora algumas questões que minoram os prejuízos da arquitetura da República. Em primeiro lugar, a FUNAI, em segundo lugar, sem dúvida, a questão do COAF, que é matéria econômica, na economia.

Então, o PCdoB vai votar "sim", mas ainda espera a recriação do Ministério da Cultura e do Ministério do Trabalho.

O PCdoB vota "sim".

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - A Oposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PP?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PP/ MDB/PTB encaminha o voto "sim", e vamos partir para as discussões da matéria na hora dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PV?

O SR. CÉLIO STUDART (PV - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PV entende que o PLV evolui na questão indígena. Devemos respeitar o direito dos índios, coisa que o Brasil teme bastante que não seja respeitado, mas temos discordâncias em alguns pontos, que iremos colocar aqui nos destaques.

Orientamos o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota a Minoria? (*Pausa.*)

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria orienta o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota a Oposição? (*Pausa.*)

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (AVANTE - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Avante vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O Avante vota "sim".

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Oposição vota favoravelmente ao projeto de lei de conversão. Nós também ressaltamos aqui o avanço que tivemos em relação à demarcação de terras indígenas, a discussão que envolve os nossos índios no País, que precisam ser respeitados. Na medida original, eles estavam sendo prejudicados com a mudança colocada pelo Governo.

De um modo geral, nós dizemos "sim", e aqui está provada a nossa responsabilidade com o País. A Oposição não quer negociar; a Oposição não quer trocar favores com o Governo. Ela tem a responsabilidade de chamar a atenção para os equívocos. A Oposição tem a responsabilidade de corrigir os erros, de mostrar que as coisas não podem ser feitas nas coxas. E é por isso que nós estaremos atentos a todas as atitudes para corrigir os equívocos e para avançar quando for necessário. As discordâncias e os debates vão acontecer agora com a votação dos destaques.

Nós orientamos o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. GUSTINHO RIBEIRO (SOLIDARIEDADE - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade orienta o voto "sim".

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. me dá a palavra por um minuto? Nós estamos chegando a um acordo sobre a retirada de dois destaques que alteram a questão de demarcação de terra indígena.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Os dois são de emenda. Eles podem ser retirados a qualquer momento.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Parece-me que, após a votação do mérito, não seria possível a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Eu vou olhar. Quais são os dois?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Um é do MDB, e o outro é do Deputado Túlio Gadêlha, do PDT, sendo que um deles, não sendo de emenda, ou retirado até agora, a hora da votação, ou não poderá ser mais retirado e pode prejudicar toda a votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Qual é o do MDB? É o 27?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - É o 27, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Então, temos que esperar. Eu não posso terminar a votação.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Nós estamos aqui tentando retirar os dois juntos, para manter o texto do PLV.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Eu também acho.

Tem a palavra o Deputado Paulo Pimenta, pela Liderança do PT.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Bom, eu acho que é importante garantir, antes da votação, todos os cuidados para que todo o acordo seja absolutamente... Eu queria que V.Exa. tivesse esse cuidado para, se for o caso...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Nós esperamos um pouquinho, está indo bem.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Esperar um pouquinho para nós...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Não tem ninguém obstruindo, então não tem problema.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Então, vamos conferir direitinho, para garantir o cumprimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Está indo rápido até para que, a pedido da Deputada Jandira, nós possamos votar ainda hoje a Medida Provisória nº 868, de 2018.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Se V.Exa. quiser que entremos em obstrução para dificultar um pouquinho a votação, nós podemos mudar a orientação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - É pedido da Deputada Jandira, a Líder da Minoria — ela não prestou atenção até agora. É pedido dela que votemos a MP 868.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - É preciso ir aí para olhar os destaques, Sr. Presidente?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sr. Presidente, gozação tem limite, viu?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Sr. Presidente, há necessidade de ir aí conferir os destaques ou não há necessidade?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Não, estamos esperando. Vamos esperar. Só vamos fazer a votação depois que conseguirmos construir esse acordo.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Estabilizar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Isso.

Alguém quer usar o tempo de Líder, pela Liderança de algum partido? Nós vamos usando o tempo de Líder.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta, pela Liderança do PT. *(Pausa.)*

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a possibilidade, enquanto o Deputado Paulo Pimenta se dirige à tribuna, de falar da preocupação com um projeto de "revitalização" — entre aspas — que a Prefeitura de Nova Friburgo está tentando tocar na Praça Getúlio Vargas.

Houve um anúncio de início de obras de arqueologia. Não existe aprovação do IPHAN. Não houve discussão com a sociedade friburguense. E podem estar presentes ali interesses imobiliários — que não estão trabalhando de maneira evidente — que querem vencer o tombamento paisagístico da praça, para que venham a prevalecer.

Então, toda a solidariedade ao movimento SOS Praça.

E que Prefeitura não inicie essas obras de maneira indevida. A população de Nova Friburgo precisa ser ouvida e respeitada.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta, pela Liderança do PT.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho a esta tribuna para manifestar a absoluta preocupação da bancada do Partido dos Trabalhadores com o momento que vive o nosso País.

Nós estamos nos aproximando, Sr. Presidente, do quinto mês do novo Governo. Como disse o nosso Prof. Fernando Haddad, nosso candidato a Presidente da República, a única medida efetiva tomada pelo Governo foi o fim do horário de verão.

O novo Governo, que se elegeu e criou uma enorme expectativa em parcelas importantes da sociedade brasileira, teria condições de adotar iniciativas e medidas que pudessem fazer com que o País voltasse a crescer, promovessem o desenvolvimento, gerassem emprego e garantissem melhoria na qualidade de vida para parcelas importantes da sociedade brasileira que já sofreram, de maneira muito intensa, as consequências do desgoverno Temer.

Esse consórcio político, midiático e jurídico, que se formou no País e que foi responsável pelo afastamento da Presidenta Dilma, já naquela época construiu um discurso, segundo o qual, afastada a Presidenta Dilma, o Brasil voltaria a crescer. Havia, então, a necessidade de se votar a PEC dos Gastos. Depois, havia a necessidade de se votar a reforma trabalhista. Posteriormente, surgiu o debate de que se precisava da eleição de um Presidente comprometido com essa pauta ainda mais liberal do que aquela implementada pelo Temer. E nós assistimos aos índices de desemprego chegarem a patamares impressionantes; há mais de 14 milhões de desempregados e 28 milhões de subempregados. E não há nenhuma iniciativa do Governo.

A que assistimos? A uma política recessiva de corte de gastos, de corte de investimentos, de corte de capacidade mínima de custeio das universidades e dos institutos federais e a toda uma pauta do Governo centrada num debate sobre a reforma da Previdência, que tem como foco específico a retirada de direitos dos trabalhadores, das trabalhadoras, dos aposentados, das aposentadas — dos setores da sociedade que mais precisam.

O Brasil mergulha rapidamente num quadro não só de estagnação econômica, mas também de depressão. Há, no cenário internacional, o avanço da sensação de que este Governo não reúne condições mínimas.

Temos um Presidente mergulhado em esquemas gravíssimos, em suspeitas que envolvem familiares com o crime organizado, com as milícias.

E o investidor? Quem é o empresário que está disposto a investir num país que tem um Presidente da República incapaz de promover qualquer iniciativa de diálogo, que está agora incentivando a sociedade a ir às ruas, para protestar contra a democracia, contra o Parlamento, contra o Poder Judiciário, tentando mais uma vez desviar o foco principal da sua incapacidade, da sua incompetência?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o erro histórico de eleger esse inepto, como eu já disse, cercado de esquemas criminosos, para governar o nosso Brasil tem custado muito caro, especialmente para as camadas mais populares do nosso País. Voltamos a frequentar mapas, como o Mapa da Fome, o mapa da miséria, em que o nosso País já não estava presente há muitos anos.

Há um desmonte das políticas de inclusão promovidas pelos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Este é um Governo totalmente servil aos interesses do capital financeiro, do capital estrangeiro.

A bancada do Partido dos Trabalhadores vem, mais uma vez, a esta tribuna para denunciar e, ao mesmo tempo, cobrar uma capacidade mínima de gestão, que até o presente momento este Governo não apresentou.

O Brasil vive um cenário de desgoverno. Nós não podemos permitir que essa situação se agrave ainda mais, com uma pauta totalmente contrária aos interesses da maioria da população.

Sr. Presidente, aqui nós estaremos mobilizados, como sempre estivemos, em defesa dos direitos da classe trabalhadora, em defesa da Previdência pública, propondo ao País um plano que possa, de maneira emergencial, recuperar a capacidade de crescimento, com geração de emprego, distribuição de renda e criação de novas oportunidades para o povo brasileiro.

É um triste balanço de 5 meses de um Governo fracassado, inepto, que envergonha nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Concedo a palavra à Deputada Bruna Furlan, por 1 minuto.

A SRA. BRUNA FURLAN (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, muito obrigada pela oportunidade. Eu gostaria de, mais uma vez, prestar solidariedade a V.Exa.

O Líder do Governo, que é uma pessoa muito admirada por todos nós, enquanto Consultor Legislativo, arrisca perder toda a admiração que temos ao vestir a indumentária de lacaio de seu senhor e ajudar a promover o linchamento público de autoridades respeitadas como V.Exa. Mais do que isso, a postagem dele no grupo ofende a dignidade dos Parlamentares desta Casa, quando pressupõe que o diálogo se dá com dinheiro e cargos. Estou no meu terceiro mandato e nunca fiz parte de nenhum Governo. Nunca tive cargo, nunca pedi emendas, apenas o que era por lei determinado. É importante o Líder do Governo entender que a Liderança não se impõe, exerce-se.

Deputado Major Vitor Hugo, V.Exa. já foi nomeado Líder, falta agir como tal.

Os desafios do Brasil são graves e urgentes. Precisamos de união. Nós não precisamos de uma postura inadequada como a sua.

Se o Presidente da República Jair Bolsonaro não tem condição intelectual de conduzir o Brasil e os brasileiros, é preciso que estejam ao seu lado pessoas melhor preparadas.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Obrigado, Deputada.

Concedo a palavra ao Deputado Joaquim Passarinho.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que estamos votando a favor desse projeto de lei de conversão. Porém, eu queria deixar bem clara minha posição em dois pontos.

Um ponto que não seria tão importante é o do comando do COAF ser do Ministério da Justiça ou do Ministério da Economia. Essa é uma questão de administração e pouco interessa. Agora, este ponto passa a ser muito importante quando, logo no outro ponto, nós diminuimos as prerrogativas da Receita Federal. Nós estamos mandando o COAF para a Receita e, ao mesmo tempo, tirando prerrogativas, tirando instrumentos da mão de investigação. Isso causa muito problema. Isso causa grande espécie.

Nós estamos fazendo duas coisas numa só. Não só tiramos do Ministério da Justiça, onde nós podemos ver superfaturamento e movimentação financeira atípica, mas mandando para Receita e, o que é pior, diminuindo os poderes da Receita. São dois pontos, dois destaques que estão aí e que nós vamos tentar encaminhar e tentar aprovar o destaque para voltar ao texto não só o poder dos auditores fiscais de fazer a fiscalização na área tributária e em movimentações atípicas, mas também que o COAF possa estar onde o Governo quiser. Ele vai trabalhar bem onde o Governo quiser que trabalhe. Esse é um problema administrativo do Governo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Com a palavra a Deputada Professora Marcivania, Líder do PCdoB. Antes, esta Presidência, em nome do Deputado Marcel Van Hattem, saúda os estudantes da FACCAT — Faculdades Integradas de Taquara, no Rio Grande do Sul, nas pessoas da Coordenadora do Curso de Direito, Miriam, e do representante do corpo discente, Juarez.

Tem a palavra a Deputada Professora Marcivania, pela Liderança.

A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA (PCdoB - AP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Boa noite, colegas Parlamentares, Sr. Presidente.

Hoje a Comissão de Educação e a CTASP, que é a Comissão que eu presido, receberam o Ministro da Educação para discutir os cortes nessa área que prejudicam o futuro da educação pública neste País. Infelizmente, o Ministro veio com os dados que foram apresentados neste plenário, dados mentirosos que vamos explicar agora.

Eu não sei como um Ministro faz isso. Pela primeira vez eu vi um Ministro que não vem defender mais orçamento para sua Pasta. Parece que o problema da educação é o excesso de recursos. Ele falava o tempo todo e defendia os cortes na área da educação. A tentativa sempre é de nos dividir. O Ministro e esse Governo tem feito isso reiteradamente, querem causar uma divisão na sociedade brasileira. Foi assim no projeto Escola sem Partido; é a tentativa da Lei da Mordaza, colocando professores contra alunos e alunos contra professores; é a tentativa de jogar uma área contra a outra; e é a tentativa também de dividir o ensino superior e a educação básica, dizendo que os recursos que são retirados do nível superior serão aplicados na educação básica. O Ministro mentiu, porque na educação básica nós tivemos um corte de 2,4 bilhões de reais.

O Ministro tem que ter coragem de vir aqui e dizer ao povo brasileiro que isso é corte, sim! Contingenciamento é um eufemismo. O contingenciamento é a antessala do corte. Nós já estamos na metade do ano e sabemos que esses recursos não estão apenas contingenciados. Eles serão cortados! Isso pode comprometer de morte a continuidade dos serviços prestados, especialmente dos institutos federais e das universidades federais.

Sr. Presidente, neste minuto final, eu queria lamentar o desfecho da reunião das Comissões. Aqui é o Parlamento brasileiro, é a Casa de falar, de resolver as coisas no diálogo e no confronto de ideias.

Quem me conhece sabe que eu nunca fui uma Deputada de fazer confronto pessoal. O meu confronto sempre foi no plano das ideias e na política. E hoje eu me senti ameaçada na reunião — ameaçada não só por não conseguir dar continuidade à reunião. Eu acho que o comportamento de alguns Parlamentares hoje envergonhou o povo brasileiro. O povo brasileiro não merece assistir ao que assistiu. (*Palmas.*)

Nesta Casa, nós não vamos resolver as coisas no grito. Vamos resolvê-las na discussão, no enfrentamento político.

Sr. Presidente, lamentando a postura dos Deputados, quero dizer que nós não vamos nos acovardar.

O Ministro não quis ouvir. A ofensa que eu recebi ocorreu porque eu quis deixar que a União Nacional dos Estudantes — UNE e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas — UBES falassem. Eles são os representantes dos estudantes. Os maiores interessados em debater sobre os cortes na educação são os estudantes brasileiros. A audiência pública foi interrompida porque não queriam deixar os estudantes se manifestarem.

Podem ter calado a voz dos estudantes na Comissão, mas não vão calar nas ruas! No dia 30, nós vamos estar nas ruas defendendo a educação pública de qualidade neste País!

Vamos mobilizar todos os professores, porque este Governo tem demonstrado reiteradamente que não gosta da educação, não gosta dos professores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Tem a palavra o Deputado Zeca Dirceu.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero demonstrar aqui um gesto de solidariedade à Deputada Professora Marcivania, que preside uma Comissão importante desta Casa e que, por muito pouco, não foi agredida por Deputados que têm o costume de serem muito homens, muito machos, quando se trata de agredir uma mulher, mas têm uma postura bem diferente em outras situações.

Havia um acordo com o Presidente da Comissão de Educação, o Deputado Pedro Cunha Lima, desde o início da audiência com o Ministro da Educação: falariam, sim, os representantes da UBES e os representantes da UNE. A Presidente Professora Marcivania iria cumprir o acordo feito com o Deputado Pedro Cunha Lima, mas alguns destemperados, alguns desequilibrados acabaram com a audiência pública e não permitiram que os representantes dos estudantes falassem.

Mas eles vão falar no dia 30, nas ruas, mostrando toda a força da educação!

Manifesto minha solidariedade à Deputada Professora Marcivania. (*Palmas.*)

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (PRB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveitando o mote da educação neste momento, quero dizer que, com grande perplexidade, eu tive a informação de que, nos Governos anteriores, as disciplinas história do Brasil e história geral foram retiradas do rol de disciplinas obrigatórias no ensino médio.

Eu considero isso gravíssimo! Eu considero isso uma verdadeira castração intelectual que está sendo proposta para a nossa juventude. Extirpar o ensino de história da pátria é algo muito grave! Não é possível que os nossos jovens não terão a oportunidade de conhecer a nossa história, a história do nosso povo, a história da nossa gente, as nossas revoluções, as nossas lutas, as lutas contra o exterior, a luta pela Independência, a Revolução Pernambucana de 1817, a Revolução Constitucionalista, a Revolução Liberal de 1842. Nós não teremos mais isso no ensino médio. Isso é gravíssimo!

É necessário que o Ministério da Educação tenha uma postura firme contra isso, porque é uma castração da intelectualidade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Tem a palavra a Deputada Joenia Wapichana.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a REDE orienta o voto "sim", pelo avanço da discussão da Medida Provisória nº 870, de 2019.

Nós tivemos uma discussão bastante ampla no Senado, onde conseguimos avanços e acordos significativos, como a manutenção da FUNAI na estrutura do Ministério da Justiça, com o dever constitucional de demarcar as terras indígenas.

Nós somos 13% do território nacional. As terras indígenas são terras públicas, são um bem da União. Essa é uma questão constitucional, de avanço, simbólica para os povos indígenas.

Por essa razão, a REDE vem se posicionar pelo voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSD?

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero me manifestar em relação à Deputada que ainda há pouco falou e ao Deputado.

Primeiro, quero falar da Comissão onde esteve hoje o Ministro. Ela disse que o Ministro foi mentiroso, só não teve coragem de falar isso, é claro, na presença do Ministro. O posicionamento dela, querendo tirar a palavra de Deputados — foi para os Deputados que o Ministro veio falar —, para falarem grupinhos de bandidinhos, que não representam os estudantes brasileiros, nós não vamos aceitar. Não vamos aceitar de jeito nenhum!

(Texto escoimado de expressões, conforme arts. 17, inciso V, alínea "b", 73, inciso XII, e 98, § 6º, do Regimento Interno.)

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Sr. Presidente, não é possível isso. Isso é provocação.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Agora o Lula já arranjou uma namorada na cadeia. Espero que ele não arrume um namorado.

Obrigado, Sr. Presidente. *(Manifestação no plenário.)*

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) - Sr. Presidente, vamos votar a matéria, porque o Governo está começando a fazer obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Pode deixar, Deputado.

Eu retiro dos Anais as palavras em relação ao Deputado Zeca Dirceu e em relação ao pai dele. Isso é um problema familiar, não é um problema do Plenário da Câmara dos Deputados.

Vamos respeitar o sofrimento do Deputado. *(Palmas.)*

Eu peço aos Deputados que são claramente defensores do Governo, como o Deputado Delegado Éder Mauro, por quem tenho admiração e respeito, que nos ajudem. O Governo já não tem nos ajudado muito nesta Casa. Nós precisamos votar esta matéria.

Desde já, agradeço aos partidos da Oposição, que estão votando "sim" a esta matéria, num gesto de respeito ao resultado das eleições do ano passado.

Muito obrigado.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Deputado Paulo Pimenta, pelo amor de Deus, já retirei dos Anais! Deputado Delegado Éder Mauro, Deputado que é amigo nosso também, vamos nos acalmar! Estou retirando os Destaques n°s 22 e 27.

Deputado Paulo Pimenta, está bom...

Não há ninguém ameaçando. Vamos nos acalmar...

Que cara? Ele é Deputado. Ele não vai ameaçá-lo. Pelo amor de Deus, tenha calma!

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Está ameaçando, sim! Há Deputado que entrou armado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Não há ninguém armado. Aqui dentro, na Câmara dos Deputados, ninguém pode estar armado. Isso é proibido.

Eu retiro, por acordo, os Destaques n°s 22 e 27.

Em votação a Medida Provisória n° 870, de 2019.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA A MEDIDA PROVISÓRIA, NA FORMA DO PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO, RESSALVADOS OS DESTAQUES.

Destaque n° 20:

Requeiro, nos termos do art. 161, inciso II e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação da Emenda n° 216, apresentada à MP n° 870/19.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 2019.

Tem a palavra o Deputado Ivan Valente. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Áurea Carolina.

A SRA. ÁUREA CAROLINA (PSOL - MG. Sem revisão da oradora.) - Boa noite, colegas.

Esse destaque apresentado pela bancada do PSOL trata da correção de um erro abominável, que é a extinção do Ministério da Cultura na estrutura do Estado brasileiro, e prevê o retorno de todas as áreas que são de competência do Ministério da Cultura.

Essa Pasta representa um pilar da democracia brasileira e, em outros momentos históricos, já passou por outras agressões. O Ministério da Cultura surgiu em 1985, no contexto de redemocratização da sociedade brasileira, depois de uma ditadura civil-militar. A Pasta foi fruto da resistência de artistas, de movimentos populares, de lutadoras e lutadores que entenderam que a cidadania exige um pertencimento cultural, exige que as formas de vida e de organização do povo, nas suas muitas variedades de expressão, estejam contempladas no conjunto das políticas públicas. A cultura é um vetor transversal que passa pela educação, pela cidadania, pela segurança pública, pelo trabalho.

Defender o Ministério da Cultura é reconhecer que, no processo histórico, desde o seu surgimento em 1985, já houve revezes. Quando o ex-Presidente Fernando Collor assumiu, uma das suas atitudes foi justamente a extinção do Ministério da Cultura, com a sua redução a uma secretaria. Depois, no Governo Itamar Franco, o MINC voltou a atuar e só foi sendo incrementado e fortalecido no contexto dos governos democráticos. Na gestão de FHC, relativamente aos momentos anteriores, a Pasta foi incrementada. Em 2003, com a chegada do ex-Presidente Lula, aí sim, houve um salto substancial para que a cultura chegasse ao patamar, de igual para igual, das outras áreas de políticas públicas, apesar de ainda não terem ocorrido os investimentos à altura do desafio, necessários para que se pudesse desenvolvê-la plenamente.

Com o golpe contra a democracia brasileira, a cultura foi extinta pelo ex-Presidente Michel Temer. Com a luta de artistas, o Presidente naquela época acabou recuando e recriou o Ministério da Cultura, porque entendeu que a força popular exigia isso, apesar de depois ter desnaturado a Pasta no seu funcionamento cotidiano.

Agora, com o desgoverno Bolsonaro, novamente há a extinção do Ministério da Cultura, o que diz muito do caráter autoritário, fanático e fundamentalista deste Governo, que não respeita...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco PP/MDB/PTB?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O Bloco PP/MDB/PTB vota "não".

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PSL? *(Pausa.)*

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores vota "sim", pela recriação do Ministério da Cultura.

Nós conseguimos muitos avanços na tramitação da medida provisória na Comissão Especial. Por exemplo, foi recriado o Conselho de Segurança Alimentar. Nós conseguimos avanços importantes para reunificar áreas do trabalho e do emprego, conseguimos acabar com a ideia de se criar um órgão para monitorar associações no nosso País, mas infelizmente não foi possível, na Comissão Especial, recriar o Ministério da Cultura.

Em nome da cultura brasileira e da produção artística; em nome da importância da cultura para o nosso desenvolvimento educacional; em nome do papel da cultura brasileira na economia do nosso País e na nossa identidade nacional; e em nome do legado do Presidente Lula, que foi reconhecido aqui pela Deputada Áurea Carolina, votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PT vota "sim".

Como vota o PSL, Deputado Filipe Barros?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PL, Deputado Marcelo Ramos?

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSD?

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - "Não".

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PRB?

O SR. JHONATAN DE JESUS (PRB - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB entende que este é um novo momento para o Brasil. O PRB não acha interessante recriar o Ministério da Cultura num momento em que o Presidente Bolsonaro fala de uma nova estrutura da máquina pública.

Vamos votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSDB, Deputado Célio Silveira?

O SR. CÉLIO SILVEIRA (PSDB - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB entende que quem ganhou as eleições tem o direito de fazer o enxugamento da máquina pública e quem perdeu tem o direito de reclamar.

Por isso, o PSDB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a cultura é a expressão do sentimento nacional. É através da produção cultural que colocamos num patamar de grande valorização aqueles valores, aqueles sentimentos que são fundamentais, inclusive a expressão maior do amor à Pátria. São os artistas, são os produtores culturais que têm esse papel que muito contribui para o desenvolvimento.

Por isso, o PDT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PDT vota "sim".

Como vota o DEM?

O SR. OLIVAL MARQUES (DEM - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas orienta o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - "Não".

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós entendemos que o Governo anterior, do Temer, tentou extinguir o Ministério da Cultura. Foi pela pressão, de baixo para cima, da sociedade, dos nossos artistas, dos nossos produtores culturais e de todo o Brasil que voltou a existir o Ministério da Cultura.

A cultura brasileira precisa ser valorizada. Quem tem medo da intelectualidade, do artista, da expressão cultural tem medo da verdade. A formação cultural do nosso povo depende disso. Nós sabemos que o orçamento da cultura no nosso País é muito baixo. Então, é óbvio que há uma questão política na extinção do Ministério da Cultura.

O PSOL apresenta essa imagem para fazer um resgate da cultura como patrimônio nacional.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PSOL vota "sim".

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB considera fundamental retomar o Ministério da Cultura.

A cultura é a expressão da identidade de um povo. Além disso, a cultura tem uma dimensão econômica e artística e proporciona a valorização daquilo que é a alma de cada um de nós.

O Brasil é reconhecido pela diversidade, pelo potencial que a cultura expressa para a economia, para a vida de cada povo, de cada região, de cada localidade. Nós precisamos ter um lugar para nos sentarmos à mesa e formularmos as diversas manifestações culturais com a diversidade que é expressada em cada região. Não haver um Ministério é um prejuízo, é um desprezo a isso.

Por isso, o nosso voto é "sim".

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PROS vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PROS vota "não".

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) - O PSB deseja orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSB?

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a cultura de qualquer sociedade e de qualquer civilização é um dos pilares da alma de qualquer povo.

O Brasil, com a diversidade da sua cultura, com a sua matriz cultural extraordinária, com a sua matriz cultural absolutamente indicativa da alma do povo brasileiro, merecia manter o Ministério, como ocorre, por exemplo, na França, a fim de fortalecer essa identidade nacional. Achemos um enorme retrocesso a extinção do Ministério, que já foi ocupado pelo Partido Socialista Brasileiro, no Governo de Itamar Franco, na pessoa do grande brasileiro Antônio Houaiss. Por isso, o PSB não poderia concordar jamais com a extinção do Ministério da Cultura.

Fica registrado aqui o nosso protesto, para que nós possamos aprovar este destaque, a fim de ver o Ministério da Cultura ser recriado na administração pública do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSC?

O SR. ANDRÉ FERREIRA (PSC - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC orienta o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PSC vota "não".

Como vota o Cidadania?

O SR. MARCELO CALERO (CIDADANIA - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o tema não é consensual na bancada. Dessa forma, liberamos a bancada.

No entanto, eu, na condição de ex-Ministro da Cultura, não posso deixar de registrar a importância que o tema tem e como seria relevante que tivéssemos a recriação do Ministério da Cultura.

Esse é um apelo que fazemos ao Presidente Jair Bolsonaro, a fim de que olhe com a devida atenção para tudo o que é relacionado a esse ecossistema, não apenas do ponto de vista da experiência civilizatória do nosso povo e dos nossos fazeres, mas também do ponto de vista econômico. Quantos empregos e quanta renda são gerados a partir dessa cadeia produtiva! Especialmente em nosso Estado, Sr. Presidente, a cultura desempenha um papel fundamental, como eu disse, não apenas nos contornos da trajetória civilizatória do povo, mas também em termos socioeconômicos.

Por isso, pessoalmente, eu voto "sim". E a bancada do Cidadania está liberada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o NOVO? (*Pausa.*)

Como vota o Avante? (*Pausa.*)

Como vota o Patriota? (*Pausa.*)

Como vota o PV?

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Brasil é uma nação que legou ao mundo a boa música, como a bossa nova. O Brasil tem uma produção cultural intensa. Nós não podemos abrir mão da nossa influência no planeta como potência cultural.

Sr. Presidente, é um absurdo o Brasil não ter um Ministério da Cultura! Temos autores de filmes, de livros, escritores mundialmente famosos; temos novelas de autores como Walcyr Carrasco e Manoel Carlos circulando pelo mundo inteiro. É uma vergonha que o Brasil, que está entre as dez maiores nações do mundo, não tenha um Ministério da Cultura!

O PV orienta o voto "sim".

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO orienta o voto "não".

Nós concordamos que a cultura brasileira é uma coisa inigualável. No mundo inteiro, são reconhecidas a nossa música, a nossa dança. Mas nós temos que parar com essa mania de achar que, para valorizar a cultura brasileira, é preciso haver um Ministério. O que nós precisamos é de políticas públicas, de fazer bom uso do dinheiro público e de combater a corrupção existente em todos os setores. Não é preciso ficar criando Ministério para cada área importante do País.

Nós concordamos, sim, com a importância que a cultura tem no Brasil, mas orientamos o voto "não", porque não precisamos de um Ministério novo para que a cultura seja bem cuidada no País.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Sr. Presidente, o Podemos deseja orientar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o Podemos?

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós sempre trabalhamos contra a criação de Ministérios. É hora de enxugar a máquina pública. Sabemos da importância do Ministério do Trabalho e do Ministério da Cultura.

A bancada do Podemos está liberada, Sr. Presidente. Nós liberamos a bancada do Podemos.

O SR. MAJOR VITOR HUGO (PSL - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo orienta o voto "não" à criação.

O SR. CHIQUINHO BRAZÃO (AVANTE - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o AVANTE orienta o voto "não".

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Maioria orienta o voto "não".

Governar é fazer escolhas. O Governo está fazendo as suas escolhas.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós da Rede Sustentabilidade consideramos a cultura um dos principais direitos em nossa Constituição, assim como o direito à saúde, à educação, ao trabalho e à previdência.

Nós temos uma imensa riqueza cultural no nosso Brasil. É preciso haver uma especialidade no trato desse setor. Não podemos simplesmente deixar para a história. Os povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos têm uma cultura tradicional muito rica. O Brasil é conhecido por essa riqueza. Precisamos dar um tratamento diferenciado e formular políticas públicas específicas para a cultura. Nada melhor do que termos o Ministério da Cultura justamente para defender essas políticas públicas.

Por essa razão, a Rede Sustentabilidade vota "sim".

O SR. GUSTINHO RIBEIRO (SOLIDARIEDADE - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O Solidariedade vota "não".

Em votação.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - A Minoria quer orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota a Minoria?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a cultura é potência, é diversidade, é identidade, é tudo que nós representamos como povo.

Em homenagem a essa diversidade, aos pontos de cultura; em homenagem a Celso Furtado; em homenagem a Gilberto Gil, ao Prêmio Camões, de Chico Buarque; em homenagem a todas as linguagens culturais e artísticas; em homenagem ao que somos como povo brasileiro, nós precisamos retomar o Ministério da Cultura. Quem faz política pública, de fato, é a estrutura que nós podemos construir no Brasil. O fato de não termos o Ministério da Cultura é um retrocesso que aconteceu no Governo Michel Temer e só foi corrigido através da luta nas ruas. Agora vemos novamente esse profundo retrocesso, neste Governo reacionário e autoritário que se estabeleceu neste País.

Por isso, a Minoria orienta o voto pela retomada e pela reconstrução do Ministério da Cultura: "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota a Oposição?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é importante dizer que o nosso voto "sim", de todos os partidos da Oposição, não é um voto apenas pela recriação do Ministério da Cultura. Essa extinção significa mais do que isso: significa a desconfiança, o fechamento, a postura reativa e agressiva do Governo para com os artistas, para com aqueles que criam, para com o pensamento crítico, também expresso na perseguição às universidades.

Nós da Oposição não temos medo dos artistas. Nós da Oposição não queremos cercear a criação artística brasileira, os escritores, os músicos, os atores de teatro, de cinema, de televisão. Nós queremos valorizar a cultura brasileira, que, além de tudo, é fonte de renda, riqueza e trabalho, já que a economia criativa é uma das principais apostas de todo o mundo.

Por essa razão, a Oposição vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Em votação.

Aqueles que forem a favor da emenda permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADA.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Aprovada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Não tem como.

Destaque nº 10:

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 117, IX, c/c art. 161, I, e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado para fins de sua aprovação, do inciso V do artigo 19 da MPV 870/19, e, por decorrência, do inciso X do art. 21, dos arts. 29, 30, 66, 67, 68; bem como das alíneas "a", "h", "r" e "ae" do inciso I, "b" e "m" do inciso II do art. 56, e do inciso IV do art. 57, todos da MPV 870/19, que serão incluídos nos arts. 56 e 57 do PLV, respectivamente, onde couber, com a devida renumeração das alíneas, e consequente supressão dos incisos V e XVII do art. 19, X do art. 21 e dos arts. 29, 30, 30-A, 30-B, 66, 67, 68 e 76-B do PLV 10/19, apresentado à Medida Provisória nº 870, de 2019.

Sala das Sessões, maio de 2019

Deputado Daniel Coelho

Líder do Cidadania

Tem a palavra o Deputado Daniel Coelho. (*Pausa.*)

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL) - É orientação ou não?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Orientação de bancada.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse destaque trata da não criação de Ministérios, para que permaneça o texto.

Para economia de tempo, eu queria fazer uma proposta a todos os partidos, para encaminharem "sim", sem discussão, e votarmos simbolicamente.

"Sim" para todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - "Sim" para todos.

Com a palavra o Deputado Daniel Coelho, por 1 minuto, na condição de autor.

O SR. DANIEL COELHO (CIDADANIA - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu queria apenas agradecer ao Plenário.

Fizemos um debate na Comissão que analisou a Medida Provisória nº 870, de 2019, e lá nos posicionamos, pois era um compromisso do Governo a diminuição da quantidade de Ministérios. Ficamos felizes por perceber que, em meio a tantos desentendimentos, discordâncias, o Plenário da Câmara dos Deputados, neste ponto, está consertando o que sai da Comissão e concordando em manter a quantidade atual de Ministérios.

Eu ressalto que essa diminuição do número de Ministérios, apenas nesses 4 meses, economizou em custeio nestas Pastas 48 milhões de reais de recursos públicos que eram gastos com aluguel, combustível, cargos comissionados. Agora esses recursos estão direcionados ao bem-estar da população e aos investimentos.

Então, deixo registrado o meu agradecimento pelo entendimento feito por todos os Líderes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a nossa motivação não é a supressão de Ministérios. A nossa motivação é política, em decorrência das insinuações que surgiram no ambiente desta Casa no sentido de que estávamos patrocinando o toma-lá-dá-cá. A Oposição não patrocina esse tipo de iniciativa.

Por isso, estamos votando "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Obrigado, Deputado.

Deputado Bacelar, como vota o Podemos?

O SR. BACELAR (PODE - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço um esclarecimento antes de orientar: o "sim" autoriza o desmembramento?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Não.

O SR. BACELAR (PODE - BA) - Não. É o contrário?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Em votação.

Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.

Destaque nº 6:

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do Artigo 161, inciso II e § 2º, do Regimento Interno, destaque da Emenda 440, apresentada à MPV 870/2019.

Deputado Rui Falcão

Vice-Líder

Os Destaques nºs 24 e 19 estão prejudicados.

Concedo a palavra ao Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diante da situação que o País vive hoje, com recessão — quase recessão, tecnicamente —, desemprego crescente, trabalho precarizado, é cada vez mais importante que o Ministério do Trabalho seja recriado.

Diziam que a reforma trabalhista que o Governo Temer promoveu e que este Governo mantém iria gerar mais empregos. Hoje, o que nós temos são 38 milhões de pessoas desempregadas e pessoas em trabalho precário. A fome voltou ao País. O Brasil hoje está abaixo do 25º lugar como país atrativo para investimentos.

O Governo Bolsonaro insiste em manter cortes, numa política de austeridade suicida, secundada pela chamada Emenda da Morte, a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que congelou a saúde, congelou a educação, só não congela as despesas

financeiras. Cortaram-se investimentos também. Nós tivemos, neste primeiro trimestre, a taxa de investimentos mais baixa desde que existe a série histórica que acompanha a taxa de investimentos.

Por isso, Sr. Presidente, nós estamos defendendo aqui, nesta medida provisória, a recriação do Ministério do Trabalho. É inadmissível que as relações de trabalho em pleno século XXI sejam tratadas como no século retrasado, como uma questão de polícia, com repressão, com falta de diálogo. A classe trabalhadora vai se manifestar no dia 14, nas ruas, contra essa reforma da Previdência, que na verdade não é uma reforma — é uma deforma da Previdência, que tira recursos dos mais pobres, retarda a aposentadoria, atinge as mulheres, os trabalhadores rurais, os professores e as professoras. É um Governo que não ouve o povo.

É por isso que até antes do dia 14, agora no dia 30, a população vai voltar às ruas, com os jovens, com os trabalhadores, com os intelectuais, que também gostariam de ter o Ministério da Cultura reavivado.

Nós estamos defendendo, na votação desta MP, que o Ministério do Trabalho seja incluído como uma condição para que o País possa voltar a ter relações mais estáveis, para que a economia possa voltar a produzir e para que saíamos desta crise — que é uma crise política, um atentado aos direitos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PSL? *(Pausa.)*

Como vota o PL? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a orientação é pelo voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - "Não".

Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT é um ativista das relações sociais, Sr. Presidente.

Estamos diante de uma desestruturação, de uma tentativa permanente de diminuir as oportunidades e facilitar a atividade apenas de uma parte, desconhecendo-se o princípio universal da proteção ao trabalhador. A legislação trabalhista é protetiva. Nós somos favoráveis ao Ministério do Trabalho, que tem um papel fundamental não só em todas as referências do trabalho, em todas as referências das relações sociais, mas também na defesa daquilo que é essencial para o desenvolvimento e para o crescimento da atividade econômica, que é a defesa do salário mínimo nacional.

Por isso, nós votamos "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PT?

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT quer ter autoria neste projeto, para a retomada do Ministério do Trabalho.

Desde os anos 30, o País tem Ministério do Trabalho. Agora, o desejo patronal e o desejo dos banqueiros tiraram a possibilidade de haver uma estrutura de Estado para ajudar na regulamentação e na política de emprego.

É claro que, sem emprego, sem as condições de salário do nosso povo, sem contratos e carteiras formais, nós prejudicaremos a possibilidade de retomada do crescimento econômico neste País. Não haverá possibilidade de crescimento se não houver consumo, se não houver salário.

Por isso, nós queremos fazer como o Lula, que reajustava o salário acima da inflação, dando poder aquisitivo para o povo. Isso fazia o País crescer e se desenvolver.

Nós termos o Ministério do Trabalho, nós termos salários melhores, nós termos poder aquisitivo é dialogar com a soberania e com a possibilidade de crescimento do País.

O PT vota "sim".

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSD?

O SR. VERMELHO (PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós precisamos retomar o crescimento do País com a celeridade desta Casa de Leis. Nós não podemos ficar aqui até tarde, a exemplo de ontem, sair daqui quase à meia-noite, para votar apenas uma medida provisória e liberar alguns destaques ainda. Nós precisamos ser coesos, todos os partidos, e agir com responsabilidade pelo restabelecimento do emprego neste País. Está em nossas mãos!

Nós sabemos que o Brasil está sangrando — e muito! Nós sentimos isso nos nossos Estados. Todos aqui são testemunhas disso.

Então, é preciso haver união pelo Brasil, não pelo Bolsonaro, não pelo Lula, mas pelo Brasil! E é isso o que nós fazemos.

Nesse sentido, o PSD quer enxugar também, quer simplificar, quer objetivar, economizar e produzir.

Orientamos o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSB? (*Pausa.*)

Como vota o PRB?

O SR. MILTON VIEIRA (PRB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB é contra a recriação de mais um Ministério, inclusive o Ministério do Trabalho.

Portanto, a orientação é "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSDB?

O SR. CÉLIO SILVEIRA (PSDB - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós não precisamos de mais Ministérios. Temos que profissionalizar os que já existem, para prestarem um bom serviço à população.

Por isso, o PSDB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PSDB vota "não".

Como vota o DEM?

O SR. OLIVAL MARQUES (DEM - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O Democratas vota "não".

Como vota o PSB?

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB é a favor da recriação do Ministério do Trabalho.

O Brasil é um País que tem desigualdades sociais enormes, conflitos. É muito importante a existência de um Ministério que possa cuidar dos assuntos das relações de trabalho.

Portanto, a nossa orientação é pela renovação do Ministério do Trabalho, que cumpre um papel de equilíbrio social, a fim de minimizar esses conflitos.

A orientação do PSB é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PSB vota "sim".

Como vota o Solidariedade? (*Pausa.*)

Como vota o Podemos?

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos orienta "não".

Não é criando mais um Ministério que vamos gerar trabalho no Brasil. Para criar trabalho no País, é preciso fazer uma reforma tributária, para baixar a carga tributária, que é muito alta no Brasil, e colocar dinheiro na economia. Isso, sim, irá gerar muito emprego no País.

Portanto, nós votamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PL?

A SRA. FLÁVIA ARRUDA (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PL orienta o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - "Não".

Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Brasil tem 14 milhões de desempregados e 27 milhões de pessoas em trabalho precário — 40% na informalidade. É um desalento!

Nós estamos avançando cada vez mais para a precarização, com as terceirizações, com a reforma trabalhista do Temer e, agora, com a proposta da carteira verde e amarela do Governo Bolsonaro, que está precarizando as relações de trabalho. É neste momento que precisamos entender que alguma proteção tem que haver. A Justiça do Trabalho também está anulada. Acaba o Ministério do Trabalho, e o trabalhador fica totalmente à mercê da exploração econômica e da virulência patronal.

Por isso, é necessário pressionar nesta direção, pela recriação do Ministério do Trabalho, para garantir direitos aos trabalhadores brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como orienta o PROS?

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PROS encaminha "não", pois o PT, quando esteve no Governo, teve a liberdade de escolher seus Ministérios, assim como o PSDB.

Portanto, o Presidente Bolsonaro tem o direito de definir seus Ministérios.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como orienta o PCdoB? (*Pausa.*)

Como orienta o PSC?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB é um partido do mundo do trabalho. A República se estruturou com a possibilidade de disponibilizar direitos para os trabalhadores, a partir da criação do Ministério do Trabalho e da promulgação da CLT.

Estamos vendo, a cada momento, a desregulamentação do trabalho no Brasil. Esse fato também atinge o capital produtivo. E não há dúvida de que a recriação do Ministério do Trabalho irá regular, de forma mais equilibrada, as relações de trabalho em nosso País, o combate ao trabalho escravo, o combate ao trabalho infantil, o combate à exploração do trabalho em níveis exorbitantes, além de gerar políticas que venham ao acolhimento dos mais de 5 milhões de desalentados e dos 12,5 milhões de desempregados que há em nosso País.

O PCdoB orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PCdoB vota "sim".

Como vota o PSC?

O SR. PAULO EDUARDO MARTINS (PSC - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC entende que deve ser removido todo esse entulho varguista que tanto atrasa o Brasil.

Recrutar o Ministério do Trabalho é um retrocesso inadmissível.

Votamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - "Não".

Como vota o Cidadania?

O SR. DANIEL COELHO (CIDADANIA - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse modelo do Ministério do Trabalho entregou o Brasil com 13 milhões de desempregados, com uma grande estrutura de corrupção e de venda de cartas sindicais, um verdadeiro esquema que não contribuiu em nada para a economia brasileira e muito menos para a geração de emprego.

Não há o mínimo sentido na recriação desse Ministério. O que determina se um governo funciona não é a quantidade de Ministérios, não é a criação de Ministérios, mas, sim, as políticas públicas e o que é direcionado para trazer resultados para a população.

O Presidente propôs desfazer o Ministério do Trabalho. O que vamos cobrar, evidentemente, no seu tempo devido, é emprego para a população brasileira. O que nós queremos é resultado. Se vai haver Ministério ou não, esse não é o fator mais importante.

Então, o Cidadania orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - "Não".

Como orienta o NOVO?

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, temos que continuar andando para a frente no Brasil. Não podemos retroceder, não podemos andar para trás.

Já houve um ganho de eficiência enorme. A complexidade trabalhista no Brasil traz ineficiência e desemprego, como o colega que me antecedeu falou, e só afasta quem quer empreender, só afasta quem quer investir, só afasta quem quer inovar, só afasta quem quer gerar emprego, só afasta quem quer vir para o Brasil.

Não podemos voltar atrás nesse ganho de eficiência. A modernização trabalhista ainda tem que avançar muito mais no Brasil, passando inclusive pela Justiça do Trabalho, que concentra 90% dos processos trabalhistas no mundo.

Então, o NOVO orienta o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - "Não".

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

Como vota a Oposição? *(Pausa.)*

O SR. MAJOR VITOR HUGO (PSL - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Em votação.

Aqueles que forem a favor...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - A Minoria, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Eu chamei.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Mas está chamando baixo. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Não.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Então, eu estou ouvindo mal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Foi um *mix*.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Ministério do Trabalho e Emprego é uma conquista do povo brasileiro.

Quem fala mal da Era Vargas faz isso porque não consegue respeitar os direitos trabalhistas conquistados com muito esforço, faz isso porque acha que o mercado regula tudo. Na verdade, ter direitos no campo do trabalho e no mundo do trabalho é o que protege minimamente aqueles que suam, produzem e, infelizmente, na sua mais-valia, dão a lucratividade para aqueles que não produzem, mas acham que produzem neste País.

Eu defendo, em nome desta Liderança da Minoria, a reconstituição do Ministério do Trabalho, porque é dali, do Ministério do Trabalho e Emprego, que partem as principais políticas de desenvolvimento, de emprego e, principalmente, de fiscalização, para evitar inclusive o trabalho escravo, ainda existente neste País.

A Minoria encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Em votação.

Aqueles que forem a favor da emenda permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADA.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Pedro Uczai, nas votações anteriores, acompanhou o Partido dos Trabalhadores.

O SR. DR. FREDERICO (PATRI - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Patriota orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota a REDE?

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Rede Sustentabilidade vota "sim".

Eu pedi a palavra para fazer a orientação justamente porque, no Brasil, nós estamos numa situação em que os trabalhadores merecem atenção. O Ministério do Trabalho é voltado a esse direito constitucional que garante a todos os brasileiros

atenção especial e cuidados em relação aos direitos trabalhistas. Nós não podemos retroceder em todos os avanços já conquistados depois da Constituição de 1988.

Por essa razão, a REDE vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Requerimento de destaque:

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos dos arts. 117, IX c/c 161, inciso II e § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da Emenda nº 60 apresentada à MP 870/19.

Sala das Sessões, em 22/05/19

Deputado André Figueiredo

Líder do PDT

Tem a palavra o Deputado André Figueiredo.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o destaque anterior era sobre o Ministério do Trabalho e o Ministério da Previdência. Eu não quero aqui ser redundante. Eu vi que, infelizmente, a maioria dos Parlamentares têm a compreensão de que o Ministério do Trabalho não é necessário.

Mas eu queria, Sr. Presidente, deixar uma mensagem muito clara. O Ministério do Trabalho e Emprego foi um dos Ministérios que mais contribuíram para que o Brasil fosse exemplo lá fora em questões como combate ao trabalho escravo, economia solidária e geração de emprego decente. O que estamos vendo, infelizmente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o Brasil gerando cada vez mais uma legião de desempregados e — o que é pior — desesperados, porque se submetem a qualquer tipo de contratação. E ainda vem o Governo sinalizar com a precarização absoluta, com o fim das férias, do FGTS, do 13º salário. Daqui a pouco, falaremos também, como já havíamos dito, em revogação da Lei Áurea.

O Brasil, dos países considerados desenvolvidos ou próximos disso, é o único que não tem mais uma Pasta de defesa do trabalho decente. É um retrocesso o que o nosso País está vivendo na Organização Internacional do Trabalho. E eu digo isso porque vários colegas que hoje defendem a extinção do Ministério do Trabalho já estiveram nas reuniões da OIT e viram como é importante o diálogo entre o capital produtivo e os trabalhadores. Isso ocorre em âmbito mundial.

Mas nós estamos aqui para alertar esta Casa, cada vez mais, que retrocessos da forma como essa medida provisória prevê, com a extinção do Ministério da Cultura e a extinção do Ministério do Trabalho, têm que ser objeto de muita reflexão. Nós não podemos fazer desta Legislatura uma sepultura de conquistas que o povo brasileiro demorou muito tempo a ter. Esta Casa não pode, em sua maioria de Parlamentares, em nenhum momento, dizer "não" ao povo que nos elege.

É por isso, Sr. Presidente, que o PDT apresentou esse destaque, para defender cada vez mais os direitos dos trabalhadores através de uma Pasta específica que realmente se contraponha a tudo de ruim que vem sendo imputado aos trabalhadores brasileiros.

Mas queremos avançar na discussão, Presidente. Para o andamento rápido dessa medida provisória, já que nós discutimos na anterior e foi rejeitado, o PDT retira o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Orientação.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Retirou? O Deputado José Guimarães, que é do seu Estado, deve estar contra V.Exa. e ficou aqui no meu ouvido.

Retirou o destaque. O Plenário agradece.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Destaque nº 9

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 117, IX, c/c o art. 161, I, e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do art. 38, inciso VII, da Medida Provisória nº 870, de 2019, para fins de sua aprovação e incorporação no texto final e, por decorrência, do art. 14, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, alterado pelo art. 72 da Medida Provisória nº 870 de 2019.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 2019.

Deputado José Nelto

Líder do Podemos

Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Diego Garcia.

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento eu chamo a atenção para esse importante destaque feito pelo Partido Podemos. Esse destaque trata de podermos devolver o COAF, órgão importante para os trabalhos deste novo Governo, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, para que não sejam feitas essas mudanças que aconteceram ainda na Comissão, quando devolveram o órgão para o Ministério da Economia. Eu já disse aqui que, quando estava no antigo Ministério da Fazenda, ele era um órgão esquecido, deixado praticamente de lado. Contava com apenas 20 servidores efetivos e hoje esse órgão já chega a ter mais de 35 servidores efetivos, com uma perspectiva de chegar até o final do ano a mais de 70. A manutenção do COAF no Ministério da Justiça e Segurança Pública é fundamental para o enfrentamento e o combate à corrupção.

Foram feitas aqui, enquanto o Deputado Célio fazia a sua orientação pelo PSDB, algumas falas equivocadas.

Deputado Célio, de 1988 a 2018, o COAF já produziu cerca de 40 mil relatórios de inteligência financeira. Mais de 1 milhão de pessoas foram apresentadas através desses relatórios. Isso não significa que há mais de 1 milhão de criminosos, mas significa que esse trabalho que está sendo desenvolvido pelo órgão é eficiente. No ano de 2017, o COAF possibilitou o bloqueio judicial de 46 milhões de reais, Deputado Célio.

Nós — eu, o Deputado Célio, o Deputado Daniel Coelho, Deputados que compõem o Partido Novo, o PSL, o Líder do Governo, o Líder do PSL, o Líder do Podemos e outros partidos que estavam ali presentes — acabamos de receber do MUD, um dos movimentos independentes que atuam em apoio à Lava-Jato, em apoio ao combate ao crime organizado, ao combate à corrupção, mais de 100 mil assinaturas.

(O orador mostra caixa.)

Aqui estão mais de 100 mil assinaturas para que o COAF permaneça no Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Tem a palavra o Deputado Ricardo Barros, para falar contra o destaque.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Sem revisão do orador.) - Srs. Deputados, o assunto é o COAF. Essa é a votação mais esperada do dia de hoje.

O Deputado Diego Garcia, que me antecedeu, acaba de declarar a eficiência do COAF enquanto estava no Ministério da Economia, com todos os números, com o desempenho, com os elogios. Não há nenhuma razão para o COAF ser transferido para o Ministério da Justiça. O COAF é uma ferramenta para o acompanhamento dos contribuintes brasileiros, da movimentação financeira. Ele deve subsidiar a Receita Federal. Ele subsidiou, sim, sempre que solicitado, as investigações, mas com autorização judicial. Nós precisamos que o Brasil preze pelas garantias individuais que a Constituição assegura a todos os brasileiros.

Nós entendemos os méritos da Operação Lava-Jato. Poderia ter sido muito melhor para o Brasil se a Lava-Jato tivesse escolhido o caminho da leniência, preservando a economia brasileira, a continuidade de obras públicas, que hoje são sucata e prejuízo para nós, brasileiros.

Mas, de qualquer forma, a Lava-Jato alcançou seu objetivo, e o alcançou com o COAF no Ministério da Fazenda, que agora é o Ministério da Economia. Não há razão, Srs. Deputados... Isso é um falso dilema. O COAF não é polícia. O COAF é ferramenta de garantia de que as movimentações financeiras no Brasil serão tributadas, serão seguras e serão honestas. E sempre que há uma dúvida, o COAF é acionado.

Lembro os senhores que o Banco Central abriu uma consulta pública para retirar das normas do Banco Central a obrigação de que todos os políticos, seus parentes e pessoas ligadas, automaticamente, devam ir para o COAF. O Ministério da Economia fez isso alegando que não era adequado que só os políticos fossem alvo do COAF, que ele deveria atuar sobre todos os contribuintes brasileiros, e é assim que deve ser.

Portanto, se houver um COAF ativo, contribuindo com as investigações até agora no Ministério da Economia, é lá que ele deve ficar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Orientação de bancada.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de fazer um esclarecimento para o bom andamento da votação.

Como foi retirada do texto original esta matéria, como ela foi alterada, deve ficar bem claro que quem votar contra o destaque estará votando a favor da permanência do COAF no Ministério da Economia. Quem votar a favor do destaque estará votando a favor do COAF no Ministério da Justiça. Só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Orientação.

Como vota o Bloco do PP?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pela primeira vez, nós vamos usar o tempo mínimo aqui no encaminhamento, para deixar claras as situações.

Tudo a que o Deputado Diego Garcia se referiu no discurso dele, para quem prestou atenção, só reforça a tese de que o normal é que o COAF permaneça no Ministério da Economia. Todos os dados citados são referentes a tudo o que aconteceu no período em que ele funcionou por mais de 20 anos no Ministério da Economia. Em todos os países civilizados, inclusive os que fazem parte da OCDE, o COAF funciona nos respectivos Ministérios da Economia. A Alemanha, em 2018, para fazer acordo internacional, teve que modificar da Justiça para a Economia.

Então, a nossa defesa é técnica: são as instituições que funcionam bem acima da personalidade de qualquer brasileiro.

Nesse sentido, o Bloco orienta "não" ao destaque, pela manutenção do texto da medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como orienta o PT?

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a fala do Deputado Diego Garcia enumerou o debate que houve na Comissão Especial. Os principais momentos e dados que mostram a ação do COAF foram exatamente no período em que ele esteve no Ministério da Economia.

Aliás, o que nós estamos votando aqui não é no Ministro A ou no Ministro B, porque os Ministros passam — alguns ficam 4 anos; alguns ficam 2 anos; alguns já estão ficando 1 ano —, mas nas estruturas, que são permanentes, independentemente de quem é o Ministro. Por isso que a Comissão Especial discutiu e avaliou o que acontece nos Estados Unidos, o que acontece na Itália.

A Itália, depois da Operação Mãos Limpas, manteve o COAF na sua estrutura na Economia, assim como os Estados Unidos e os países da Europa. O papel do COAF no Ministério da Economia também é importante para o combate à sonegação. Só sonegador quer tirar o COAF do Ministério da Economia.

Por isso votamos a favor do Ministério da Economia.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como orienta o PSL?

A SRA. CHRIS TONETTO (PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSL orienta "sim" ao destaque, Sr. Presidente, pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como orienta o PL?

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, se restava alguma dúvida sobre a decisão de manutenção do COAF no Ministério da Economia, o Deputado Diego Garcia superou todas essas dúvidas, porque enumerou uma série de iniciativas do COAF de combate à corrupção, de combate a crime fiscal, executadas durante o tempo em que ele esteve no Ministério da Economia.

Se havia alguma dúvida em relação à manutenção do COAF no Ministério da Economia, basta V.Exas. verem qual a fonte em que o Ministro Sergio Moro, à época juiz da Lava-Jato, bebeu, para que fosse feita uma série de condenações pela operação: o COAF, do Ministério da Economia.

Portanto, nós não precisamos inventar mudança para um órgão que vem funcionando bem. Por isso, o PR vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSD?

O SR. ANDRÉ DE PAULA (PSD - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta matéria suscitou muitas discussões na nossa bancada. Companheiros defenderam os dois sentidos e o fizeram com argumentos muito consistentes.

Nós exercitamos ao máximo a democracia interna, reunimo-nos muitas vezes para discutir essa discutir esta matéria. E, ontem, nós, 31 dos 36 Deputados do partido, reunidos, deliberamos que deveríamos, em função dessas duas visões antagônicas que dividem a bancada, tomar a posição de dar conforto, de liberar os companheiros, para que formem o seu juízo pessoal e votem com a sua consciência.

Portanto, o PSD libera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSB?

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós temos absoluta convicção de que o COAF, desde 1998, cumpre um grande serviço no combate à corrupção. Como órgão de inteligência fiscal, ele sempre funcionou de forma absolutamente eficiente no Ministério da Fazenda.

Eu sou Procurador da Fazenda Nacional desde 1993. No meu trabalho como Procurador, muitas vezes, tive a oportunidade de usar as informações produzidas pelo COAF. Acho estranho porque é uma realidade no mundo civilizado, nos Estados Unidos, que, para tantos aqui, é um exemplo de modelo de administração — e nós temos clareza de que, na OCDE, a troca informações é muito importante —, em todos esses países, o COAF ou o órgão de inteligência fiscal encontrar-se no Ministério da Fazenda.

Por isso, com convicção, nós temos segurança de que o COAF deve ficar no Ministério da Economia...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota...

Quer terminar, Deputado? Peço que encerre.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) - Sr. Presidente, eu agradeço.

Só quero dizer que é estranha essa discussão, porque parece que, se o COAF ficar no Ministério da Fazenda, nós estamos atribuindo ao Ministério da Economia, ao Ministro Paulo Guedes, alguma leniência com o combate à corrupção. Nós temos divergências enormes com o Ministro Paulo Guedes quanto à Previdência, à sua visão de mundo. Mas, evidentemente, esse não é o defeito do Ministro Paulo Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PRB?

O SR. MILTON VIEIRA (PRB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB entende que o COAF deve permanecer com a Economia tendo em vista o que alguns colegas já colocaram: ele sempre foi um órgão que funcionou bem, com eficácia, um órgão que, sempre que lhe foi requerida alguma informação para combater corrupção e tantas outras informações, prontamente estava ali.

Então, o PRB encaminha "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PRB encaminha "não".

Como vota o PSDB?

O SR. CÉLIO SILVEIRA (PSDB - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, representando o PSDB, um partido democrático, na Comissão, no momento da votação, votei para o COAF ficar na Economia. Aqui dou o meu voto pessoal: acho que ele tem que ficar na Justiça, porque o Sergio Moro é especializado em combater corrupção, combater lavagem de dinheiro e crime organizado.

O Ministério da Economia tem que cuidar da reforma da Previdência, da reforma tributária e do pacto federativo, mas, como o nosso partido é democrático e tem Deputados com opiniões divergentes, o PSDB libera a bancada.

O meu voto, para que fique registrado, é para que o COAF fique com o Ministério da Justiça para combater a corrupção e a lavagem de dinheiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vai votar "não", mas quer registrar também que Deputados da nossa bancada têm pensamento divergente e vão votar a favor do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o DEM?

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se a matéria que trata da estruturação administrativa dependesse apenas da vontade do Executivo, esta medida provisória não seria submetida ao Plenário.

Buscamos, tecnicamente, analisar os países mais desenvolvidos da Europa e os Estados Unidos. A inteligência financeira de todos os países da Comunidade Europeia se comunica quando precisa de qualquer protocolo internacional, de qualquer termo de cooperação, porque preserva uma coisa que o Brasil também preserva na Constituição: o sigilo dos dados.

Por conta disso e porque tecnicamente só houve argumentos de um lado, o nosso partido orienta o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o Solidariedade, Deputado Augusto Coutinho?

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço para usar também o tempo de Liderança do Solidariedade, por favor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós fizemos uma reflexão pormenorizada sobre essa questão, com muitas discussões na bancada.

Na verdade, chegamos a uma conclusão. Nós não podemos, de forma alguma, personificar as instituições. Pesquisamos muito, vimos as experiências de outros países. Como foi dito aqui, Sr. Presidente, em todos os países da OCDE, organismo ao qual o Brasil almeja se integrar, o COAF é vinculado ao Ministério da Economia. Países desenvolvidos servem de exemplo ao Brasil e têm servido muito de exemplo para o atual Governo: nos Estados Unidos, o COAF está vinculado ao Departamento do Tesouro.

Portanto, nós não podemos personificar as instituições. Muitos acham que hoje o COAF precisa ir para a Justiça porque é Ministro da Justiça o ex-juiz Sergio Moro, por quem temos apreço, respeito, e quem achamos ser um grande brasileiro. Mas não podemos personificar as instituições. E quando na Justiça não estiver mais o Ministro Moro? E quando na Justiça estiver um indicado político de um Presidente, que poderá ser um ativista partidário, para usar o COAF para perseguir adversários políticos? Não é isso o que a democracia mostra.

Como aqui foi dito, a Alemanha, que é um país desenvolvido e tinha o COAF sob o seu Ministério da Justiça, refluíu e colocou o COAF sob jurisdição do Ministério da Economia.

Por isso, Sr. Presidente, fica aqui a nossa sugestão para que o Presidente Bolsonaro nomeie para o COAF uma pessoa indicada pelo Ministro Moro, mas que o COAF fique no Ministério da Economia, porque esse é o sentimento apontado pela economia moderna em todo o mundo.

O Solidariedade encaminha "não" ao destaque. É esse o nosso voto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o Podemos?

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria primeiramente registrar que, por meio do Deputado José Nélto, que é Líder do nosso partido, e da Deputada Renata Abreu, que é Presidente do nosso partido, durante o tempo todo nós tivemos apoio para lutar pela manutenção desse órgão importante no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Eu quero agradecer aos Deputados Ricardo Barros, Arthur Lira e Marcelo Ramos, que, depois de tantas falas e de tantos discursos, valorizaram o nosso trabalho e reconheceram a defesa do COAF que fizemos durante todo esse tempo.

Agora, há um ponto importante: desde que esta medida provisória entrou em vigor, o órgão aumentou seu número de servidores, aumentou a cooperação entre Ministério Público, Polícia Federal e polícias estaduais. Isso significa que vai haver avanço e que os números vão dobrar se o COAF permanecer no Ministério da Justiça.

Por isso, orientamos "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro quero dizer que na esmagadora maioria dos países, senão em todos, particularmente nos europeus, o COAF, a inteligência financeira está no Ministério da Economia. O único país que fez uma experiência de colocá-lo no Ministério da Justiça já voltou atrás. Essa é uma lógica.

Em segundo lugar, o COAF, antes de outubro, estava no Ministério da Economia. Inclusive, acharam laranjas lá no Rio de Janeiro, eram do Sr. Flávio Bolsonaro.

Em terceiro lugar, nós não podemos personalizar essa questão. Nós somos contra o empoderamento de pessoas que já podem estar com o cargo definido para o STF.

Eu queria dizer que, por maioria, o PSOL decide votar "não" a essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PROS usará o tempo de Líder.

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar que nós do PROS fechamos questão e fizemos um destaque no sentido da manutenção do COAF no Ministério da Justiça. Eu vou usar o mesmo argumento que usei agora há pouco na orientação que fiz, tratando da independência dos Poderes. Vou usar, inclusive, exemplos de Governos estaduais. Aqui foram citados outros países, eu vou usar exemplos de Governos estaduais.

Lá em São Paulo, amigo Deputado Coronel Tadeu, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros são uma instituição só; nas demais Unidades da Federação, são instituições separadas.

Deputado Capitão Guilherme Derrite, em muitas Unidades da Federação, a Polícia Científica faz parte da Polícia Civil; em outras, a Polícia Científica é separada da Polícia Civil.

Baseado nesses argumentos, entendemos que quem está fazendo a gestão é o PSL, é o Governo Bolsonaro. Quando o PT estava na gestão, era o PT que definia como seus Ministérios trabalhavam, quais instituições faziam parte de cada Ministério e quais as atribuições que cada Ministério tinha. Volto mais atrás e lembro que, quando o PSDB estava no Governo, fazia a mesma coisa. Portanto, não faz sentido o Parlamento...

Dou um exemplo. Agora há pouco, demos um recado para as ruas, que deve ser elogiado, ao não aceitarmos a criação de novos Ministérios, porque isso gera a possibilidade de discussão do toma-lá-dá-cá, porque gera a possibilidade de discussão de que esses Ministérios vão gerar mais custos para o Governo, e aqui estamos atrás de reduzir gastos. É por conta disso que nós do PROS encaminhamos pela manutenção do COAF no Ministério da Justiça.

Acho que o Deputado Diego Garcia foi muito responsável quando mostrou aqui que esse argumento de manter o COAF no Ministério da Justiça é para utilizar o órgão de forma política não tem a menor fundamentação porque, se estiver no Ministério da Economia, fará parte do mesmo grupo político. Então não faz sentido dizer que manter o COAF no Ministério da Justiça tem como objetivo perseguir adversários políticos, até porque não é isso o que tem sido feito durante esses 5 meses de gestão. Pelo contrário, o que tem ocorrido é o COAF ser valorizado, ser equipado com pessoal, ser equipado em questões logísticas.

Os dados apresentados pelo Ministério da Justiça mostram claramente que o COAF, na gestão do Ministério da Justiça, tem sido muito mais eficiente, muito mais eficaz. É para isso que estamos aqui, para tornar a gestão pública mais eficiente e mais eficaz.

Tudo isso sem falar, logicamente, que há um clamor das ruas para que se mantenha uma decisão do Presidente Bolsonaro. Se for feita uma pesquisa popular, quem votou e quem não votou no Presidente Bolsonaro têm o entendimento de que o COAF mantido no Ministério da Justiça com certeza vai gerar muito mais produção, vai gerar muito mais combate à corrupção do que em qualquer outro local.

Eu tenho a tranquilidade de subir aqui e fazer esta defesa porque entendo, de fato, que os números apresentados neste ano comprovam qualquer discussão no sentido de que lá, no Ministério da Justiça, o COAF está sendo muito mais eficiente e muito mais eficaz. Se o deixarmos no Ministério da Economia, nós não vamos ter a garantia de que a instituição vai ter a mesma proximidade, como foi citado aqui, com o Ministério Público, com a Justiça. A interligação com essas instituições é o que tem fortalecido o combate à corrupção neste País.

Então, que fique claro o posicionamento do PROS: fechamos questão no sentido de, sim, manter o COAF no Ministério da Justiça. Parabenizo o partido por essa decisão tomada pela bancada. Em alguns momentos discordamos do Governo, de forma técnica, de forma responsável, mas ficamos muito felizes por, em um momento como este, estar aqui defendendo não o Governo Bolsonaro mas a instituição Ministério da Justiça, a instituição COAF e, logicamente, o fortalecimento de uma instituição que é hoje símbolo nacional.

O COAF hoje é um símbolo nacional em virtude de tudo que já foi produzido no passado e de tudo que pode produzir daqui para frente, logicamente se permanecer no Ministério da Justiça, com a mesma perspectiva de investimento, de mais pessoas, de mais equipamentos e materiais, continuando a ser esse símbolo de combate à corrupção.

As ruas estão pedindo isso, estão pedindo que nós venhamos a fortalecer o combate à corrupção, o combate à lavagem de dinheiro. Seja quem for o acusado — aqui não fazemos a defesa de ninguém —, ele merece ser investigado com o rigor da lei. Por conta disso o PROS defende a manutenção do COAF no Ministério da Justiça.

Para finalizar minhas palavras, lembro também que, quanto ao destaque a respeito dos auditores fiscais, nós também não vamos admitir que eles sejam proibidos, Deputado Diego Garcia, de comunicar um crime. Vejam se não é inconstitucional: como eu sou policial, se eu tomo conhecimento de um crime, eu tenho a obrigação de informar esse crime. Nós também vamos trabalhar nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PCdoB?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o orador que me antecedeu acaba afirmando a necessidade do COAF ficar onde está. Ele afirmou que o COAF é símbolo nacional. Ele nasceu vinculado à Fazenda, permaneceu vinculado à Fazenda, e cumpriu sua função, suas atribuições, que é fazer o controle da atividade financeira. É assim em todos os lugares. É um debate técnico. Estão querendo personalizar, estão

querendo fazer política. Aí sim, estão querendo politizar esse debate para transferir o COAF, atendendo a um interesse que tem nome e sobrenome. Não é esse o papel do COAF. Não é isso que interessa ao País, que interessa à sociedade e que faz do COAF um órgão que assegure e fortaleça suas atribuições.

Por essa razão, o PCdoB encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PCdoB vota "não".

Como vota o PSC?

O SR. ANDRÉ FERREIRA (PSC - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC encaminha "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o Cidadania? *(Pausa.)*

Como vota o NOVO? *(Pausa.)*

Como vota o Avante? *(Pausa.)*

Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

O SR. DANIEL COELHO (CIDADANIA - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Cidadania reuniu sua Executiva Nacional e deliberou a orientação para que a nossa bancada aqui na Câmara e no Senado vote pela permanência do COAF junto ao Ministério da Justiça.

Então, o Cidadania orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Sim.

Como vota o NOVO?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, corrupção é um crime invisível, e o COAF permite que consigamos enxergá-lo. O NOVO vota pela manutenção do COAF no Ministério da Justiça, para que crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e colarinho branco fiquem com o Ministro que é símbolo do combate à corrupção. Quem vota contra a permanência não quer que operações como a Lava-Jato continuem.

Por isso, votamos pela manutenção. Nosso voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o Avante? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

Como vota a Oposição? *(Pausa.)*

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Pela Minoria, Presidente.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Pela Oposição, Presidente.

O SR. CÉLIO STUDART (PV - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV vota "sim", Sr. Presidente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, as funções do COAF são funções de Estado. Lá há técnicos respeitados, competentes, que exercem o seu trabalho. Não são políticas de governo, muito menos de empoderamento individual. Inclusive o Ministro Moro se coloca nas entrevistas como o supertira.

Hoje não tratamos aqui de um Ministro que pode ficar 1 mês, 2 meses, 6 meses, 1 ano ou que faz acordos para se colocar em outras estruturas de Poderes da República. Nós aqui tratamos de estruturas de Estado, com as quais todos os governos contribuíram em qualquer momento que foram demandados para processos de investigação. Não sei porque o Governo se preocupa em tirar o COAF da Economia, a não ser que desconfiem que o Ministro Paulo Guedes não contribuirá nos processos investigativos.

Por isso, a Liderança da Minoria encaminha "não".

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Oposição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - V.Exa. tem a palavra para falar pela Oposição.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no mundo inteiro, o COAF está no Ministério da Fazenda, no Ministério da Economia. É um órgão de inteligência financeira para encontrar movimentações financeiras atípicas, analisá-las e tributá-las ou enviá-las para investigação pelo Ministério Público. É um órgão de Estado. Deve ficar e continuar na Fazenda. Nós não estamos extinguindo o COAF aqui, estamos fortalecendo. E o Presidente já disse que quem vai indicar o diretor do COAF é o Ministro Sergio Moro. Então, deixem o COAF na

Fazenda. Se amanhã o Ministro Sergio Moro for Ministro da Educação, ele vai levar o COAF e a Polícia Federal para o Ministério da Educação? Nós não podemos personificar as instituições. As instituições são do Estado brasileiro.

Por isso, a Oposição recomenda o voto "não".

O SR. CÉLIO STUDART (PV - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PV orienta "sim".

O SR. MAJOR VITOR HUGO (PSL - GO) - Sr. Presidente, o Governo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Todo mundo vai falar.

Como vota o PV?

O SR. CÉLIO STUDART (PV - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PV vota "sim".

Como vota o Governo?

O SR. MAJOR VITOR HUGO (PSL - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, 57 milhões de brasileiros elegeram um Presidente que é patriota, que é cristão e que é honesto, um Presidente que precisa de uma estrutura que permita um Estado mais eficiente, um Estado que seja coerente com as bandeiras que nos trouxeram até aqui, de combate à corrupção, de combate à lavagem de dinheiro, de combate ao financiamento ao terrorismo.

Nesse sentido, inspirado pela população brasileira, por esse 57 milhões de brasileiros que votaram no Presidente Bolsonaro, o Governo encaminha "sim", para que o COAF fique com o Ministério da Justiça. Não importa como outros países fazem. O Brasil tem que ter a coragem de tomar uma decisão que, tenho certeza, vai inspirar os demais países, tendo em vista a eficiência do Estado e o combate a esses males que eu abordei anteriormente.

Por isso, o Governo orienta "sim". (*Palmas.*)

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de muito rapidamente fazer uma reflexão aqui com os amigos. Primeiro, eu acho que essa discussão é até inócua, porque infelizmente o Brasil se transformou num país de casuísmo, onde se dá a resposta — e as instituições estão dando resposta — não da forma correta, como tem que ser, mas apenas de acordo com a ocasião. Eu não acredito na construção de um Estado forte que não seja pensando em fazer o que é certo para o Estado brasileiro.

Nesse sentido, Sr. Presidente, com toda tranquilidade, nós estamos encaminhando o voto "não", tendo toda a confiança no Ministro Paulo Guedes, que está no Ministério da Economia. Para mim, não há nenhuma suspeita sobre o Ministro Paulo Guedes. Nós acreditamos no Ministro Paulo Guedes, como o Brasil sempre acreditou em todos os Ministros da Economia.

O SR. CHIQUINHO BRAZÃO (AVANTE - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Avante orienta o voto "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O Avante vota "não".

Em votação.

Aqueles que forem pela aprovação do destaque permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL) - Verificação conjunta, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Verificação conjunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

O SR. JHONATAN DE JESUS (PRB - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB muda de "não" para "não" de novo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - A Deputada Jandira Feghali, pela Liderança da Minoria, tem a palavra. (*Pausa.*)

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vamos votar "sim", para manter o COAF no Ministério da Justiça e da Segurança.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Só um minutinho, Deputada Jandira Feghali.

O Deputado Beto Pereira tem a palavra por 3 minutos.

V.Exa. tinha direito de falar pelo requerimento, e eu cancelei o requerimento.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares, em vez de vir aqui fazer um discurso político fácil, hoje venho fazer a defesa de algo que para nós do PSDB é conceitual. Nós votamos a MP 870 e concordamos, em todos os pontos, com o texto governamental. Mas, com relação ao destaque do COAF, nós tivemos uma divergência dentro da bancada, que está liberada para votar.

Para o PSDB não existe nenhuma dificuldade em fazer essa discussão interna. Foi no Governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1998, através da Lei nº 9.613, que o COAF foi criado, justamente para fiscalizar as movimentações financeiras. Portanto, ele foi criado vinculado ao Ministério da Fazenda, que hoje se chama Ministério da Economia. Então, nossa discussão aqui é impessoal. Não podemos tratar isso como sendo apenas uma queda de braço entre aqueles que defendem Moro e aqueles que defendem Paulo Guedes no comando desta importante instituição.

O PSDB, quando criou o COAF vinculado ao Ministério da Economia, fez isso por quê? Porque, dentro desta pasta, possuía os melhores quadros e as maiores *expertises* quanto à fiscalização financeira. Esta realidade mudou? Os melhores quadros não continuam no Ministério da Economia?

Não é só o Brasil que age desta forma. Países por todo o mundo fazem a defesa das suas divisas no Ministério da Economia. É assim na Alemanha, é assim na França, é assim na Espanha, é assim nos Estados Unidos, país tão idolatrado por muitos ultimamente. Portanto, o COAF, que continua sendo um órgão de investigação financeira e não um órgão de investigação criminal, deve, sim, continuar no Ministério da Economia.

Apenas para ilustrar, Sr. Presidente, foi através das fiscalizações do COAF em maio de 2014 que investigação sobre o doleiro Alberto Youssef deu início à Lava-Jato. Também foi um relatório do COAF que, em junho de 2018, "startou" as investigações que ligaram Queiroz a Flávio Bolsonaro, o que acarretou a investigação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Portanto, Sr. Presidente, o COAF nunca foi acusado de ser um órgão partidário e muito menos um órgão inerte. Ele atua como um grande auxiliar nas investigações criminais, sem perder o objetivo de fazer a fiscalização financeira. Foram 20 anos de uma história sem nenhuma contestação no Ministério da Economia.

É isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/MDB - SC) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como a maioria sabe...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Só um minutinho, Deputado, porque há uma ordem aqui.

Concedo a palavra ao Deputado Otoni de Paula; depois, à Deputada Jandira Feghali e, posteriormente, ao Deputado Celso Maldaner.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estou muito consciente em seguir a orientação do meu partido, o PSC, e votar "não", porque hoje eu estive com o Ministro Paulo Guedes e perguntei a ele pessoalmente se ele se sentia preparado para dar a resposta que o Brasil precisa na administração do COAF no seu Ministério, já que o COAF pertence tradicionalmente ao Ministério da economia. A resposta do Ministro me tranquilizou, quando ele disse: "*Sim, nós estamos preparados*".

Por isso, Sr. Presidente, crendo que Paulo Guedes tem um caráter tão nobre quanto o do Ministro da Justiça, não há porque duvidar do Ministro Paulo Guedes. Crendo que o Ministro Paulo Guedes tem o mesmo caráter e a mesma seriedade do Ministro Sérgio Moro, eu votei para que o COAF permaneça no seu órgão de origem, no órgão tradicional, até porque nós não podemos aqui fazer casuísmo em momento nenhum. Se o Ministro Moro for para outro Ministério, ele não vai poder ficar levando o COAF para onde for.

Portanto, se o COAF pertence ao Ministério da Economia, que permaneça no Ministério da Economia. E eu acredito no caráter de Paulo Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Obrigado, Deputado.

Tem a palavra a Deputada Jandira Feghali, pela Minoria.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, coloque o tempo aí para eu poder me orientar.

Presidente, enquanto transcorre a importante votação desse destaque, eu, como Líder da Minoria, encaminhei a posição de todos os partidos de Oposição que compõem esta Liderança e que foram unânimes na posição de manter o COAF no Ministério da Economia, porque o entendem como política de Estado, não como uma estrutura para ser usada politicamente. O COAF é uma estrutura técnica e assim deve permanecer com seus competentes técnicos onde sempre estiveram, no Ministério da Economia.

Mas eu gostaria nesse tempo de fazer a abordagem de alguns pontos. O primeiro deles é para realçar a pesquisa de opinião pública sobre o Governo Bolsonaro, que começa a demonstrar claramente a sua falência. Os itens ruim e péssimo superam o índice de aprovação do Governo. Isso é algo que chama a atenção de todos nós e faz com que, no desespero, o Governo tente atirar a sua bala de prata. Fragilizado internamente, o Presidente busca o apoio das ruas, e, objetivamente, houve a saída de muitos segmentos que já o apoiaram, inclusive de setores empresariais do País. Mas ele o faz estimulando o ódio, estimulando a luta contra a democracia, contra este Parlamento, contra o Supremo Tribunal Federal, além de estimular muitas *fake news*, notícias falsas, que inclusive estimulam o ódio e mentiras, também contra Parlamentares desta Casa.

Quero ainda fazer uma denúncia e comunicar uma iniciativa que tomamos hoje. E peço a atenção dos colegas Parlamentares, porque hoje acontece com alguns de nós e, amanhã, poderá acontecer com outros. Hoje, estivemos na Polícia Federal, eu e o Deputado Paulo Pimenta, para denunciar textos que circulam na Internet acusando a mim, aos Deputados Paulo Pimenta, Alessandro Molon e Glauber Braga de autores de atentados terroristas junto a milícias do Rio de Janeiro e de atentados contra as manifestações de domingo. Imaginem aonde pode chegar o delírio! Imaginem o que pode estar armado nesse processo! Dizem que nós somos autores de atentados terroristas, que vão sendo construídos nas manifestações de domingo, que já há delatores articulados para nos acusarem diante da polícia e que já há também prisões preventivas sendo montadas contra nós.

Ora, o delírio chegou a tanto que usaram, na articulação dos delatores, os nomes do Ministério Público Federal de Curitiba e do ex-Deputado Francischini, pai do Deputado Felipe Francischini, que está aqui conosco. Vejam aonde vai a artimanha do delírio da armação, que chega a ser hilária! E isso nos impôs fazer uma denúncia à Polícia Federal, cujo processo foi aberto hoje, para que investigue a origem desse tipo de texto. Apesar de já declarada *fake* em vários *blogs*, a notícia circula e, ao circular, cria animosidades contra nós, Deputados, porque muita gente que vai a essas manifestações também não raciocina, comportando-se como pessoa que odeia, que é intolerante e que, no preconceito, coloca-nos como alvos.

Então, os Deputados Glauber, Molon, Paulo Pimenta e eu nos colocamos na busca da investigação, pedindo à Inteligência da Polícia Federal que investigue se de fato haverá atentados, inclusive para proteger as pessoas que participam dessas manifestações.

Mas o ódio é tanto que ele se reproduz dentro do Parlamento brasileiro. Hoje, ele se manifestou na Comissão de Educação e na Comissão de Trabalho contra a nossa querida Deputada Professora Marcivania, a primeira mulher Presidente da Comissão de Trabalho, que sofreu agressão de Deputados da Casa, do Líder do PSL, do Deputado Delegado Éder Mauro e, infelizmente, da Deputada Professora Dayane Pimentel. Eles foram à Mesa acochar e agredir a Deputada Marcivania com o dedo no rosto, com socos na mesa, além de agredirem verbalmente e estimularem pessoas da Segurança Legislativa da Casa, que agrediram fisicamente o Presidente da UBES, Pedro Gorki, entidade líder do movimento estudantil que tem 71 anos de existência, e a Presidenta da UNE, Marianna Dias. Eles foram agredidos por membros da Polícia Legislativa aqui dentro das Comissões de Educação e de Trabalho. E o Ministro da Educação, dizendo que não reconhece a UNE nem a UBES, fugiu do debate, foi embora. Essas denúncias precisam chegar ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, porque não é possível que esses comportamentos permaneçam dentro do Poder Legislativo. Nós precisamos enfrentar e paralisar comportamentos de ódio, de desrespeito, de desqualificação que ocorrem dentro da Câmara dos Deputados.

A democracia precisa prevalecer no Brasil e no Parlamento brasileiro, onde as divergências, as entidades, os Deputados e as Deputadas sejam respeitados, com altivez e com as diferenças. E a democracia precisa prevalecer e ser respeitada.

Essas são as palavras da Liderança da Minoria no dia de hoje. O plenário está cheio, nós estamos votando aqui, porque o nosso papel é votar, obstruir, divergir, não permitir muitas votações, mas, acima de tudo, fazer prevalecer uma pauta de direitos. A democracia está em risco no Brasil, mas nós estamos aqui para preservá-la, protegê-la, estimulá-la e, acima de tudo, fazer valer os nossos direitos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Com a palavra o Deputado Filipe Barros, pela Liderança do PSL.

Depois vou encerrar a votação.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, como é lindo nós ouvirmos falar sobre a democracia. A democracia, de fato, é um valor a ser seguido por

todos nós, por todo o povo brasileiro, por todos nós Parlamentares, a todo instante, em todas as nossas ações, nesta Casa em especial, que é o Parlamento do povo brasileiro. A democracia, portanto, é algo que tem que ser respeitada, valorizada e aprimorada por todos nós em todos os instantes.

Alguns anos atrás, Srs. Parlamentares, a população acordou, a população foi às ruas, a população começou a cobrar, como nunca antes visto na história deste País, dos seus representantes, até porque democracia não é apenas votarmos de 4 em 4 anos. A democracia exige muito mais do que isso.

O Estado Democrático de Direito e a República que estamos vivendo exigem também as obrigações não só de nós agentes públicos, mas também da população. E a população tem cada vez mais se conscientizado de suas obrigações e cada vez mais, meu Líder Delegado Waldir, tem ido às ruas e cobrado de nós Parlamentares. E é assim que tem que ser na República.

O Poder Executivo propõe as suas políticas públicas, Deputado Delegado Éder Mauro, e o Poder Legislativo as discute e as vota, rejeitando-as ou aprovando-as. E o povo é que tem o poder primário na República. Somos representantes do povo e devemos satisfação à população brasileira. *"Todo o poder emana do povo"*, diz a nossa Constituição Federal. Mas o que nós estamos vivendo, principalmente nos últimos anos, é uma inversão completa dessa que é uma das maiores frases da nossa Constituição e uma das mais bonitas.

Todo poder emana do povo e em favor dele será exercido. Mas, na realidade brasileira, estamos vivendo, Deputados do PSL, a máxima de que todo poder emana do povo e contra ele será exercido. Mas essa lógica está mudando, porque a população está nas ruas, cobrando de seus Parlamentares e de seus representantes.

Eu fiz parte da Comissão Mista que analisou a Medida Provisória nº 870, Srs. Parlamentares. E, desde que foi votado aquele relatório na Comissão Mista, todos nós aqui, tenho certeza disso, estamos recebendo uma enxurrada de mensagens pelo WhatsApp, Facebook e em todas as mídias sociais. E para quê? Para garantir que o COAF esteja junto com o Sergio Moro, no Ministério da Justiça; para garantir que não sejam criados outros Ministérios; para garantir que a Receita Federal continue com suas prerrogativas de denunciar indícios de crimes.

Esta é a realidade: nós devemos satisfação e respeito ao povo brasileiro. Essa é a vontade da população. E nós estamos aqui por conta da população, não por nossa conta. E aqui estamos por conta da população que nos elegeu, Deputada Joice Hasselmann, colocando-nos aqui para representá-los.

Temos que resgatar, Sr. Presidente — e essa é a missão precípua deste Parlamento —, a máxima da nossa Constituição Federal: *"Todo o poder emana do povo"*. É por isso, Sr. Presidente, que, após a votação na Comissão Mista que analisou a Medida Provisória nº 870, a bancada do PSL se reuniu, e todos nós, de forma unânime, deliberamos que o PSL irá defender o COAF com o Moro; que o PSL irá defender que a FUNAI permaneça no Ministério dos Direitos Humanos; que o PSL é contra a criação de novos Ministérios.

Sr. Presidente, nesse mesmo sentido estou dizendo que a população está nas ruas e delas não sairá. E quero ressaltar a importância das manifestações desse domingo. Ao contrário do que parte da imprensa tem falado, não é uma manifestação convocada pelo Presidente da República, é uma manifestação convocada pelo povo. *(Apupos.)*

E é o mesmo povo que elegeu Bolsonaro e os Parlamentares que aqui estão. *(Palmas e apupos.)*

É uma manifestação do povo brasileiro; aliás, Sr. Presidente, povo este que os governos passados não respeitaram.

Sr. Presidente, peço a restituição do meu tempo. *(Apupos.)*

Sr. Presidente, muito se falou também que essas manifestações não eram democráticas, como se a Oposição tivesse o monopólio da voz do povo — e nós sabemos que não tem.

E quero aqui, nos últimos minutos que me faltam, relembrar algumas frases ditas por alguns membros, sejam da Oposição, sejam dos ditos "movimentos sociais" que a Oposição apoia; então, chegaremos à conclusão de quem são os democráticos e de quem são os autoritários. *"Nós temos uma Suprema Corte totalmente acovardada"*, disse Lula para Dilma Rousseff. *"Nós temos que redesenhar o Poder Judiciário e o papel do Supremo Tribunal Federal. Tem que fechar o Supremo Tribunal Federal"*, disse o Deputado Wadih Damous, do PT — é ele mesmo; não se reelegeu. *(Manifestação no plenário: Fascista! Fascista!)*

"É uma questão de tempo pra a gente tomar o poder. Aí nós vamos tomar o poder, que é diferente de ganhar eleição", disse José Dirceu, o presidiário José Dirceu.

Há outras frases: *"Isso implica, neste momento, ir para as ruas entrincheirados, com armas nas mãos, se tentarem derrubar a presidenta Dilma Rousseff"*, disse Vagner Freitas, Presidente da CUT. Essa frase foi dita por ele dentro do Palácio do Planalto.

Quem são os democráticos? Quem são? Os líderes de vocês estão presos. *(Manifestação no plenário: Fascista! Fascista!)*

População brasileira, domingo nas ruas! Sergio Moro, estamos com você! (*Palmas e apupos.*) (*Manifestação no plenário: O povo unido jamais será vencido!*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 210;

NÃO: 228.

O TEXTO DA COMISSÃO ESPECIAL FOI MANTIDO.

Estão prejudicados os Destaques n°s 4 e 18.

Eu só peço que, daqui para frente, o Parlamentar que for à tribuna utilize a tribuna sozinho. A imagem com 5, 6, 7 ou 8 Parlamentares no entorno não é a imagem que deve ser passada para a sociedade. A pessoa fala, e depois cada um tem o direito de falar no microfone de aparte.

Prorrogo a sessão por 1 hora.

Requerimento sobre a mesa:

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 185, § 4º, do Regimento Interno, a quebra do interstício regimental, para se proceder ao pedido de nova verificação de votação do Destaque n° 3 à MP 870/2019.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 2019

Alexis Fonteyne

NOVO

Tem a palavra o Deputado Marcel Van Hattem para falar a favor. (*Pausa.*)

Deputado Gastão Vieira, por favor, dê licença. V.Exa. está atrapalhando o Deputado Marcel, que vai usar a tribuna.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de solicitar a atenção do Plenário. Nós acabamos de ter uma votação muito importante. Infelizmente aqueles que defendiam — como é o caso do Partido Novo e o meu caso pessoal — que o COAF ficasse na administração do Ministério da Justiça perderam. Nós perdemos a votação. Mas foi nominal. Cada Sra. Parlamentar e cada Sr. Parlamentar pôde dar o seu voto e demonstrar à sociedade qual a sua posição nesse tema.

Nós entendemos, Sr. Presidente, o Partido Novo entende que a próxima votação também precisa ser nominal. É por isso que nós estamos pedindo a quebra de interstício.

Cada Deputado e cada Deputada neste plenário deve ter a responsabilidade de demonstrar como votará no próximo destaque, em que se procura, por meio de uma emenda aprovada na Comissão que tratou desta medida provisória, a Comissão Mista, da Câmara e do Senado, reduzir os poderes do auditor-fiscal da Secretaria Especial da Receita Federal de continuar a combater a corrupção.

Meu colega Deputado Sanderson, do meu amado Rio Grande do Sul, policial federal, sabemos que o combate à corrupção precisa permanecer. A Operação Lava-Jato é um patrimônio do Brasil, e nós não podemos retroceder. É óbvio que nós não podemos deixar que abusos ocorram, mas para isso já existe a lei. Não podemos voltar atrás agora e, inclusive por meio deste destaque, amordçar auditores-fiscais que porventura encontrem crimes de corrupção que não estejam diretamente relacionados a crimes contra a ordem tributária ou o controle aduaneiro. É disso que se trata. Trata-se aqui de uma mordada que levará muito auditor-fiscal da Secretaria Especial da Receita Federal a prevaricar por ordem legal. Este Parlamento não pode permitir que isso ocorra.

E é por isso, com todo o respeito que devo à opinião pessoal de cada Parlamentar, de cada Deputada e de cada Deputado, que faço um apelo a este Plenário: que votemos também nominalmente este próximo destaque! O Brasil quer saber a opinião de cada um, e todas são, sim, legítimas, mas precisam ser defendidas e precisam ser demonstradas.

Por isso, peço mais uma vez aos colegas: vamos votar nominalmente! E que se quebre o interstício regimental!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Para encaminhar contra, tem a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Sem revisão do orador.) - Srs. Deputados, o assunto agora é a prerrogativa do auditor-fiscal.

A Comissão Especial incluiu no texto um artigo que diz: "*os indícios de crimes diversos dos referidos no inciso anterior*" — que trata de crimes relacionados à ordem tributária —, "*com os quais o Auditor-Fiscal da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil se depare no exercício de suas funções, não podem ser compartilhados, sem ordem judicial, com órgãos ou autoridades a quem é vedado o acesso direto às informações bancárias e fiscais do sujeito passivo*".

Por que a Comissão Especial incluiu esse texto? Por que não há autorização expressa para que o auditor-fiscal quebre o sigilo do sujeito passivo, de todas as suas empresas, parentes e pessoas relacionadas, e compartilhe com outros órgãos. Não está escrito que pode, mas não está escrito que não pode, e, então, os auditores passaram a ser investigadores de todos os cidadãos brasileiros.

O que diz a nossa Constituição? Peço a atenção dos colegas Deputados, porque eu vou ler o texto constitucional, o art. 5º, inciso XII: Art. 5º.....

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

Ora, senhores, o que está sendo feito aqui é a repetição da Constituição. Não se pode quebrar o sigilo de dados dos cidadãos sem a respectiva ordem judicial.

Portanto, a Comissão Especial escreve esse artigo para eliminar o *vacatio legis* sobre o qual os auditores passaram a ser investigadores criminais. Essa não é a função do auditor-fiscal, como não é a função do COAF, como nós decidimos aqui.

"*Todo o poder emana do povo*". E nós somos os legítimos representantes do povo brasileiro.

Vamos colocar ordem e clareza na nossa legislação. Vamos votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP? (Pausa.)

Como vota o PT?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria vota "não".

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O Bloco do PP vota "não".

Como vota o PT? (Pausa.)

Como vota o PSL?

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL vota "sim".

Eu só quero deixar claro que há vitórias que representam derrotas e há derrotas que representam vitórias.

O PSL e os partidos que se aliaram a ele hoje representaram uma grande vitória.

Vitória de Pirro! Depois da vitória, o general simplesmente disse o seguinte: "*Mais uma vitória como esta e estaremos dizimados*". Nós mostramos o contrário: mais uma derrota como esta e seremos eternamente vitoriosos. Vencemos! Vencemos!

A nossa orientação é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como orienta o PT?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PT orienta "não".

Como orienta o PL?

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PL orienta "não".

Como orienta o PSD? (Pausa.)

Como orienta o PSB?

O SR. ANDRÉ DE PAULA (PSD - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PSD orienta "não".

Como orienta o PSB?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB orienta "sim". O PSB quebra o interstício.

Sr. Presidente, eu gostaria de falar em nome da Liderança, por 5 minutos, por favor.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu vou continuar aqui a orientação. Depois o Deputado Luiz faz o uso da palavra pela Liderança.

Nós temos absoluta convicção de que essa alteração nas atribuições dos auditores-fiscais da Receita Federal é um absurdo. Alguém, por dever funcional, tendo conhecimento de qualquer desvio, de qualquer indício, de qualquer presunção razoável de desvio de dinheiro, de corrupção, de lavagem de dinheiro, tem não só a prerrogativa mas também a obrigação de representar ao Ministério Público e ao titular da ação penal.

Por isso, o PSB orienta "sim" à quebra de interstício, na defesa das prerrogativas dos auditores da Receita Federal, que é a garantia de uma administração tributária e de um Estado brasileiro que não transige nos seus deveres de combater a corrupção e qualquer tipo de crime.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Com a palavra o Deputado Luiz Flávio Gomes, que falará pela Liderança do PSB.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES (PSB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Pela Liderança do PSB, nós temos o posicionamento no sentido de que não é possível impedir a atividade dos auditores-fiscais. A regra é geral no nosso direito: todo funcionário público tem a obrigação jurídica de comunicar qualquer delito possível com o qual se depara. Não é correto, com a devida vênia ao colega, que essa comunicação já signifique indício de crime. Não há que se falar em crime nessa etapa, é apenas uma mera comunicação. Quem vai ver se há indício de crime ou não é o Ministério Público, que tem de formar a sua convicção, que é a *opinio delicti*.

É uma ofensa muito grande ao Estado Democrático de Direito. É uma exclusão. Vai virar um direito de exceção, ou seja, os fiscais são os únicos que vão ser impedidos de cumprir um dever legal. Isso é direito de exceção. Nós, portanto, não concordamos com o tolhimento da atividade dos auditores-fiscais. Vemos isso como um retrocesso. É uma fonte de impunidade. E, se houver algum tipo de abuso nessa comunicação, que se apure o abuso. Mas nós não podemos, salvo em algumas exceções, transformar isso em regra.

Falo em meu nome, falo em nome da nossa Liderança, do Deputado Tadeu. E digo mais, Sr. Presidente: falo o posicionamento do nosso partido, o PSB, pela racionalidade das coisas neste País. Nós somos contra radicalismos, não importa quem seja o radical, da Esquerda ou da Direita, não interessa. Nós somos pelo equilíbrio e pela boa aplicação do direito. É importante observar as regras gerais do direito.

Sr. Presidente, todos os ataques a esta Casa devem merecer resposta à altura. O nosso Presidente está de parabéns. Nós não podemos transformar a nossa democracia liberal em uma democracia autoritária.

No último final de semana, a Venezuela acabou interferindo no Legislativo por causa de uma ditadura. Na Hungria, recentemente, Viktor Orbán interferiu no Legislativo e no Judiciário pela implantação de uma ditadura. E agora estamos vendo isso também nas Filipinas, que, há 15 dias, aprovou prisão, pena de morte e tudo o mais de poderes ao Presidente.

Não podemos concordar com o estrangulamento do Estado Democrático de Direito, porque isso gera insegurança jurídica para todos nós. Temos de respeitar o direito. Uma mera comunicação não é indício; uma mera comunicação significa uma mera fonte de prova. É fonte, não é prova. Indício é prova. Estão confundindo uma coisa com a outra. Nós temos de dar a resposta de acordo com o justo, com o correto e com o equilibrado. O equilibrado é manter exatamente o direito como está.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns pelas suas ótimas atuações em defesa da nossa Casa e da nossa instituição! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PRB?

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (PRB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB encaminha "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSDB?

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, da mesma forma que fiz a fundamentação da última votação, desta vez o PSDB encaminha "sim", para que sejam preservados e resguardados os direitos dos auditores na fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PDT?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT orienta "sim", Sr. Presidente. Nós queremos votar nominalmente e defender a auditoria da Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o DEM?

O SR. PAULO AZI (DEM - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o Solidariedade?

O SR. GUSTINHO RIBEIRO (SOLIDARIEDADE - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o Podemos?

O SR. BACELAR (PODE - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje tem sido um dia de afirmação do Poder Legislativo brasileiro, de soberania, de defesa dos interesses da população, de controle do Executivo. Nós não podemos manchar este dia deliberando sobre uma matéria, primeiro, que é estranha à medida provisória.

Segundo, como impedir, Sr. Presidente, que o funcionário público, encontrando indícios de corrupção, encontrando indícios de crime, não denuncie isso? Como impedir, Sr. Presidente, que os auditores-fiscais tenham o seu trabalho restrito?

Por isso eu apelo aqui a todos os Parlamentares que enobrecem esta Casa, que dignificam a função legislativa, que votemos "sim" e quebrems o interstício.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores, eu tenho uma posição garantista. Não faço a defesa de ampliação do Estado penal, policial, punitivo, mas esta votação é muito diferente da anterior. Se você tem um auditor da Receita Federal que toma conhecimento, na busca do crédito tributário, de que uma infração está sendo cometida, ele tem a obrigação de fazer a comunicação desse fato. E aí você não pode impedir nem o auditor da Receita Federal, nem qualquer outra categoria ou qualquer outro cidadão de apresentar uma espécie de representação ao Ministério Público, para que, aí sim, seja realizada a investigação necessária.

Por esse motivo, nós do PSOL votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PSOL vota "sim".

Como vota o PROS?

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mantendo a lógica, a coerência, eu queria entender como justificar uma medida como essa. Proibir o auditor-fiscal, que é servidor público concursado, com bom salário, com atribuições extremamente importantes, de exercer o seu mister, que é justamente auditar, identificar, porventura, qualquer infração administrativa ou criminal, é tentativa de evitar que esse servidor público venha a denunciar o cometimento de crimes. Isso é um absurdo! Isso é rasgar a legislação brasileira.

Por conta disso, logicamente, o nosso posicionamento é "sim", pela quebra de interstício; é "sim", também pela manutenção das prerrogativas do trabalhador, do servidor público que tem uma função primordial para evitar que se desviem recursos públicos e para dar a sustentabilidade de recursos de que o Governo Federal precisa para fazer a máquina pública funcionar. Então, o PROS encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PCdoB?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB encaminha "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSC? (*Pausa.*)

Como vota o Cidadania?

O SR. MARCELO CALERO (CIDADANIA - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como um dos apoiadores do requerimento, o Cidadania orienta que se vote "sim".

Já entrando no mérito, Sr. Presidente, é inaceitável que haja qualquer tipo de cerceamento ao trabalho dos servidores de carreira, dos auditores da Receita, que tanto têm contribuído para investigações de lavagem de dinheiro, que tanto têm contribuído para o combate à corrupção.

É claro que não se trata aqui de patrocinar qualquer iniciativa no sentido de um Estado policaresco, mas, sim, de garantir que os servidores públicos, em especial os servidores de carreira, possam exercer as suas funções com todas as garantias, em sua plenitude. Do contrário, vamos trabalhar em favor da impunidade, vamos trabalhar em favor do crime, e é justamente o contrário que nós precisamos fazer aqui.

Portanto, é imprescindível resguardar as atribuições dos auditores e dos servidores de carreira de forma geral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o NOVO?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, da mesma forma, o Partido Novo encaminha favoravelmente a esse requerimento de quebra de interstício. Nós entendemos, inclusive, que todas essas votações que têm amplo interesse da sociedade precisam ser nominais. Nós gostaríamos que cada Deputado que aqui está votasse a favor ou contra, mas mostrasse qual é o seu voto, porque esse tipo de votação é realmente crucial para a sociedade.

Nós estamos defendendo que os auditores da Receita possam continuar a fazer aquele trabalho que eles fazem. Como disse da tribuna, obviamente qualquer abuso precisa ser coibido e, por isso, há lei — nós vivemos no Estado Democrático de Direito —, mas não podemos retroceder! Nós vivemos num momento em que a Operação Lava-Jato hoje já é um patrimônio do Brasil. Nesse sentido, as atribuições da Receita Federal precisam ser garantidas, precisam ser mantidas, para evitar, inclusive, que um funcionário público acabe por prevaricar por uma medida aqui tomada pelo Parlamento.

Por isso, votamos a favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o Avante? *(Pausa.)*

Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

Como vota o PV? *(Pausa.)*

O SR. ANDRÉ FERREIRA (PSC - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PSC vota "não".

O SR. CÉLIO STUDART (PV - CE) - Peço a palavra para orientar o Partido Verde, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o Partido Verde?

O SR. CÉLIO STUDART (PV - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV não tem medo de mostrar voto e orienta que se vote "sim".

O SR. EDUARDO BRAIDE (PMN - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMN orienta "sim" e acha importante essa quebra de interstício, para que tenhamos votação nominal no caso dos auditores da Receita Federal. É muito importante que cada um de nós possa deixar seu voto de acordo com a sua consciência, para que não sejam realmente tolhidas as prerrogativas que foram dadas aos auditores da Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota a REDE? *(Pausa.)*

Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Sr. Presidente, há mais uma orientação "sim" ali, viu?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Não há, não, Deputado. Eu fiz a conta.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Há mais uma orientação "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

Como vota a Oposição? *(Pausa.)*

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Minoria encaminha "não", Sr. Presidente.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria encaminha "não", Sr. Presidente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Desculpe. A Minoria libera o voto, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Oposição está dividida, como mostra o painel. Há partidos de oposição contra a emenda, e partidos de oposição a favor.

O meu partido, o PSB, orienta a favor dessa emenda. Nós precisamos mudar esse texto. A decisão tomada na Comissão Mista foi equivocada e, no nosso entendimento, ilegal.

Por essa razão, o PSB vai votar "sim", e eu vou votar "sim". Mas, em respeito à pluralidade de posições dos partidos da Oposição, a Oposição libera o voto, Sr. Presidente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Pois é, a Minoria libera o voto também, Sr. Presidente. Agora eu vi ali a divisão dos partidos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o Governo?

O SR. MAJOR VITOR HUGO (PSL - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo orienta "sim", Sr. Presidente, querendo a quebra de interstício, entendendo que essa questão da Receita Federal é importantíssima para o País, para que não haja o esvaziamento das competências da Receita Federal naquilo que diz respeito aos crimes não tributários. O Governo, portanto, orienta "sim".

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pedi a gentileza do Líder Aguinaldo para poder fazer um rápido comentário, no lugar da Maioria, é lógico, sobre esta emenda que estamos a discutir.

Fique claro — houve a quebra de acordos procedimentais por alguns Deputados, porque, aqui, a situação às vezes fala mais alto — que quem colocou esta emenda no texto não foi partido de centro nem partido de oposição, foi o Líder do Governo no Senado, o Senador Fernando Bezerra Coelho, numa reunião! Este texto foi elaborado junto com o Governo. Não façam agora proselitismo, não queiram empurrar este ou aquele assunto. Não há nenhum tipo de abuso, a legislação é clara: membros da Receita Federal não devem exacerbar as suas funções. E fique claro que o texto não as exacerba.

Agora não venham aqui os internautas de plantão querer colocar no colo dos partidos de centro este texto. Ele foi elaborado pelo Relator da matéria, o Senador Fernando Bezerra Coelho, Líder do Governo no Senado!

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) - Sr. Presidente, há 11 registros "sim" e 9 registros "não" no painel dos partidos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Há 300 registros "não".

Em votação.

Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, está muito dividido. Está bem no meio.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Deputado, V.Exa. podia ter procurado este Presidente antes de começar a votação, para construir um entendimento de procedimento. Eu teria aceitado. Agora, na hora em que o resultado de uma votação é diferente do que V.Exa. gostaria, V.Exa. quer interpretar o Regimento de forma diferente. Na próxima votação, procure esta Presidência antes. Eu posso fazer todas as votações nominais, contanto que o acordo seja realizado antes da votação. (*Palmas.*)

Há o seguinte requerimento sobre a mesa:

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 161, inciso I, e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do art. 64-A do PLV apresentado à MP 870/2019.

Sala das Sessões,

Deputado Paulo Ganime

Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Marcel.

Lembro que o Presidente tem a prerrogativa do veto, se essa for a intenção dele.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não usei o tempo de Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Se quiser usar...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Faço questão.

Sr. Presidente, é óbvio que V.Exa. tem muito mais condições do que todos que estão aqui, até pela posição privilegiada que ocupa à mesa, de observar o plenário e somar os votos para ver a diferença entre um lado e outro, mas, no meu entendimento, quando observei o painel, havia uma divisão evidente. V.Exa., no entanto, tem essa prerrogativa. Viu de maneira diferente. Sem dúvida nenhuma, em sendo do entendimento de V.Exa. que verificação nominal pode ser feita, mesmo que eu não tivesse ido antes à mesa para falar com V.Exa., pode V.Exa., de ofício, decidir que essa verificação nominal seja feita.

Eu não estou aqui, de forma nenhuma, para tentar fazer algo diferente do Regimento. Pelo contrário, foi dentro do Regimento que propusemos a quebra de interstício, Sr. Presidente. Então, dentro do Regimento, nós pedimos; dentro do Regimento, nós conseguimos os apoios; dentro do Regimento, nós pedimos os respectivos tempos, e V.Exa. concedeu. Então, aqui não houve nenhum tipo de quebra de acordo e, muito menos, de cavalheirismo entre as partes.

Tenho certeza de que não foi essa a intenção de V.Exa. quando passou, neste plenário, um recado diretamente à minha pessoa, como se fosse um abuso da nossa parte pedir a quebra de interstício. Pelo contrário, é absolutamente regimental. E V.Exa., como muito bem sabe, da maneira como muito bem conduz os trabalhos, interpretou diferentemente de mim e entendeu que, por maioria, este Plenário, com os votos representados pelas Lideranças, disse "não" à quebra de interstício.

Pois bem, ainda assim nós vamos fazer aquilo que é do nosso direito e que é regimental: utilizar todos os tempos a que temos direito, nós partidos políticos contrários a esse abuso que foi cometido na Comissão no Senado que junta Deputados e Senadores, o de reduzir o poder do auditor-fiscal.

Não estou aqui acusando um ou outro. Para mim, pouco importa quem colocou isso no texto. Pouco importa! O que importa é que nós, aqui no plenário, somos soberanos, temos representatividade política para isso. Cada Deputado e cada Deputada têm aqui o direito e o dever de mostrar o seu voto. E é isso que nós vamos fazer.

Estou muito tranquilo no sentido de que teremos o tempo suficiente para somar todos os nossos tempos de Liderança e chegar a uma votação nominal. Aliás, como bem observado por colegas, já percebendo esse movimento no plenário, poderia ter sido estabelecida antes, de ofício, essa verificação nominal, porque está evidente que haverá utilização dos tempos de Liderança dos partidos políticos que estão a favor deste destaque, para que cheguemos à verificação nominal às 21h36min. Temos 34 minutos pela frente e mais partidos interessados em ajudar nesse tempo necessário para se chegar à verificação nominal.

Para defender este destaque, preciso apenas repetir aquilo que já falei na defesa anterior: nós não podemos admitir retrocessos, Deputado Sanderson. Nós precisamos, Deputada Adriana — é Presidente da Frente Parlamentar Mista Ética contra a Corrupção e, o que muito me honra, minha colega Deputada no Partido Novo —, defender que a Operação Lava-Jato continue intocada, que os responsáveis por abusos eventualmente cometidos, independentemente de quem seja o autor, corrupto ou quem combate a corrupção, sejam punidos, com o rigor da lei, dentro de um Estado de Direito. Isso precisa ser rigorosamente observado.

Agora, não podemos admitir, colegas, que o inciso II que "*os indícios de crimes diversos dos referidos no inciso anterior*" — os crimes contra a ordem tributária ou relacionados ao controle aduaneiro —, "*com os quais o Auditor-Fiscal da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil se depare no exercício de suas funções, não podem ser compartilhados, sem ordem judicial, com órgãos ou autoridades a quem é vedado o acesso direto às informações bancárias e fiscais do sujeito passivo*".

O que na prática isso significa, meus colegas Deputados? Que o auditor-fiscal será amordaçado! Se o auditor-fiscal vir um crime sendo praticado que seja diferente dos crimes contra a ordem tributária ou relacionados ao controle aduaneiro, ele não vai poder levar essa informação à autoridade competente, não vai poder passar isso para o Ministério Público. Vai ser obrigado a prevaricar!

É isso o que diz este destaque. É isso o que nós precisamos combater. É isso o que nós, com o voto individual de cada Deputado Federal, de cada Deputada Federal, vamos rejeitar, exatamente isso, votando "sim" ao destaque; contra a mordida; a favor da Operação Lava-Jato; contra a possibilidade de que o auditor-fiscal seja obrigado a prevaricar; e a favor do combate à corrupção, por um Brasil melhor, mais justo e mais brasileiro! (*Palmas.*)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) - Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Só um minutinho.

Deputado Marcel, V.Exa. vai falar ou não pela Liderança? *(Pausa.)*

Não.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) - Sr. Presidente, por favor, farei uma intervenção bem rápida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Espere um pouquinho.

Tem a palavra o Deputado Ricardo Barros, para falar contra. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Paulo Ganime, para falar a favor do destaque. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Tiago. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Célio. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Celso Sabino. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Joaquim Passarinho. *(Pausa.)*

Algum Deputado vai falar? *(Pausa.)*

Comece a contar o tempo, por favor.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) - Presidente, quero fazer uma intervenção bem rápida...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Estou seguindo o Regimento.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Gilberto Nascimento, na última votação, votou de acordo com a orientação do partido.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) - Só queria fazer um apelo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Vamos lá.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) - Lembre-se, Presidente, de que somos todos novos aqui e não entendemos muito bem ainda...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Está bom.

O Deputado Celso Sabino está com a palavra, por 3 minutos.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA. Sem revisão do orador.) - Presidente, obrigado.

Deputados e Deputadas, subo a esta tribuna na condição de servidor público, de auditor-fiscal do meu Estado do Pará. Estou como Deputado Federal e peço aqui a compreensão, a atenção de todos. Qualquer cidadão que se deparar com um crime, que se deparar com uma contravenção e não fizer o devido informe, a devida comunicação à autoridade policial, ao Ministério Público ou à autoridade ministerial, estará sujeito a incidir em crime de prevaricação.

Eu não sei qual foi a motivação do Relator ao elaborar esse parecer na Comissão Especial, mas acredito que faltou a devida atenção a esse tema.

Não se está aqui falando em dar superpoderes a qualquer servidor público, não se está falando aqui em continuar ou acabar com a Lava-Jato, não se está falando aqui em dar poder ao auditor para que seja delegado ou para que aja como ente do Ministério Público. Apenas está se garantindo ao cidadão que naquele momento ocupe o cargo de auditor-fiscal, esteja ele realizando uma auditoria, cumprindo uma ordem de serviço, ao se deparar com uma prática de crime ou com indício de uma prática de crime, de evasão de divisas, de sonegação fiscal, que são crimes previstos também no nosso ordenamento jurídico, que possa fazer o devido, justo e legal encaminhamento à Polícia Civil, à Polícia Federal e mesmo ao Ministério Público.

Faço então esse encaminhamento, bem como um apelo a todos os Deputados e Deputadas para que aqui façamos justiça, senão este projeto vai sair daqui muito frágil, podendo facilmente ser derrubado pela Justiça, porque não podemos obrigar uma pessoa a praticar um crime. Rejeitar este destaque, votar "não" a este destaque é dizer aos auditores-fiscais: *"Olhem, vocês vão ter que prevaricar. Ao verem um crime, não vão poder denunciá-lo"*.

Eu faço esse apelo para que os colegas se sensibilizem e votem "sim" a este destaque, que traz a legalidade, traz a justiça para dentro desse relatório que foi elaborado na Comissão Especial.

O voto é "sim", em nome dos auditores-fiscais e, sobretudo, em nome de todos os cidadãos brasileiros que querem ver as leis sendo cumpridas. Não se está aqui dando poder a mais para ninguém.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Orientação de bancada.

Tem a palavra o Deputado José Nelto, para fazer a orientação e falar pela Liderança do Podemos.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse relatório foi realmente infeliz. Esse relatório tira direitos dos servidores públicos, tira direitos dessa classe tão prestigiada do nosso País, que é a dos auditores-fiscais.

Queremos deixar a nossa posição bem clara. Se um fiscal tomar conhecimento de fraude em algum órgão do Governo, ele não poderá comunicar isso à Polícia Civil nem à Polícia Militar. Nesse caso, sim, estará cometendo crime de prevaricação. Aliás, Srs. Parlamentares, se qualquer cidadão brasileiro, ao tomar conhecimento de que alguém está cometendo crime, não fizer o comunicado ao órgão competente, à Polícia Civil, à Polícia Federal ou ao Ministério Público, ele também estará cometendo crime. Por isso, deixamos clara a nossa posição, a de votar "sim" em relação a este destaque.

Vejam o que diz o Relator, Srs. Parlamentares. O texto limita a atuação do auditor, restringindo a possibilidade de comunicação com outros órgãos e autoridades. Pelo novo texto, em caso de indício de crimes não tributários, o auditor-fiscal fica proibido de compartilhar informações com órgãos ou autoridades a quem é vedado o acesso direto às informações bancárias e fiscais do sujeito passivo, só podendo fazê-lo quando previamente autorizado judicialmente.

Por isso, em nome da Liderança do Podemos, nós encaminhamos o voto "sim".

Esse Relator está cometendo a maior injustiça com quem, neste País, trabalha para aumentar a arrecadação. Nós sabemos que há no País sonegação muito grande. Será um retrocesso para o Brasil se não mudarmos o voto... *(Pausa.)*

Nós vamos indicar o nosso voto "não" a este destaque, porque ele vai fazer com que os fiscais voltem a ter seus direitos de fiscalizar e fazer comunicados ao Ministério Público e à Polícia Federal.

É o encaminhamento do Podemos: "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O Podemos vota "não".

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PSL? *(Pausa.)*

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria e os partidos da Maioria encaminham o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O voto é "sim", para manter o texto, Presidente.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL vota "sim".

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Melhor dizendo, o voto da Maioria é "sim", para manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSL?

O SR. SANDERSON (PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL vota "sim" ao destaque do NOVO e "não" ao texto.

É importante dizer, Sr. Presidente Rodrigo Maia, que afastar a instituição Receita Federal do enfrentamento aos corruptos e ao crime organizado é um ataque não aos auditores e muito menos à Receita, mas sim ao povo brasileiro. Somado à retirada do COAF do Ministério da Justiça, isso é, sim, um retrocesso que estamos cometendo contra aqueles que dilapidaram o interesse público.

Nesse sentido, nós votamos "não" ao texto e "sim" ao destaque do Partido Novo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PL? *(Pausa.)*

Como vota o PSD?

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD, a exemplo da votação anterior, constatou que há divergências e pluralidades de opiniões dentro da bancada e, em respeito à democracia interna que o partido historicamente consagrou como tradição e método de trabalho, libera a bancada para a votação simbólica, permanecendo inerte ou não, de acordo com a posição teórica de cada qual.

O SR. JHONATAN DE JESUS (PRB - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB, como orientou a Maioria, vai votar "sim" e pede que se coloque "sim" para todos que fazem parte do bloco da Maioria.

O SR. IDILVAN ALENCAR (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT entende que esse é um dever do auditor-fiscal. Não podemos transformar um dever numa vedação. A proibição de o auditor informar crime ao Ministério Público vai ampliar a corrupção neste País.

O PDT orienta "não", para o fortalecimento da auditoria fiscal.

O SR. CÉLIO SILVEIRA (PSDB - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB orienta "não" ao PLV, a favor dos auditores, que são homens e mulheres comprometidos com o País. Não vemos auditores envolvidos em ações espetaculosas. Os auditores têm o respeito da população. Nós temos, na nossa bancada, um auditor respeitado em seu Estado, o Deputado Celso Sabino. Fica registrado o nosso apoio a todos os auditores brasileiros.

Mordaza no Estado Democrático de Direito não pode existir, Sr. Presidente.

O PSDB vota "não".

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Democratas vota a favor da manutenção das prerrogativas dos fiscais, porém faz a ressalva de que queremos ajudar o Governo nesta votação. Mas, para isso, temos de nos mobilizar para corrigir o texto que foi criado e lapidado dentro do Senado e dentro do Palácio do Planalto e trazido para a Câmara, onde o Líder do Governo pede ajuda do Centrão para corrigir o que eles fizeram. Assim, quem fica a favor é ruim, e quem fica contra é ruim também. Como é que ajudamos dessa forma, Presidente?

Portanto, fazendo um bem para a Nação, o Democratas orienta "não".

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - O PL vota "sim".

Como vota o PSOL? (*Pausa.*)

Como vota o Solidariedade?

O SR. GUSTINHO RIBEIRO (SOLIDARIEDADE - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade vai acompanhar o Líder do Governo no Senado e encaminhar o voto "sim". O Solidariedade entende que, dentro da nossa bancada, alguns pensam diferente, mas o encaminhamento é "sim", Sr. Presidente.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a única explicação que eu consigo ver é a de que se tenta constranger o Fisco nacional, tirar competências dos auditores-fiscais, inviabilizar a sua tarefa essencial, que é exatamente fazer o controle e evitar crimes financeiros. Ora, o Código Tributário Nacional garante o sigilo fiscal e estabelece as penalidades para quem compartilha dados e compromete o sigilo do cidadão! Então, quando se tenta criminalizar e, ao mesmo tempo, reduzir a competência dos auditores, estabelece-se que ele tem que pedir na Justiça direito de denunciar um crime. Isso é perigosíssimo, principalmente porque aqui se prevê retroatividade. Parece-me que querem anular processo...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSOL?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - O PSOL vota "não", inclusive para evitar que o princípio da retroatividade proteja quem já está denunciado penalmente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PT? (*Pausa.*)

Como vota o PROS?

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a maior prova de que esse tema é amplo e que não há ideologia envolvida é ver aqui o PSL encaminhar "não" e ver o PSOL também encaminhar "não". Essa é uma demonstração de que, de fato, há necessidade de preservar as prerrogativas, os direitos e as obrigações do auditor-fiscal, que, como falei há pouco, tem uma atribuição extremamente importante para o nosso País, para a questão

fiscal, para a questão de combate à corrupção. E não há como, desta vez, votar para tirar essas atribuições e proibir o auditor-fiscal de fazer uma denúncia que, na verdade, todo e qualquer cidadão pode fazer ao presenciar o cometimento de um crime.

Então, por obrigação de justiça, acreditando que esse é o melhor encaminhamento, o PROS vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PCdoB?

A SRA. PERPÉtua ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB indica o voto no relatório da Comissão Mista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - "Sim".

Tem a palavra o Deputado Alessandro Molon, que falará também pela Liderança da Oposição.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, sobre esta votação há visões diferentes dentro da Oposição. Há partidos que defendem que o texto permaneça como veio do Senado, e há partidos que defendem uma mudança. Pela última orientação — não sei se isso vai se confirmar na próxima —, o PSB, o PDT e o PSOL têm determinada posição, e o PT e o PCdoB têm outra.

A minha presença na tribuna se faz como a de Parlamentar que está na Liderança da Oposição por indicação do PSB, que fez o destaque. Um dos destaques seria nosso. Só não é o nosso que está sendo votado porque o do NOVO teve preferência. No nosso entendimento, é um grave equívoco que este texto permaneça como veio do Senado, não apenas pelos efeitos futuros desta medida, mas também, sobretudo, pelos efeitos retroativos.

No nosso entendimento, se este texto permanecer, várias ações de auditores-fiscais serão questionadas na Justiça e pode ser que uma série de procedimentos caia. Por essa razão, há uma enorme preocupação da nossa parte quanto à prevalência deste texto.

Nós orientamos "não" ao destaque. O PSB vai orientar, daqui a pouco, "não" ao destaque. O Deputado Tadeu Alencar, que é Procurador, recebeu as representações de auditores-fiscais. Manifestam enorme preocupação, inclusive pela possibilidade de isso implicar prevaricação da parte dos auditores. Dessa forma, esta medida, no nosso entendimento, é muito grave. Pelo que eu vi também do painel, partidos ainda vão orientar, mas o PSOL e o PDT vão orientar a favor da mudança do texto.

No nosso entendimento, há, de um lado, o grave risco de que se obrigue à prevaricação e, de outro lado, o risco de que se perca uma série de ações dos auditores-fiscais já feitas e que já estão sendo discutidas na Justiça. Nós temos uma enorme dificuldade de aceitar o argumento de que é a localização de determinado órgão que vai fazê-lo funcionar ou não; são, sobretudo, as prerrogativas, as garantias, os requisitos e as condições de trabalho garantidas àqueles servidores. Neste caso em especial dos auditores-fiscais, no nosso entendimento, esta medida prejudicará em muito a sua atuação.

Por essa razão, nós do PSB votaremos "não" ao destaque, acompanhando outros partidos de oposição. Na orientação da bancada, nós vamos liberar o partido, porque há visões diferentes, e essa visão não representa a de toda a Oposição.

Sr. Presidente, antes de encerrar o meu pronunciamento, faço uma breve menção ao que vimos, na semana passada, quanto a posição do Presidente da República, que compartilhou um texto em que alega ser ingovernável um país com funcionamento independente dos Poderes. Esta Casa há que mostrar ao Presidente da República que os Poderes têm condições de funcionar de forma independente e harmônica, respeitando-se, sem convocar manifestações de rua que coloquem em risco o Estado Democrático de Direito.

A manifestação do Presidente da República na última sexta-feira não poderia ter sido pior. Por essa razão, fica registrado o nosso protesto mais duro, o nosso repúdio mais extremo àquele comportamento do Sr. Presidente da República, que praticamente incitou os manifestantes brasileiros a ocuparem as ruas, a irem às ruas para atacar o Congresso Nacional, o Poder Judiciário, entre outras instituições. O melhor para o País é tranquilidade, respeito interinstitucional, para a garantia do bom funcionamento das instituições.

Essa é a nossa manifestação, essa é a nossa posição, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSC? (*Pausa.*)

Como vota o Cidadania?

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o Cidadania está muito feliz, porque está vendo que estão votando de maneira unida alguns partidos de oposição que estão querendo realmente combater a corrupção.

A bancada do Cidadania entrou em consenso, dizendo que não podemos, de maneira nenhuma, tirar a autoridade do auditor-fiscal.

O auditor-fiscal tem importância para o País no combate à corrupção. Estamos aqui defendendo o combate à corrupção, para que o Brasil seja cada vez mais um país sério e, principalmente, para que este Parlamento seja visto pela população como uma instituição que quer, sim, combater a corrupção, que quer que o Brasil se torne próspero e verdadeiro. Quero, de modo especial, que combatamos as pessoas que fazem...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Tem a palavra o Deputado Major Vitor Hugo, pela Liderança do Governo.

O SR. MAJOR VITOR HUGO (PSL - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria inicialmente de reforçar a importância da Medida Provisória nº 870, que está sendo votada nesta oportunidade. Ela vai permitir que o Governo Federal prossiga nas suas ações. Esta medida provisória, que reestrutura toda a administração pública federal, é importantíssima para o Brasil.

Já fizemos votações muito importantes nesta noite, que vão garantir, por exemplo, a não criação de mais um Ministério. O nosso Governo chegou até o poder com a ideia de enxugar a máquina pública e de permitir que a máquina da administração pública federal seja mais eficiente, mais enxuta e, particularmente, mais eficaz no combate à corrupção, no combate à lavagem de dinheiro, no combate ao financiamento ao terrorismo. Então, nós fizemos aqui todo um esforço. Mais de 200 Parlamentares de vários partidos votaram a favor, por exemplo, de que o COAF ficasse no âmbito do Ministério da Justiça. Fomos derrotados, mas essa é a democracia. Marcamos a nossa posição. Temos certeza de que esta medida provisória, sendo aprovada hoje aqui, exaurindo-se esta votação, dará condições para que funcione um governo alinhado com um Presidente que é honesto, que é, não cansamos de dizer, patriota e cristão e vai conduzir o nosso País para um novo patamar, tenho certeza.

Hoje de manhã nós fizemos, na Presidência da República, no Palácio do Planalto, um café da manhã, de que participaram dezenas de Parlamentares da bancada do Nordeste. O Presidente da República, junto com seus Ministros, e lideranças do Governo participaram desse grande evento, que foi um movimento de aproximação do Palácio do Planalto, dos Ministros palacianos e dos Ministros da Esplanada com a importantíssima bancada do Nordeste.

Eu queria ressaltar o profundo respeito que o nosso Presidente da República tem por este Parlamento e pela democracia. Ele, um eterno Parlamentar, que passou 28 anos nesta Casa, foi colega de muitos de V.Exas. que se encontram aqui como Deputados reeleitos e, estou certo disto, tem um grande respeito pela democracia e pela Câmara dos Deputados.

Quero ressaltar também a atuação do Deputado Diego Garcia, que hoje recebeu, junto com outros Parlamentares de partidos diversos, como o PSL, o Podemos, o Cidadania e outros partidos, mais de 100 mil assinaturas em prol desses destaques, particularmente do destaque ligado ao COAF e do destaque ligado à Receita Federal.

Nós gostaríamos de ressaltar ainda a disposição do Governo Federal de receber sugestões dos Parlamentares, Deputados e Senadores, para que haja modificação de decretos. O Presidente da República já falou da dificuldade que normalmente nós Parlamentares temos de aprovar projetos de lei individuais, em vista da dificuldade de formar maioria em torno de uma ideia, às vezes, isolada de um Parlamentar, e há toda a abertura para que consigamos modificar decretos, com um estudo de viabilidade a ser feito pela Casa Civil, e, na sequência, através da modificação de normas infralegais, ajudar o País a avançar.

Eu quero também dizer que a aprovação hoje aqui da Medida Provisória nº 870 vai permitir certamente que avancemos em outras pautas de interesse para o País, pautas importantíssimas, como, por exemplo, a da reforma da Previdência, que vai estar alinhada com essa nova estrutura de governo. Essa matéria vai ser chancelada, vai ser modificada, logicamente, pelo Parlamento, com a intenção de contribuir com a discussão. Também temos certeza de que ela vai nos possibilitar, como eu disse antes, avançar em pautas importantíssimas para o País. A reforma previdenciária vai garantir uma Previdência mais sustentável para os nossos filhos e netos.

Com a reforma da Previdência, as pessoas que recebem mais pagarão mais e aquelas que recebem menos pagarão menos. Dá para vermos, por exemplo, a questão das alíquotas progressivas. Aquelas pessoas que ganham acima do teto vão pagar 22%, quanto a essa parcela acima do teto; aquelas pessoas que ganham menos, ou seja, aqueles 22 milhões de brasileiros que ganham até um salário mínimo, terão redução na sua contribuição, a qual passará de 8% para 7,5%. Há a questão da contribuição extraordinária para os servidores públicos, de maneira a manter um equilíbrio atuarial. Há a possibilidade de criação de um regime de capitalização, tendo em vista que o nosso regime de repartição simples é um regime falido, uma vez que menos brasileiros nascem a cada dia e mais brasileiros têm uma sobrevida maior. Graças a Deus estamos vivendo

mais após os 60 anos, só que a base da pirâmide diminui. Já se provou que esse sistema está completamente quebrado. Daí o motivo por que precisamos ter uma potência fiscal de mais de 1 trilhão de reais, para permitir a transição do nosso sistema atual de repartição simples para um sistema de capitalização.

A partir de votações como esta, é preciso também reconhecer e cumprimentar o Plenário pela forma com que todos nós nos portamos aqui, a partir da condução do Presidente Rodrigo Maia, e também dos Líderes partidários, com uma votação extremamente tranquila, com uma obstrução feita de forma responsável, para marcar posições. O resultado, na verdade, na democracia, praticamente neste ponto aqui, é algo que leva para um lado ou para o outro, mas o mais importante é que reafirmamos aqui as posições dos partidos e as posições diversas dos Parlamentares.

Essas reformas vamos passar a discutir a partir deste dia, como o pacote anticrime, importantíssimo. Não é só uma pauta personalíssima do Juiz Sergio Moro, do nosso Ministro, é uma pauta importante para o Brasil. Eu tenho certeza também de que as discussões são válidas, como as que hoje foram feitas sobre a reforma tributária na Comissão de Constituição e Justiça, onde foi aprovada a admissibilidade de uma pauta também muito relevante, de iniciativa do próprio Parlamento, e que vai ao encontro daquilo que o Executivo, daquilo que o nosso Presidente e o Governo acreditam. Eu tenho certeza de que tudo isso, além de uma rediscussão do pacto federativo, vai levar o nosso País a um novo patamar. Neste caso, em particular, do destaque que está sendo votado agora, o Governo orienta, logicamente, o voto "não" ao texto, de maneira que respeitemos as competências dos auditores-fiscais e que eles possam informar os indícios de crime não tributário às autoridades competentes. Isso vai reforçar a capacidade do Estado brasileiro de combater crimes como lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e tantos outros que não tenham natureza tributária mas que assolam o nosso País e com os quais os competentes auditores-fiscais da nossa Receita têm se deparado ao longo do tempo.

Eu tive uma conversa muito boa com o Presidente do SINDIFISCO e com o Secretário Nacional da Receita. Temos a convicção de que uma Receita Federal empoderada, uma Receita Federal capaz de informar indícios de crime não tributários vai ao encontro das necessidades do nosso País. É nosso dever, como Governo, e é nossa visão, como Parlamentar, defender que o combate à corrupção, o combate à lavagem de dinheiro e o combate ao financiamento do terrorismo sejam cada vez mais fortes em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. FELIPE RIGONI (PSB - ES) - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada.

O SR. VICENTINHO (PT - SP) - Sr. Presidente, peço a palavra para retificar voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Como vota o PSB?

O SR. FELIPE RIGONI (PSB - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSB acredita que o combate à corrupção é algo muito importante a ser feito, e a Receita Federal e os auditores-fiscais têm um papel importantíssimo nisso. Foi por isto que nós também fizemos um destaque, para manter o texto original, dando à Receita Federal e aos auditores sua função.

No entanto, há um detalhe que as pessoas ainda não estão percebendo. Está sendo dito no próprio texto que está destacado que seus efeitos podem ser retroativos. Isso pode significar que processos penais que se originaram de compartilhamento de dados feito por auditores-fiscais no passado podem ser considerados nulos. Então, vamos estar simplesmente declarando nulos vários processos contra pessoas que já foram presas, uma série de processos que já estão fechados! É um absurdo, portanto, o que estamos fazendo aqui. Nós precisamos...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pela Minoria.

O SR. VICENTINHO (PT - SP) - Presidente, gostaria de retificar o voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Tem a palavra o PT, por 1 minuto.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de retificar o meu voto no caso do COAF. Eu me enganei. Votei "sim", mas retifico, o voto é "não", pela bancada.

Obrigado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Presidente, a Minoria, em respeito à divergência dos partidos de oposição, que compõem a Minoria, libera a bancada.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Sr. Presidente, eu gostaria que o meu tempo de orientação de bancada fosse somado ao meu tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Está bom, Deputado.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM - BA) - Presidente, eu gostaria de usar o tempo de Líder do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Espere um pouquinho.

Deputado Paulo Pimenta, o PT já usou o tempo — o DEM ainda não usou, pode usar —, mas pode fazer a orientação da bancada, por 1 minuto.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Sr. Presidente, nesta sessão, eu ainda não usei o tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Pode falar, Deputado. Acho que não usou. Pode falar, eu amplio o tempo.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Não, eu não o usei nesta sessão. Eu o usei na outra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Mas não houve outra. *(Pausa.)*

Ah, eu encerrei uma! Está certo.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Em primeiro lugar, quero saber de quanto tempo eu disponho, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Pode usar o tempo de Líder.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu quero chamar a atenção deste Plenário e da sociedade brasileira para mais um capítulo de um episódio que se tornou corriqueiro nesta Casa, sempre que existe um debate de fundo a respeito de qualquer assunto que contrarie o interesse de determinadas corporações, de determinados setores da sociedade, muitos deles setores que têm seus posicionamentos sustentados pela grande mídia. Eu me refiro à seguinte armadilha: *"Se votarem isso, vão impedir o combate à corrupção no Brasil"*.

Ora, senhoras e senhores, ninguém mais do que este Parlamento aprovou medidas de combate à corrupção neste País! Ninguém mais do que este Parlamento e os Governos do Partido dos Trabalhadores aprovaram medidas para a estruturação da Polícia Federal, da Receita Federal; criaram a legislação neste País que hoje permite o combate ao crime organizado. E nós temos que ouvir neste plenário representantes de um Governo envolvido com milícia de crime organizado. O caixa da família recebe dinheiro da milícia e o deposita na conta da mulher do Presidente, e vêm nos falar em ética, em combate à corrupção?

Vocês têm que lavar a boca para falar em combate à corrupção. Vocês são o partido dos milicianos corruptos, que ganharam uma eleição com *fake news*, sustentada com dinheiro do exterior. *(Palmas.)* E vêm aqui fazer demagogia entre os que querem combater a corrupção e os que não querem combater a corrupção. Apresentem o Queiroz para depor! Tragam Flávio Bolsonaro para depor! Estão loucos de medo de que se quebre o sigilo do Queiroz. Estão com medo dos cheques da conta da D. "Micheque" Bolsonaro, dos pagamentos das contas da família. A mulher e a mãe do miliciano que mandou matar Marielle estavam, até dezembro, nomeadas no gabinete do filho do Presidente! Quem são vocês para falar em corrupção? São uns covardes defensores de milicianos. *(Palmas.)*

Nós não vamos aceitar que vocês queiram criar aqui uma falsa polêmica: *"Ah, se o COAF sair do Ministério da Fazenda, vai impedir o combate à corrupção"*. Ora, minha gente, se são covardes e têm medo de Sergio Moro, têm medo da Lava-Jato, têm medo do robô do Dallagnol, nós não temos medo dessa gente! Nós votamos com a nossa consciência a partir daquilo que achamos que é melhor para o Brasil. Vocês têm medo. Vocês se acovardam e se apequenam, têm medo de robô, de rede social, têm medo de grupo de WhatsApp, e apequenam e acovardam este Parlamento!

Vocês deviam ter vergonha dos mandatos que exercem. Vocês apequenam este Parlamento quando vêm aqui e têm essa postura covarde.

A bancada do Partido dos Trabalhadores tem uma história de combate à corrupção. Nós nunca toleramos corrupção; e somos injustiçados; e temos o nosso Presidente preso por causa de vocês, de uma campanha perversa feita por um juiz covarde que condenou Lula sem provas e depois se tornou Ministro da Justiça do Governo de um miliciano.

Está aí, Sergio Moro! Que triste fim para a sua carreira: assessor de um Governo comandado por um chefe de milícia, criminoso, que envergonha o Brasil, que envergonha o nosso País! *(Palmas.)*

Para nós não serve, porque nós não nos acovardamos com essa falsa polêmica. Vocês não têm moral para falar em combate à corrupção. Vocês têm uma história que envergonha este País. E é por isso que não aceitamos essa armadilha e não vamos discutir estrutura do Estado para agradar ninguém.

Nós defendemos o COAF na Fazenda porque é o correto, é o certo e é assim em qualquer lugar do mundo. Não é porque o Sergio Moro tornou-se Ministro da Justiça que nós temos que mudar a estrutura do Estado brasileiro. Não há nada, nenhuma linha em qualquer projeto que impeça os auditores de fazerem o seu trabalho. Mas o Dallagnol fez uma postagem avisando que vai colocar os robôs da Lava-Jato para denunciar Deputados que não permitirem que, legalmente, auditores possam compartilhar, sem decisão judicial, informações com delegados e com promotores.

Vocês estão com medo do Dallagnol?! Vocês vão enfrentar as suas consciências e quebrar o Estado Democrático de Direito e a Constituição com receio de serem denunciados por esquemas de robôs e *fake news*?! Tenham respeito pelos mandatos que vocês exercem!

Qualquer um de nós sabe que a Constituição está sendo violada, que o Estado Democrático de Direito está sendo violado, que as garantias individuais das pessoas estão sendo violadas. E em nome de quê?! Em nome de quê?! Em nome de combate à corrupção?! E o que dizer de 2,5 bilhões de reais da PETROBRAS em uma fundação, para encher os bolsos dos procuradores? E o que dizer de um esquema de venda de delações que enriqueceu escritórios de advocacia?

Não, minha gente! Não! A bancada do Partido dos Trabalhadores não se intimida, pois tem compromisso com o povo brasileiro, tem história de luta em defesa da democracia. E vamos pautar as nossas posições por aquilo que acreditamos ser o melhor para o Brasil, para honrar nossos mandatos, o nosso partido, a nossa história e o nosso povo.

É assim que o PT se comporta. É assim que a bancada do PT vota. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Concedo a palavra ao Deputado Elmar Nascimento, pela Liderança do DEM.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu chego ao meu 24º ano de mandato, sempre mandatos consecutivos e no Legislativo — Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal. E uma das coisas que eu aprendi não foi na escola, mas foi no berço, com a minha família, com os meus pais, de origem humilde. Aprendi a ter caráter, a ter personalidade, a dizer sempre a verdade e a honrar a palavra. Isso é uma coisa que foi reforçada aqui no Parlamento, porque quem não tem palavra não tem nada, acabou-se, desmoraliza-se, perde absolutamente a credibilidade.

Participei, como membro efetivo, da Comissão Mista da MP 870. No dia da reunião, foi levantado, se eu não me engano, pelo Partido Novo, um destaque que se referia a essa questão dos auditores. Ainda estava indeciso como deveria votar na Comissão. Salvo engano, o Deputado Arthur Lira pediu a palavra e pediu um esclarecimento ao Relator, que o fez — era o Senador Fernando Bezerra Coelho, Líder do Governo no Senado, homem da melhor qualidade, que, diferente de muitos que integram o Governo, é homem de palavra, é homem de compromisso, é homem que tem uma história construída no Senado de honrar com o que é certo.

Com as mesmas provocações que foram feitas hoje aqui no plenário pelo Partido Novo e por nós, questionado para que explicasse, tecnicamente ele teve a seguinte posição: se o Ministério Público, que é um órgão que denuncia e investiga, precisa de autorização para acessar dados sigilosos, manusear e instrumentalizar o processo; se um delegado, seja ele da Polícia Federal, seja da Polícia Civil, que é quem preside um inquérito, precisa de autorização judicial, não poderia ser dado ao auditor da Receita Federal o direito... Não estamos falando do direito de noticiar, não. Isso é mentira. Ele pode noticiar o crime que for. Aliás, se não o fizer, estará prevaricando. O que ele não pode é compartilhar um dado sigiloso. E a história recente do País tem mostrado que até Ministro do Supremo, esposa de Ministro do Supremo, Ministro do STJ teve o seu dado violado.

O Relator nos convenceu. Eu tive a posição do Relator como a posição do Governo. Quem é que fala pelo Governo no Senado Federal? Quem é que fala pelo Governo na Câmara dos Deputados? É o Líder designado pelo Presidente. O procedimento que está havendo nesta Casa por parte do Governo é um procedimento canalha, é um procedimento de quem não tem lealdade, é um procedimento de quem não tem compromisso. Isso não é procedimento de gente de bem. (*Palmas.*)

Vire de costas. Pode virar. Isso aí é procedimento de moleque. Vá, vá! (*Apupos.*)

É procedimento de moleque vaiar. É isso que depõe contra o Parlamento. É esse tipo de procedimento que depõe contra o Parlamento.

Eu levei, Sr. Presidente, infelizmente, a minha bancada a engano. Eu levei a minha bancada a decidir como votaria nesse processo, dizendo que o posicionamento do Governo foi através do seu Líder, enquanto Relator da MP 870. Não fomos

nós que fizemos o destaque. Essa questão dos auditores foi inserida por ninguém menos do que o Líder do Governo no Senado. Se ele não fez com a aquiescência do Presidente, tinha que ser demitido no outro dia. Mas fez com a aquiescência do Presidente, porque o Senador Fernando é homem de bem, diferentemente de várias pessoas que têm uma palavra de manhã e outra de noite.

Aqui não se trata de corrupção. Tenho 26 anos de vida pública e não aponto o dedo para ninguém. Não tenho um processo, não tenho um inquérito, não tenho uma investigação na Justiça Federal.

(Texto escoimado de expressões, conforme arts. 17, inciso V, alínea “b”, 73, inciso XII, e 98, § 6º, do Regimento Interno.)

Eu não me escondo da Justiça! Eu não devo contas nem tenho contas a prestar! Olho no olho das minhas filhas todo dia e, no mínimo, tenho educação, a educação que vem de berço, e respeito pelas pessoas. Não tenho procedimento de moleque, procedimento de quem não se respeita, porque sei que quem não respeita o colega não respeita outro qualquer.

Eu construí nesta Casa amizades, em todos os lugares, e tenho assistido aqui, Presidente, neste mandato, a uma completa falta de respeito, falta de urbanidade, falta de compromisso por zelar. Há Parlamentar, Presidente, convocando participação em manifestação que defende fechar o Congresso Nacional; há Parlamentar convocando manifestação que defende fechar o Supremo Tribunal Federal. Se o Presidente fizesse isso, cometeria crime de responsabilidade, e o Parlamentar fazer isso é falta de decoro, Presidente! Nós não podemos admitir esse tipo de palhaçada, esse tipo de compromisso!

(Palmas prolongadas.)

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM - BA) - Presidente, eu estou utilizando a palavra, e o fiz depois do Líder do Governo, para transferir a sessão para amanhã, porque quero saber se o Governo no Senado é corrupto e o da Câmara é correto, é honesto. Eu segui o Governo do Senado e quero saber qual é a posição oficial do Presidente, quem fala pelo Governo. Se o Presidente acha que isso não deveria ter sido inserido, não vemos problema nenhum de votar com o Governo. O que eu não posso admitir é uma estratégia canalha, canalha (*palmas*), que leva os Parlamentares a engano, como eu fui levado a engano, a votar acreditando que estava votando com o Governo lá. E aqui o Governo quer aparecer, quer ter outro tipo de postura, outro tipo de procedimento.

Sobre a estrutura administrativa, eu sempre fui a favor de darmos ao Governo a oportunidade de votar o que quiser, o que quiser criar. Nós fizemos 62 votações nesta Casa até ontem. Em 61 delas o meu partido acompanhou a mesma orientação do Líder do Governo, e dizem que nós somos contra o Governo. Eu defendo a pauta econômica. Nós temos blindado o Ministro Paulo Guedes. Nós temos defendido a retomada do crescimento econômico do País. Agora, pauta de perseguição às pessoas que pensam diferente, pauta para perseguir homossexual, pauta de uso de arma, essas não terão o nosso apoio! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Conclua, Deputado.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM - BA) - Esta Casa precisa de equilíbrio, Presidente, esta Casa precisa de racionalidade, esta Casa precisa de moderação e, acima de tudo, precisa do cumprimento da palavra. Isto aqui não é um circo em que as pessoas pegam o celular para ficar transmitindo o que aqui se passa. Nunca tive medo. Medo não é uma coisa que invade meu coração nem minha alma.

O único medo que tenho na minha vida, Presidente, é de ser indigno, é de chegar à minha casa e não ter condições de olhar nos olhos da minha filha. Não posso olhar para os meus companheiros aqui e ter que baixar a cabeça por acharem que sou covarde, ou que não cumpro a minha palavra, ou que sou desonesto.

Muita gente que votou aqui a favor do COAF votou por medo. (*Palmas.*) (*Manifestação no plenário.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Encerre, Deputado.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM - BA) - Votou por medo, porque tem ficha corrida; votou por medo, porque está com medo de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Encerre, Deputado.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM - BA) - Eu não tenho esse receio. Não tenho processo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - V.Exa. já passou muito do tempo.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM - BA) - Não tenho mérito desonesto. (*Manifestação no plenário.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Encerre, Deputado.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM - BA) - Portanto, Presidente, para concluir minhas palavras, queria me dirigir aos meus colegas e aos meus companheiros para dizer que os governos passam, o Parlamento passa.

O Governo tem que compreender uma coisa: muito mais legítima do que a vitória do Presidente Bolsonaro, que foi uma vitória conduzida por uma política de negação — e eu fui a favor de uma onda muito mais legítima do que a eleição de quem não tem o mínimo de serviço prestado e foi eleito à custa do prestígio pessoal e da onda do Presidente Bolsonaro — é o nosso voto. Viemos para cá contra a onda Bolsonaro e contra a onda do PT no Nordeste. Viemos por reconhecimento de serviços prestados à população brasileira. E temos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Obrigado, Deputado.

A sessão já acabou há muito tempo.

(Palmas prolongadas.) (Manifestação no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - A sessão já acabou. O tempo da sessão já está esgotado. Acho que o clima não vai ficar bom daqui para frente, na noite de hoje.

ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para amanhã, dia 23 de maio, às 9 horas, com a seguinte Ordem do Dia: Medida Provisória nº 870, de 2019. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação. Convoco também Sessão Deliberativa Ordinária para amanhã, 23 de maio, às 14 horas, com a seguinte Ordem do Dia: Projetos de Decreto Legislativo nºs 875, de 2017; 101, de 2015; 734, de 2017; e 949, de 2018; Projeto de Resolução nº 219, de 2017; e Medidas Provisórias nºs 867, de 2018; 868, de 2018; 869, de 2018; 871, de 2019; e 872, de 2019. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.

(Encerra-se a sessão às 21 horas e 58 minutos.)

DISCURSOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CELSO RUSSOMANNO.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RONALDO CARLETTO.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO MARCIO ALVINO.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO HERMES PARCIANELLO.